

Série Análise Criminal | **VOLUME 2**

# **PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO - 2007**

Distribuição Gratuita



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Paulo de Tarso Vannuchi

**GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Sérgio Cabral Filho

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA DO RIO DE JANEIRO**

José Mariano Beltrame

**INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**DIRETOR-PRESIDENTE**

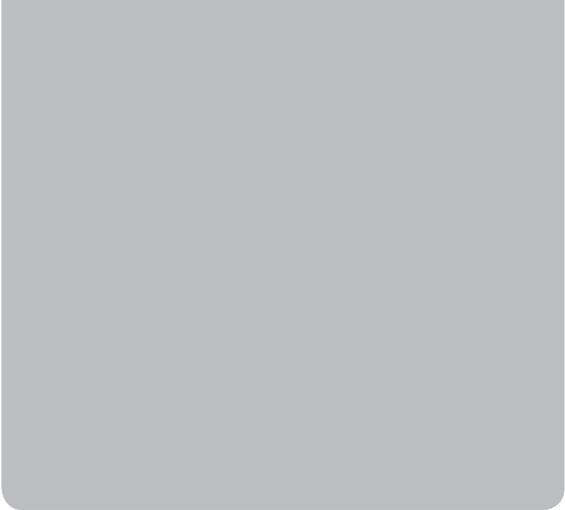
Mário Sérgio de Brito Duarte

**VICE-PRESIDENTE**

Robson Rodrigues da Silva

**COORDENADOR DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA**

Paulo Augusto Teixeira



**PESQUISA DE  
CONDIÇÕES DE VIDA  
E VITIMIZAÇÃO - 2007**



Este livro foi produzido por meio de convênio firmado entre o Instituto de Segurança Pública e o Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, financiado pela União Europeia.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade exclusiva dos autores e do Instituto de Segurança Pública.

Projeto Desenvolvimento de Metodologia  
e Aplicação de Pesquisa de Vitimização  
na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

**Volume 2**

# **PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO - 2007**

2008  
RIO DE JANEIRO

1ª EDIÇÃO

## **Coleção Instituto de Segurança Pública**

Coordenadores: Mário Sérgio de Brito Duarte e Robson Rodrigues

### **Série Análise Criminal**

Organizadores: Andréia Soares Pinto, Renato Dirk e Vanessa Campagnac

Volume 2

## **Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização - 2007**

### **Autores**

Anderson Paulino da Silva – DataUff / André Augusto Brandão – DataUff / Andréia Soares Pinto – ISP / Doriam Borges – IUPERJ / Eliane Luz – ISP / Gláucio Soares – IUPERJ / Joelma de Souza Azevedo – ISP / Marcelo Burgos – PUC-Rio / Michel Misse – UFRJ / Priscilla Caldellas dos Santos – DataUff / Renée Zauberman – CESDIP / Salete Da Dalt – DataUff / Thaís Ferraz – ISP / Vanessa Campagnac – ISP/UFF / Yolanda Catão – IBGE

© 2008 by Instituto de Segurança Pública

Tiragem: 500 exemplares

É permitida a reprodução, total ou parcial, e por qualquer meio, desde que citada a fonte.

#### **Revisão**

Thaís Ferraz

#### **Diagramação**

Cintia de Sá

Francisco Kelson Moreira de Sousa

#### **Ficha Catalográfica**

Elenice Glória Martins Pinheiro

#### **Coordenação Técnica**

Vanessa Campagnac

Doriam Borges

#### **Equipe técnica**

Eliane Luz

Joelma Azevedo

Joice Campos

#### **Coordenação Administrativa**

José Motta de Souza

#### **Apoio Administrativo**

Alexandre Corval

Florisvaldo Moro

Francisco Kelson Moreira de Sousa

José Renato Biral Belarmino

---

D812p

Duarte, Mario Sérgio de Brito (Coord.)

Pesquisa de condições de vida e vitimização de -2007 / Coordenador Mario Sérgio de Brito Duarte; Organizadores Andréia Soares Pinto e Vanessa Campagnac – Rio de Janeiro : Riosegurança, 2008.

204 p. – ( Série Análise criminal v. 2)

ISBN 978-85-60502-33-2

1. Estatística criminal – Rio de Janeiro (Estado). I. Pinto, Andréia Soares; Campagnac, Vanessa. II. Título. III. Série.

CDD: 341.598153

---

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

(Mário Sérgio de Brito Duarte e Robson Rodrigues da Silva) ..... 8

## A PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO DE 2007: NOTAS METODOLÓGICAS

(Andréia Soares, Dorian Borges e Vanessa Campagnac) ..... 10

## METODOLOGIA DE PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO: EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO

(André Augusto Brandão, Salete Da Dalt, Anderson Paulino da Silva e Priscilla Caldellas dos Santos) ..... 34

## ENTENDENDO A PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO DE 2007: DADOS PRINCIPAIS

(Vanessa Campagnac, Eliane Luz, Joelma Azevedo e Thais Ferraz) ..... 58

## VITIMIZAÇÃO CRIMINAL: PREVALÊNCIA, INCIDÊNCIA E O ESTILO DE VIDA

(Dorian Borges) ..... 82

## O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA: TEORIAS, HIPÓTESES E DADOS

(Gláucio Ary Dillon Soares) ..... 108

VITIMIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE  
AMEAÇA E AGRESSÃO

(Marcelo Baumann Burgos) ..... 126

VITIMIZAÇÃO E ESTATÍSTICAS POLICIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE  
JANEIRO EM 2006/2007: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

(Michel Misse) ..... 144

VÍTIMAS DE CRIMES E O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: UMA EXEMPLIFICAÇÃO A  
PARTIR DE UMA PESQUISA REGIONAL DE VITIMIZAÇÃO DA FRANÇA

(Renée Zauberman) ..... 158

PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO: UMA PRIMEIRA LEITURA SOBRE  
OS DADOS

(Yolanda Catão) ..... 190



# APRESENTAÇÃO

Qual a importância de uma Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização? Para homens da ciência é importante conhecer, por meio de metodologia científica, aquilo que se lhes coloca como o "problema", ou seja, o seu objeto de estudos. Para gestores públicos vocacionados é fundamental poder avaliar a qualidade de vida daqueles a quem devem prestar seus serviços. Entretanto, o "poder decisório", incluindo aí a opção de se usar ou não o conhecimento adquirido por meio de pesquisas científicas, ou de optar pela mais adequada, ou mesmo de possibilitar a sua construção, passa a ser um "problema" de ordem administrativa.

No caso específico do gestor de segurança pública, faz-se necessário conhecer, além de aspectos objetivamente quantificáveis a partir dos registros das ocorrências criminais, os aspectos subjetivos presentes no que chamamos de sentimento de insegurança da população. Da mesma forma que a violência real, essa insegurança menos conhecida afeta diretamente a qualidade de vida e o comportamento das pessoas, sobretudo nas sociedades pós-industriais contemporâneas, com suas estruturas complexas, cada vez mais líquidas e menos solidárias, onde as relações de competição conflituosas vêm se destacando. Dessa forma, entendemos que o sentimento de insegurança da população é um fator que necessariamente deve ser incorporado ao planejamento dos gestores de segurança pública. Antes, porém, ele deve ser conhecido, avaliado e comparado, e aí está, portanto, a necessidade prática de uma pesquisa que permita ao gestor conhecer o fenômeno da vitimização a partir de suas variáveis.

Esse talvez seja o casamento ideal entre ciência e gestão pública, no qual cada agente possa perceber, dentro de seu respectivo campo, e cada um com seus "problemas", os papéis que lhe foram definidos. Parece-nos que essa situação ideal norteou, de fato, os trabalhos realizados no Instituto de Segurança Pública. Trabalhos que, em sendo socialmente divididos, ajudaram bastante, primeiramente a construir uma metodologia para Pesquisas de Condições de Vida e Vitimização, e, depois, a testar essa metodologia na pesquisa que objetivou identificar tais aspectos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O projeto ora concretizado pelo Instituto de Segurança Pública foi fruto de um convênio entre a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro e a Secretaria dos Direitos Humanos, da Presidência da República, com o financiamento da União Européia. Cabe ressaltar a obstinação de toda a equipe envolvida, desde pesquisadores e consultores contratados até nossos gestores, que souberam entender, pelo profissionalismo demonstrado, a importância desse instrumento científico. Aqui devemos também prestar justa homenagem de reconhecimento à equipe que iniciou esse projeto, ainda em 2006, na pessoa da então Diretora Presidente do ISP, Dr<sup>a</sup> Ana Paula Mendes de Miranda. Evidentemente, muito desse trabalho tem a presença da gestão de Ana Paula.

Adiante, veremos artigos contendo as análises dos consultores da referida pesquisa realizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Eles coroam com êxito os deveres cumpridos, tanto o do gestor quanto o do cientista que dela participaram, cada um em sua função. Por isso mesmo, também podem ser entendidos como uma resposta tranquilizadora aos anseios dos cientistas que recentemente estiveram preocupados com as mudanças ocorridas na gestão do Instituto, no momento em que muitos projetos e pesquisas ainda estavam por se realizar. Afinal de contas, era preocupante a presença de um oficial superior da PM, a princípio estranho ao mundo das ciências sociais, na presidência do ISP. Todavia, como o tempo se encarregou de demonstrar, prevaleceu o interesse público num casamento harmônico entre ciência e gestão pública, e mais uma vez o Instituto de Segurança Pública cumpriu sua vocação institucional com a materialização deste trabalho. Parabéns a todos.

Cel PM Mário Sergio

Presidente do Instituto de Segurança Pública

Ten Cel PM Robson Rodrigues

Vice-Presidente do Instituto de Segurança Pública

# A PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO DE 2007: NOTAS METODOLÓGICAS

Andréia Soares

Doriam Borges

Vanessa Campagnac

## Apresentação

Para a elaboração de políticas públicas eficazes faz-se necessário obter informações detalhadas sobre o fenômeno no qual se quer intervir. No Brasil, as informações mais utilizadas para o estudo da violência advêm de duas fontes oficiais: as estatísticas da polícia e da saúde. Essas fontes são claramente importantes no desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, e projetam de modo coerente as taxas na área da violência. Entretanto, ambas possuem algumas distorções e podem ser consideradas incompletas. Desse modo, torna-se difícil conhecer a quantidade de crimes que ocorrem na sociedade, já que esses dados são apenas uma fração do total de crimes.

Sendo assim, considerando a relevância e a complexidade do fenômeno da violência, foi planejado um projeto para definir uma metodologia e um questionário voltados para a obtenção de informações sobre a população residente em uma determinada área em relação a aspectos ligados a vitimização, criminalidade, segurança pública e condições de vida. Foi então desenvolvida uma ferramenta para estimar o número total de crimes ocorridos: a pesquisa de vitimização.

A pesquisa de vitimização é um instrumento valioso, tanto para medir o crime como para estimar com maior precisão o perfil das vítimas, além de, através de métodos estatísticos, avaliar o impacto do fato delituoso na vida dos indivíduos — o que, de outra forma (através dos registros de ocorrência, por exemplo), seria improvável. Ademais, esse tipo de *survey* procura obter informações sobre a experiência das pessoas com o serviço policial, sendo capaz de avaliar a efetividade e a confiabilidade deste a partir das percepções das pessoas.

No entanto, a elaboração e a aplicação de uma pesquisa precisam estar baseadas em planejamento cuidadoso e em reflexões conceituais sólidas. Estes, por sua vez, devem estar alicerçados em conhecimentos já existentes, para que os resultados sejam satisfatórios. Uma pesquisa científica depende de um "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos" (Gil, 1999:26) para que seus objetivos sejam alcançados, ou seja, a implementação de uma metodologia deve estar adequada ao fenômeno e à população em estudo.

Nesse sentido, o projeto "Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro" tem como objetivo desenvolver uma metodologia que sirva como padrão para as pesquisas de vitimização que possa ser aplicada em todo o contexto nacional, de maneira a realizar comparações temporais dos resultados em nível nacional e internacional. Todo esse processo é de suma importância para a construção de políticas públicas nas áreas de segurança pública, violência e criminalidade.

Sendo assim, esse projeto procurou construir um instrumento complementar para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de análise sobre criminalidade nas suas várias nuances. Além disso, possui um caráter inovador, já que, na construção da metodologia de pesquisa referencial para estudos em âmbito nacional, seguiu parâmetros de outros *surveys* sobre vitimização, realizados no Brasil e no exterior, procurando se adequar às singularidades regionais do país, e contribuindo, dessa forma, para uma análise comparativa nos níveis nacional e internacional.

Desse modo, a metodologia e os instrumentos de coleta construídos para este projeto foram desenvolvidos especialmente para fornecer subsídios para a geração de diagnósticos da violência urbana. Dentro dessa perspectiva, além da investigação da violência pela ótica da vitimização, esses instrumentos podem medir a sociabilidade; o estilo de vida; a exposição e as atividades rotineiras dos agentes sociais; a confiança nos vizinhos; a desordem física e social; o sentimento de insegurança; a confiança e a satisfação com relação aos serviços prestados pela Polícia Militar e pela Polícia Civil; e avaliar a experiência com a polícia. Isso permite a construção de um banco de dados contendo informações estatísticas sobre as percepções acerca da prevalência de certos tipos de crimes, as taxas de subnotificação, o sentimento de insegurança e o grau de conhecimento e avaliação da população com relação às instituições de segurança pública. Essas informações podem ser utilizadas, com sucesso, para subsidiar os processos de implementação de ações e políticas públicas de segurança.

A partir do elenco de variáveis investigadas, é possível obter, por exemplo, indicadores para avaliar as condições de vida da população em estudo, permitindo a comparação desses indicadores entre a população vitimada e não-vitimada. É possível, também, avaliar o grau de confiança e a satisfação da população-alvo em relação aos agentes de segurança pública, avaliação esta que constitui importante subsídio para a implementação e adequação de programas específicos, que visam a melhor atender a população.

A realização deste projeto tem, portanto, um caráter inédito que deve ser ressaltado, representando um passo de extrema importância no sentido de reunir informações estatísticas sobre a violência e a criminalidade em todo o território nacional, com base em outras pesquisas de vitimização já aplicadas e testadas em diferentes regiões brasileiras.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo a descrição da metodologia aplicada à pesquisa realizada, ressaltando seus pontos principais, limites e possibilidades.

## **1. As Pesquisas de Vitimização no Contexto Brasileiro**

O Brasil tem experimentado problemas crescentes quanto à segurança pública, mas eles não são os mesmos em todas as regiões e em todas as cidades, por isso, nos últimos anos, muitos estudos foram realizados com o intuito de construir instrumentos capazes de acompanhar a evolução da criminalidade. A partir dessas iniciativas surgiram críticas acerca das estatísticas oficiais existentes, levando pesquisadores a utilizarem outros instrumentos de análise da segurança pública, entre os quais, as pesquisas de vitimização.

No Brasil, as pesquisas de vitimização tiveram início tardiamente, mais especificamente no ano de 1988 através do suplemento Participação Político-Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que incluiu um bloco com perguntas sobre vitimização. Até o início da realização da pesquisa ora apresentada, em 2006, foram realizadas 23 pesquisas de vitimização em diferentes cidades brasileiras, cabendo ressaltar que, devido à falta de uniformidade na metodologia e nos processos de coleta dessas pesquisas, torna-se difícil a elaboração de análises comparativas com a consistência necessária. Além disso, a maior parte

dessas pesquisas se limitou ao estudo do tema em cidades (capitais de unidades federativas), principalmente na região sudeste do Brasil.

## **2. "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização": antecedentes**

Como dito anteriormente, até o início deste projeto, em 2006, cerca de 23 pesquisas de vitimização foram realizadas em diferentes cidades no Brasil. Destas, poucas são comparáveis, seja no tempo ou entre regiões, devido à utilização de metodologias distintas. Diante disso, é de suma importância o desenvolvimento de uma metodologia para pesquisas de vitimização que possa ser empregada em qualquer lugar no Brasil, possibilitando a padronização das análises e das comparações, o que é essencial para avaliação de políticas públicas. Essa é a proposta do projeto "Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro", executado pelo ISP (Instituto de Segurança Pública) em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a União Européia.

A Pesquisa de Vitimização realizada segue os parâmetros do International Crime Victim Survey (ICVS), que é um programa de padronização de metodologia de pesquisa de vitimização, realizado em diversos países com o objetivo de compará-los sob este ponto de vista. Esse programa de padronização está sendo desenvolvido pelo United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI) e procura ampliar a área geográfica de abrangência do projeto, incluindo países de diferentes continentes.

Estando em conformidade com o padrão do UNICRI, este projeto procurou considerar as particularidades regionais, além das diferenças entre as pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil. Ou seja, a construção da metodologia de campo e do questionário foi baseada na experiência de diferentes pesquisas de vitimização brasileiras, além da discussão com pesquisadores especialistas no tema, que participaram de algumas dessas pesquisas. Sendo assim, a metodologia para pesquisa de vitimização desenvolvida neste projeto é um produto que pode ser aplicado em qualquer lugar no Brasil, seja em municípios, regiões metropolitanas, estados ou, até mesmo, em âmbito nacional. Considerando todos os ajustes e inclusões no questionário, o *survey* foi chamado de "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização". A seguir serão apresentados maiores detalhes do projeto.

## Quadro 1 – Pesquisas de Vitimização no Brasil<sup>1</sup>

	Pesquisa	Ano	Abrangência
1	Pnad	1988	Brasil
2	Ilanud	1992	Município do Rio de Janeiro
3		1996	
4		1997	
5	Iser/PAHO	1996	Município do Rio de Janeiro
6	Iser/FGV	1996	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
7	O Povo e a PM	1997/98	Distrito Federal
8	Seade	1998	São Paulo*
9	USP	1999	Região Metropolitana de São Paulo
10	ISER	2000	Baixada (RJ)
11	CDHP - IBGE	2001	Copacabana e Leme
12	Módulo da PESB	2002	Brasil
13	Ilanud/FIA/USP	2002	São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife**
14	ISP / Viva Rio	2002	Município do Rio de Janeiro
15	CRISP	2002	Município de Belo Horizonte
16	IFB	2003	Município de São Paulo
17	GUTO - UNESP	2003	Município de Marília (SP)
18	Módulo do <i>BH Area Survey</i>	2003	Município de Belo Horizonte (MG)
19	Marcos Rolim	2004	Alvorada (RS)
20	IBPS - PMV	2005	Rio de Janeiro
21	SSP- NEPP- PR	2005	Curitiba e Foz do Iguaçu
22	UERJ – NUPEVI	2005/06	Município do Rio de Janeiro
23	CRISP	2006	Região Metropolitana de Belo Horizonte
24	ISP	2006	Região Metropolitana do Rio de Janeiro

<sup>1</sup> Para uma descrição mais detalhada de cada uma das pesquisas mencionadas, ver Pinto, Borges e Azevedo, "Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro". Trabalho apresentado no 31º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2006.

## 2.1. A Realização do *Workshop* "Metodologia para Pesquisa de Vitimização"

Período de Referência	Tamanho da Amostra
1 ano	81.628 domicílios
5 anos	1.000 entrevistados
5 anos	2.400 entrevistados
5 anos	2.469 entrevistados
1 ano	1.126 entrevistados
1 ano	14.000 domicílios
6 meses	1.000 entrevistados
1 ano	1.389 entrevistados
1 ano	450 entrevistados
Toda a Vida	2.460 entrevistados
5 anos	2.800 entrevistados
1 ano	765 entrevistados
1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados
Toda a vida	Não consta
1 ano	1029 entrevistados
1 ano	500 domicílios
1 mês	1.100 entrevistados***
1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
Toda vida e 1 ano	4.000 entrevistados
1 ano e 5 anos	6.220 entrevistados
1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados

A primeira atividade deste projeto foi a realização do *workshop* "Metodologia para Pesquisa de Vitimização". Esse *workshop* teve o intuito de proporcionar um encontro entre especialistas das áreas de segurança pública, violência e criminalidade de todo o Brasil, para discutir uma metodologia e um questionário apropriados à realização de uma pesquisa de vitimização, cuja aplicabilidade fosse tangível a todo território nacional. O encontro foi realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2006, no CEDIM (Conselho Estadual de Direitos da Mulher), através de uma iniciativa do ISP (Instituto de Segurança Pública) em parceria com a SENASP-MJ (Secretaria Nacional de Segurança Pública), com o patrocínio da SEDH-PR (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) e da União Européia. Esse *workshop* foi o ponto de partida para a elaboração de todas as etapas deste projeto.

Para esse encontro foram convidados pesquisadores com ampla experiência em pesquisas de vitimização e nas áreas de segurança pública, violência e criminalidade de diferentes estados brasileiros, além de pesquisadores do ISP.

\*Região Metropolitana e municípios com mais de 50.000 habitantes

\*\* municípios \*\*\*Por telefone

Fonte: Catão, 2000; atualizado.

No primeiro dia do *workshop* foram apresentados os objetivos do projeto, a metodologia da pesquisa de vitimização utilizada pelo UNICRI (United Nations International Crime and Justice Research Institute) e a proposta de adotar essa metodologia como base para o projeto. Também foi discutido como contextualizá-la com relação à realidade brasileira. Essa proposta de adotar a metodologia UNICRI como base para o projeto advém de um protocolo assinado pelo governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU), para que haja a possibilidade de se comparar os resultados dos *surveys* de vitimização nacionais com os de outros países que utilizam o mesmo procedimento de pesquisa.

A apresentação da metodologia da pesquisa de vitimização utilizada pelo UNICRI foi realizada pelo Dr. Túlio Kahn, que coordenou pesquisas de vitimização no Brasil que seguiram as orientações UNICRI. Kahn comentou sobre algumas características importantes dessa metodologia, que não poderiam deixar de ser consideradas, como: população-alvo ser composta por pessoas com 16 anos ou mais; amostragem aleatória; um mínimo de 1.000 entrevistas; e abordagem da vitimização através de diversas modalidades criminais: roubo/furto de moto, depredação em automóvel, roubo/furto de bicicleta, roubo/furto de automóvel, furto de algum item de dentro do carro, roubo/furto a pessoas, agressão, arrombamento de casa, tentativa de arrombamento de casa e agressão sexual.

No segundo dia, os estudiosos foram divididos em quatro Grupos de Trabalho (GT) temáticos, para discutir e apresentar sugestões de questões a serem consideradas na metodologia do projeto. Para essa discussão, cada GT possuía um coordenador, e, como base, foram utilizados questionários do ICVS (International Crime Victimization *Survey*) aplicado em Moçambique, ISER/PAHO e ISER/FGV.

Os GT foram separados por temas: no GT 1 foram discutidas questões sobre avaliação da segurança pública, violência, sentimento de insegurança, porte de arma de fogo e qualidade de vida; no GT 2 tratou-se das perguntas sobre vitimização por furto e estelionato; no GT 3 foram abordadas as questões sobre vitimização por roubo, extorsão e seqüestro; e no GT 4 foram analisadas as questões referentes a agressão (ameaças, agressões físicas e sexuais) e acidentes de trânsito. Para as questões abordadas nos GT 3 e 4 foi sugerida a inclusão de perguntas sobre o impacto da vitimização sobre a saúde e a utilização de arma de fogo nas respectivas modalidades criminais. Como resultado dos GT ficou decidido que a pesquisa trabalharia com as 11 modalidades criminais utilizadas pelo UNICRI

(United Nations International Crime and Justice Research Institute), porém diferenciando os roubos dos furtos, e incluindo acidente de trânsito e estelionato. Além disso, a idéia inicial era realizar uma pesquisa qualitativa no Rio de Janeiro, com o objetivo de aperfeiçoar a confecção do questionário.

Para elaborar e pôr em prática as idéias discutidas e apresentadas no *workshop* e definir uma metodologia apropriada à realização de um *survey* de vitimização dentro dos parâmetros do projeto, foram convidados três consultores especialistas na área de segurança pública, violência e criminalidade, os quais, inclusive, já tinham participado de pesquisas de vitimização, e dois consultores especialistas em amostragem. Foram eles: Dr<sup>a</sup> Jacqueline Muniz, antropóloga, professora da Universidade Candido Mendes; Dr. Michel Misse, professor do departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do NECVU (Núcleo de Estudos da Cidadania, do Conflito e da Violência Urbana da UFRJ); Dr<sup>a</sup> Yolanda Catão, pesquisadora na área de Justiça e Segurança Pública; Antônio José Ribeiro Dias, estatístico e pesquisador titular do IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia); Maurício Lilá, também estatístico e técnico em estatística do IBGE, entre outros colaboradores.

Durante quatro meses foram realizadas reuniões semanais com esses especialistas com a finalidade de discutir e desenvolver o questionário e a metodologia, com vistas à sua aplicação em nível municipal, estadual e nacional. Nesses encontros modelos já testados nacional e internacionalmente foram levados em consideração, bem como sua viabilidade com relação à realidade social brasileira.

## 2.2. Pesquisa Qualitativa

Um *survey* de opinião sobre temas tão complexos quanto segurança pública, violência e criminalidade deve levar em consideração o possível desconhecimento da população-alvo sobre determinadas categorias de interesse, já que o mau entendimento pode produzir desvios significativos nos resultados da pesquisa. É possível que, ao utilizar nas perguntas do questionário algumas dessas categorias, o pesquisador não capte o que efetivamente se quer, ou seja, de acordo com a forma de apresentação, o resultado pode variar segundo a percepção que o entrevistado tem sobre o tema. Também a utilização de linguagens locais em um questionário que deverá ser replicado nacionalmente merece maior atenção. Por isso, conforme sugestão do *workshop*, foram realizadas entrevistas qualitativas

para contribuir com a elaboração das perguntas do questionário da pesquisa de vitimização, oferecendo subsídio para o aprofundamento e a definição do que o entrevistado irá responder.

As entrevistas qualitativas foram realizadas por dois antropólogos experientes com relação aos temas violência e segurança pública, Lênin Pires<sup>1</sup> e Gláucia Mouzinho<sup>2</sup>, convidados para participarem dessa etapa do projeto. As entrevistas foram realizadas em julho de 2006, com o objetivo de buscar percepções de pessoas sobre os problemas de segurança, e foram divididas em dois grupos: civis e autoridades dos sistemas de justiça penal e de segurança pública. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro que buscou contemplar um conjunto de questões capazes de aperfeiçoar o entendimento das perguntas considerando o contexto social. O perfil das entrevistas é o seguinte:

#### Cinco entrevistas com civis, sendo:

1. Mulher casada de 35 anos, moradora da Ilha do Governador;
2. Mulher casada de 42 anos, moradora da zona sul do Rio;
3. Mulher viúva de 46 anos, moradora da cidade de São Gonçalo;
4. Homem solteiro de 29 anos morador da cidade do Rio de Janeiro; e
5. Homem solteiro de 36 anos morador da cidade Belfort Roxo.

#### Três entrevistas com autoridades, sendo:

1. Juiz da vara de execuções penais;
2. Delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; e
3. Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

A análise e a reflexão sobre essas narrativas resultaram na identificação de variáveis a serem abordadas na pesquisa, o que foi de grande relevância na elaboração do questionário. Algumas das conclusões encontradas nas entrevistas se

---

1 Doutorando em Antropologia na UFF e pesquisador do NUFEP/UFF (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa).

2 Doutoranda em Antropologia na UFF e pesquisadora do NUFEP/UFF (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa).

referem ao uso da categoria "violência", que foi interpretada de formas diferentes para designar a mesma ordem de fenômenos. Por exemplo, alguns entrevistados não observaram a "violência doméstica" como um caso de violência passível de ser qualificado como delito. O mesmo aconteceu com a categoria "segurança", que foi utilizada em diferentes perspectivas. Para um entrevistado, por exemplo, segurança está relacionada à forma como se anda em um transporte público com criança, mas também à possibilidade de andar pelas ruas sem sofrer uma lesão ocasionada por uma "bala perdida". Os entrevistados que falaram sobre a categoria "favela" foram quase unânimes em relacionar essa forma de organização domiciliar urbana a estratégias organizadas de crime.

Outro ponto importante percebido nas entrevistas foram as diferentes percepções sobre o sistema de segurança pública, particularmente acerca das atribuições das polícias. Quase todos os entrevistados interpretaram as atividades da Guarda Municipal como um serviço público de proximidade, que atue no apoio às pessoas e na vigilância. Já no tocante às atividades da Polícia Militar e Polícia Civil, o desconhecimento do que cada instituição faz é bastante significativo, dado que foi de suma importância na elaboração do questionário. Nesse sentido, vale ressaltar a idéia de que, independente do perfil, os entrevistados, sem exceção, não conhecem a estrutura de funcionamento do sistema de segurança pública. Embora o número dessas entrevistas tenha sido incipiente para o método qualitativo de entrevista, isso não é relevante, mas sim a sua interpretação e análise, que foram significativas para o entendimento de alguns conceitos, o que justifica de sua inclusão na elaboração do questionário.

### **2.3. O pré-teste**

O pré-teste do questionário da "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização" teve como objetivo avaliar e testar o questionário da pesquisa em vários aspectos, tais como: ordenamento do questionário, formulação das perguntas, duração da entrevista, temas abordados, categorias apresentadas em algumas perguntas, vocabulário e presença de perguntas repetitivas, erros de digitação e ortografia. Também consistiu em uma forma de aplicar algumas sugestões dadas pelos entrevistadores.

As entrevistas foram realizadas em agosto de 2006 com moradores da cidade do Rio de Janeiro e alguns municípios da Região Metropolitana deste estado. Dezoito pessoas, entre elas estudantes, desempregados, funcionários públicos,

aposentados, donas-de-casa e empregados assalariados, responderam ao questionário. Dez delas eram mulheres, e oito, homens. Sete pessoas eram moradoras da cidade do Rio de Janeiro, dos bairros de Copacabana, Engenho Novo, Vila Isabel e Tijuca; sete entrevistados eram moradores da cidade de Niterói, dos bairros de São Domingos, Ingá, São Lourenço e Itaipu; três outros eram moradores da cidade de São Gonçalo, dos bairros de Jardim Catarina, Porto Velho e Alcântara; e um de Rio Bonito.

A aplicação dos questionários foi realizada por sete pessoas, entre elas pesquisadores da equipe da "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização" e estagiários do ISP (Instituto de Segurança Pública). Cada entrevistador aplicou de dois a três questionários. Em geral, as entrevistas foram realizadas próximo às residências dos entrevistadores, obtendo uma duração média de uma hora e meia.

Em razão da longa duração da entrevista, várias perguntas tiveram que ser suprimidas do questionário, pois para tornar uma pesquisa domiciliar viável, é recomendável que não se ultrapasse uma hora. A estrutura do questionário da "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização", dividido por blocos temáticos, após o pré-teste, sofreu modificações, principalmente no que se refere ao bloco de Avaliação da Segurança Pública, por este detalhar todas as instituições responsáveis pela segurança – Polícia Civil, Militar e Guarda Municipal. Ficou decidido que as perguntas relacionadas à avaliação do trabalho da Guarda Municipal seriam excluídas.

Outro questionamento que surgiu com a aplicação do pré-teste foi sobre o critério que deveria ser seguido para se ter uma definição-padrão de vizinhança, já que as pessoas entrevistadas no pré-teste utilizaram critérios diferentes quando questionadas sobre o que seria vizinhança: o bairro, a rua, a vila, determinados números de casas e/ou quarteirões próximos à casa. Por haver uma diversidade de respostas, não foi viável criar uma definição exata do que seria vizinhança. Com isso, se tornou impossível comparar as vizinhanças dos locais escolhidos aleatoriamente pela "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização", uma vez que o conceito foi tratado de forma diferente: ora se referia a ruas, ora a bairros.

Com relação à escala utilizada nas perguntas, também houve problemas. As questões, então, foram reavaliadas e melhoradas, a fim de facilitar seu entendimento por parte dos entrevistados e para definir um padrão de escala a ser utilizado na avaliação de temas diversificados.

O trabalho do pré-teste também avaliou se a posição das perguntas do bloco de Vitimização, no início ou no fim do questionário, influenciaria a resposta dos entrevistados nos demais blocos, por motivo de viés ou por desgaste do entrevistado. Assim, foram criados dois modelos de questionário: um com o bloco de Vitimização na parte inicial (versão 1), e o outro, com a Vitimização ao final do questionário (versão 2). Os entrevistadores aplicaram os dois modelos. Por fim, chegou-se à conclusão de que o bloco de Vitimização, tanto no início do questionário quanto no fim, não enviesaria ou influenciaria nas respostas dadas pelos entrevistados.

### 3. Delineamento da Pesquisa

Em relação à metodologia construída para este projeto, ficou, então, definido que o *survey* deveria ser por amostragem e domiciliar, de maneira que fosse representativo para a população total estudada. Portanto, não se deveria excluir, na seleção amostral, qualquer grupo da população-alvo. Caso contrário, os resultados da pesquisa estariam comprometidos, e não seriam representativos. A pesquisa por telefone também foi um método cogitado para este projeto, mas, apesar de ser utilizado em pesquisas internacionais, não apresentaria resultados satisfatórios neste caso – nem todos os domicílios brasileiros possuem telefone fixo: “Em qualquer município deste país, há o agravante de que os segmentos da população que são excluídos provavelmente são aqueles que mais sofrem, na sua rotina diária, com os problemas da violência urbana” (Zaluar, Leon e Monteiro, 2006)<sup>3</sup>.

Definiu-se como população-alvo para o *survey* de vitimização pessoas da área pesquisada com 16 anos ou mais. Para a pesquisa, delimitada no projeto, esta área é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nos levantamentos feitos a partir dessa metodologia, foram utilizados dois períodos de referência, de acordo com as diferentes perguntas, o de 5 anos antes

---

3 Segundo dados da PNAD de 2003, no Brasil, a proporção de domicílios com telefone fixo convencional era de 50,8%. Na pesquisa por telefone, as unidades a serem selecionadas na amostra deveriam ser, obrigatoriamente, domicílios com telefone fixo convencional. Sendo assim, a amostra obtida não seria representativa para toda a população, ainda mais se for considerado o perfil da população excluída. “O viés é claro e muito grave em pesquisa deste tipo. Mais ainda: perguntas feitas por telefone não podem escolher (sistemática e aleatoriamente) quem, no domicílio, vai responder às questões, já que a pressa impõe as respostas a quem se encontra em casa no momento do telefonema. Isto anula duplamente a representatividade de uma amostra [...], o que prejudica quaisquer projeções feitas para a população total da cidade” (Zaluar, Leon e Monteiro, 2006).

da data da entrevista, conforme utilizado pelo UNICRI, e o de 12 meses anteriores à entrevista. Para a data de realização da pesquisa com esta metodologia, fica sugerida a sua aplicação nos primeiros meses do ano, para facilitar o entrevistado na identificação do período de referência.

### 3.1. Planejamento Amostral

Considerando as restrições operacionais e orçamentárias para a realização de um levantamento das informações através de uma operação censitária (investigação de todos os residentes da área de abrangência da pesquisa), optou-se pela utilização da técnica estatística de amostragem probabilística, em que parte da população (amostra) é selecionada, de forma que seja representativa da população como um todo.

A amostra proposta foi selecionada em três estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra de setores censitários<sup>4</sup>, segundo estratificação descrita a seguir;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior; e
- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa.

A estratificação dos setores censitários foi feita segundo o seguinte procedimento:

1. Dividir a Região Metropolitana em dois estratos geográficos:
  - a. Município da Capital
  - b. Demais municípios da Região Metropolitana
2. Considerar Setores Especiais de Aglomerado Subnormal (Favelas) como um estrato à parte.
3. Criar três estratos de setores segundo a escolaridade média do responsável pelo domicílio no setor.

A proposta de estratificar geograficamente (como foi descrito em "1") possibilita estimar variáveis de interesse para esses domínios geográficos com uma medida de precisão controlada.

---

4 O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do território nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do país. (Documentação do CD do Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo, Censo Demográfico 2000, IBGE).

Além de possuírem características peculiares, os Setores Especiais de Aglomerado Subnormal (Favelas) se mostraram homogêneos quanto à variável escolaridade. Por essa razão, esses setores foram tratados como um estrato independente de seleção.

O procedimento proposto em "3" tem como objetivo conjugar setores censitários de forma que setores formados por domicílios com situação socioeconômica semelhante sejam agrupados no mesmo estrato. Para realizar esse procedimento foi usada uma técnica de análise de conglomerados, chamada k-médias, implementada pela Proc Fastclus do SAS.

A escolha da variável escolaridade para estratificação vem do fato dessa informação estar correlacionada positivamente com a renda, sendo freqüentemente utilizada para representar a situação socioeconômica da população. Esse foi o procedimento utilizado, por exemplo, na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF 2002-2003).

Como exercício de investigação utilizou-se, também, a renda média do responsável pelo domicílio, tanto isoladamente como em conjunto com a escolaridade média. Ambos os resultados se mostraram piores do que considerando somente a escolaridade média.

São considerados como de interesse para a pesquisa de vitimização somente os setores do tipo Comum ou Não Especial e os Setores Especiais de Aglomerado Subnormal. Outros setores especiais como quartéis, asilos, penitenciárias, hospitais, etc, não foram incluídos.

Dessa maneira, a estratificação proposta para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro resulta na tabela 1 seguinte:

**Tabela 1 – Distribuição dos setores por estrato de seleção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Estrato Geográfico	Estrato Socioeconômico				Total
	1-Baixa	2-Média	3-Alta	4-Favela	
Capital	1.986	2.986	1.637	1.439	8048
Resto	1.457	4.603	514	214	6788
Total	3.443	7.589	2.151	1.653	14.836

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007).

Ao verificar a estratificação acima para o município do Rio de Janeiro, nota-se que a alocação dos bairros nos estratos propostos segue uma distribuição esperada. Os setores dos bairros que sabidamente são habitados por moradores de renda mais alta têm seus setores alocados, em sua maioria, nos estratos compostos por setores onde a escolaridade média dos responsáveis é mais alta.

O tamanho da amostra para a pesquisa de vitimização foi determinado administrativamente, de acordo com os recursos e o tempo disponíveis para sua realização. Dessa maneira, foi arbitrado o número de cerca de 5.000 entrevistados, em aproximadamente 250 setores censitários, para que fosse obtido um número suficiente de entrevistas para garantir uma boa qualidade na análise dos resultados da pesquisa. Desse modo, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram selecionados 254 setores censitários, número ajustado devido a arredondamentos para a alocação proporcional da amostra aos estratos.

A tabela 2 mostra a alocação da amostra segundo a estratificação proposta.

**Tabela 2 – Alocação dos setores por estrato, considerando setores urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

<b>Estrato de escolaridade do chefe</b>	<b>Setores na amostra</b>	<b>%</b>
1-Baixa-Capital	34	13,4
1-Baixa-Resto RM	23	9,1
2-Média-Capital	52	20,5
2-Média-Resto RM	79	31,1
3-Alta-Capital	28	11
3-Alta-Resto RM	9	3,5
4-Favela-Capital	25	9,8
4-Favela-Resto RM	4	1,6
<b>Total de setores censitários</b>	<b>254</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007).

Os dados utilizados para a estratificação e seleção da amostra de setores censitários foram obtidos do arquivo Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo do Censo demográfico de 2000, 2ª edição, volume 5, Rio

de Janeiro. Além disso, o IBGE forneceu os mapas dos setores censitários selecionados para a realização do trabalho de listagem dos domicílios desses setores para posterior seleção dos domicílios e pessoas que seriam entrevistadas.

Após a seleção dos setores da amostra foi realizada a listagem dos domicílios particulares ocupados de cada um dos setores. Essa operação foi necessária por dois motivos: a distância entre a pesquisa e o censo demográfico de 2000, o que, certamente, levou a uma desatualização das informações estruturais de cada setor, e para criar um cadastro de seleção de domicílios no qual fosse possível buscar, de antemão, alguma informação sobre a presença ou não de moradores que foram vítimas de algum ato violento, no âmbito da pesquisa.

De posse dos resultados da listagem dos domicílios de cada setor, a meta era selecionar uma amostra de domicílios com moradores vitimizados e outra de domicílios sem moradores vitimizados, totalizando cerca de 5.000 domicílios. Inicialmente foram selecionados aleatoriamente 20 domicílios por setor, sendo 10 com moradores vitimizados e 10 sem moradores vitimizados. Porém, devido às recusas ou a outro tipo de problema que impedia a realização de entrevistas causando redução no tamanho final da amostra, o número de domicílios selecionados passou a ser de 30, sendo a metade de vitimizados e outra metade de não-vitimizados. Como regra, os domicílios onde não foi possível a realização das entrevistas não foram substituídos, sendo esse fato tratado no momento da determinação dos pesos amostrais.

Em cada domicílio da amostra foi selecionada uma pessoa, com 16 anos ou mais de idade, para responder o questionário da pesquisa. No caso dos domicílios com vítimas, a pessoa foi selecionada entre aquelas que foram vítimas de algum tipo de evento violento abrangido pela pesquisa.

Para a seleção da pessoa foi utilizado um mecanismo que visou a tirar a influência do entrevistador, minimizando a possibilidade de vícios de coleta, como, por exemplo, seleção preferencial de moradores presentes no domicílio no momento da primeira visita. Isso poderia levar à seleção de grande número de idosos, pessoas do sexo feminino, por exemplo, que são os moradores que habitualmente permanecem por mais tempo no domicílio, e, por outro lado, à não-seleção de estudantes ou pessoas que trabalham fora do domicílio.

Os moradores de cada domicílio selecionado foram listados seguindo uma ordem pré-estabelecida: responsável pelo domicílio, cônjuge, filhos em ordem decrescente de idade e demais moradores, também, por ordem de idade. Em seguida foram numerados os moradores elegíveis, ou seja, no caso dos domicílios vitimizados, as pessoas que foram vítimas de violência e maiores de 16 anos; no caso dos domicílios não-vitimizados, foram numerados os maiores de 16 anos.

Para cada questionário/domicílio foi gerada uma etiqueta contendo os possíveis números de moradores passíveis de seleção, e para cada um desses números foi gerado um número aleatório uniformemente distribuído entre 1 (um) e o número de moradores elegíveis. Esse aleatório representava o número de ordem do morador elegível a ser selecionado.

Apresenta-se, a seguir, um exemplo de etiqueta, visando a ilustrar o processo de seleção.

<i>Elegíveis (Selecionada)</i>				
<i>1(1)</i>	<i>2(2)</i>	<i>3(1)</i>	<i>4(1)</i>	<i>5(5)</i>
<i>6(1)</i>	<i>7(3)</i>	<i>8(6)</i>	<i>9(9)</i>	<i>10(1)</i>

Caso o domicílio correspondente a esta etiqueta possuísse 4 moradores elegíveis deveria ter sido selecionado o morador elegível número 1; caso existissem 8 moradores elegíveis, seria selecionado o morador elegível de número 6.

Note-se que, para cada questionário/domicílio, foi gerada uma etiqueta própria e diferente das dos demais domicílios. No caso de um domicílio ter mais de 10 moradores elegíveis, foi considerado como se tivesse 10.

### 3.2. Metodologia do trabalho de campo

Conforme já descrito, essa metodologia adota a abordagem domiciliar com o procedimento de amostragem probabilística, cuja população-alvo são os moradores maiores de 16 anos na área pesquisada e utilizará a seguinte metodologia de campo:

**1º Momento** – Em um primeiro momento, os entrevistadores listaram todos os domicílios de cada setor censitário (254 setores censitários), preenchendo uma "Folha de *Screening*". Este formulário continha informações sobre o domicílio, e

indicava a espécie de domicílio (particular permanente ocupado, particular permanente fechado, uso ocasional, permanente vago, improvisado, domicílio coletivo e não residencial). Para os domicílios particulares permanentes ocupados foi perguntado se existia algum morador maior de 16 anos que tenha sido vitimizado por roubo, furto ou agressão nos últimos 5 anos;

**2º Momento** – A partir da listagem de domicílios particulares permanentes ocupados foram selecionadas em cada setor (sendo selecionados 20 domicílios por setor censitário), pela equipe de amostragem, duas sub-amostras: uma composta de domicílios com moradores maiores de 16 anos já vitimizados e outra de domicílios com moradores maiores de 16 anos não vitimizados, nos últimos 5 anos;

**3º Momento** – Depois dessa seleção, o entrevistador retornou aos domicílios selecionados. Em cada domicílio, foram listados todos os moradores maiores de 16 anos, ordenados segundo a relação com o responsável pelo domicílio, identificando quais destes foram vitimizados nos últimos 5 anos. A partir daí, o entrevistador selecionou qual morador seria entrevistado, utilizando a "Etiqueta de Seleção" anexada na capa do questionário.

### 3.3. O questionário

O questionário é um instrumento fundamental de um *survey*, desempenhando um papel central no processo de coleta de dados e informações sobre um determinado tema ou fenômeno. A estrutura do questionário tem um impacto importante sobre a qualidade dos dados e interfere diretamente nos resultados de uma pesquisa. Por isso, a sua construção é uma das etapas mais importantes e duradouras da pesquisa.

O desenho do questionário para a "Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização" foi idealizado a partir das orientações concebidas no *workshop*, nas reuniões semanais com os consultores, na pesquisa qualitativa e da revisão dos questionários de outras pesquisas de vitimização. Assim estabeleceu-se a maneira como a informação seria usada, o porquê de cada questão e se estas seriam boas medidas para o que se estava investigando.

Ainda, a construção do questionário da "Pesquisa Condições de Vida e Vitimização" teve como base diversas experiências de pesquisas de vitimização realizadas anteriormente no Brasil, tais como: "Pesquisa de Vitimização 2002

e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – Piaps”, realizada nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória no ano de 2002 pelo Ilnud/FIA/USP (Instituto Latinoamericano das Nações Unidas/Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo), “Atitudes e Normas Culturais Frente à Violência em Cidades Seleccionadas da Região das Américas”, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1996 pelo Iser/PAHO (Instituto de Estudo da Religião/Pan-American Health Organization – Projeto Activa), “Lei, Justiça e Cidadania: acesso à justiça, cultura política e vitimização no Rio de Janeiro”, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1996, também coordenada pelo Iser em parceria com a FGV (Fundação Getúlio Vargas), “*Survey* de Vitimização em Belo Horizonte”, pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2002 pelo CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), e a “Pesquisa de Condições de Vida e Segurança”, realizada no município de São Paulo em 2003 pelo IFB (Instituto Futuro Brasil). Essas pesquisas forneceram um ponto de partida útil na formulação das perguntas.

A metodologia desenvolvida para este projeto foi estruturada para se obter um grande volume de informações e, assim, medir os conceitos cientificamente válidos relacionados às variáveis abordadas no questionário. À etapa de elaboração do questionário foi dedicado um período significativo do projeto, na tentativa de se elaborar um bom instrumento de coleta de informações, válido e confiável, evitando a parcialidade que advém de erros sistemáticos contrapostos a simples erros aleatórios.

As perguntas foram formuladas de maneira clara e compreensível, seguindo uma seqüência lógica, para serem facilmente entendidas e respondidas precisamente, tanto por pessoas com nível de escolaridade elevado como por aquelas que possuem nível de escolaridade mais baixo, possibilitando a aplicação deste instrumento em diferentes classes sociais.

Na formulação das perguntas do questionário procurou-se identificar minuciosamente possíveis fontes de erros sistemáticos, que surgem com a medição enviesada, assim como evitar a possibilidade dos entrevistados escolherem respostas socialmente aceitáveis ou respostas que agradem por serem politicamente corretas. Para isso, foram realizados a pesquisa qualitativa e o pré-teste.

A ordenação das perguntas também é um ponto que influencia as respostas. Nesse sentido, o questionário foi dividido em sete blocos, sendo estes:

1. Identidade Social;
2. Hábitos e Práticas;
3. Vizinhança;
4. Sentimento de Insegurança;
5. Avaliação de Segurança Pública;
6. Experiência com a Polícia;
7. Vitimização; e
8. Notificação à Polícia.

Os tipos de delitos que configuraram o bloco de Vitimização nesta metodologia foram os seguintes:

- a) Furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
- b) Tentativa de furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
- c) Furto de itens do carro;
- d) Tentativa de furto de itens do carro;
- e) Arrombamento de casa;
- f) Tentativa de arrombamento de casa;
- g) Furto de algum outro bem;
- h) Tentativa de furto de algum outro bem;
- i) Roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
- j) Tentativa de roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
- k) Roubo de itens de veículos;
- l) Tentativa de roubo de itens de veículos;
- m) Roubo de casa;
- n) Tentativa de roubo de casa;
- o) Roubo de algum outro bem;
- p) Tentativa de roubo de algum outro bem;
- q) Vandalismo em veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
- r) Estelionato;
- s) Agressões e ameaças;
- t) Acidente de trânsito; e
- u) Ofensa sexual.

Assim, cada bloco possui uma seqüência de perguntas que, se alteradas, podem produzir viés na pesquisa como um todo. Ao dividir o questionário em blocos, e ordenar as perguntas segundo linhas de discussão, o instrumento de coleta tornou-se mais fluido para a aplicação da entrevista, tanto pelo entrevistador como para o entrevistado.

Sendo o questionário estruturado em blocos, estes se diferenciam por seu grau de importância. Os blocos tidos como fundamentais são os considerados permanentes, ou seja, devem estar contidos em qualquer pesquisa de vitimização que venha a adotar a metodologia proposta por este projeto. Os blocos obrigatórios são os de Identidade Social, Vitimização e Notificação à Polícia.

O bloco de Identidade Social, embora obrigatório, possui questões que podem variar de acordo com o interesse de cada pesquisador. As perguntas sobre escolaridade, renda e trabalho podem sofrer mudanças. Caso se queira medir a população economicamente ativa (PEA), as questões sobre trabalho deverão permanecer sem mudança. A pergunta opcional desse bloco é aquela que menciona se o entrevistado freqüenta escola ou universidade, pois essa questão mede a circulação do morador e a exposição dele ao risco.

O bloco de Vitimização não possui perguntas opcionais, sendo importante manter a mesma estrutura, inclusive no que diz respeito à posição das perguntas e sua redação, evitando assim que os dados sejam enviesados. Isso possibilitará uma comparação dos resultados gerados por outras pesquisas de vitimização que adotarem a metodologia proposta neste projeto.

Além do bloco de Vitimização, existe outro bloco obrigatório, que é o de Notificação à Polícia. Nesse bloco não será possível a variação ou a retirada de perguntas, pois será através deste que se verificará a subnotificação dos crimes e a maneira como o entrevistado foi tratado pela polícia no ato da notificação. Sendo assim, ao comparar com outras aplicações desta metodologia, será possível avaliar a variação das razões que levaram o entrevistado a chamar/informar ou não a polícia e, para os que informaram, os motivos que os levaram a ficar ou não satisfeitos com o atendimento policial.

Os blocos Hábitos e Práticas, Vizinhaça e Experiência com a Polícia são todos opcionais, podendo ou não ser incluídos na pesquisa, variando, desta forma,

conforme a prioridade estabelecida pelo pesquisador, a partir da observação da realidade local e da necessidade de responder aos desafios encontrados.

O bloco de Sentimento de Insegurança é opcional, porém, se escolhido para a pesquisa, deve conter quatro perguntas básicas. Essas perguntas se referem ao sentimento de insegurança dos entrevistados ao andarem em seus respectivos bairros ou em bairros desconhecidos durante o dia e durante a noite.

O bloco referente à Avaliação de Segurança Pública também é opcional, entretanto, se escolhido, é obrigatória a presença de questões que levantam a confiança ou não nas polícias (Militar e Civil), a avaliação dos serviços prestados por elas e a concordância ou não do entrevistado em relação a algumas práticas policiais.

Deve ser ressaltado que o questionário da "Pesquisa Condições de Vida e Vitimização" inovou ao tratar de temas ainda poucos explorados, como experiência com a polícia, agressões e ameaças e a notificação à polícia. As inovações que se referem à "Experiência com a Polícia" foram no tocante às relações, contato e experiências entre a população e as polícias. No bloco sobre a "Notificação à Polícia" foram incluídas questões que medem, além da insatisfação com o atendimento policial, comum em outras pesquisas de vitimização, a satisfação em relação ao atendimento recebido da polícia e o porquê da avaliação positiva, não se detendo apenas nas questões negativas do atendimento policial, mas considerando os bons resultados dos serviços prestados à população.

O questionário foi construído, assim, com o objetivo de aplicação em todo o contexto nacional. Dessa maneira, isso possibilita a flexibilização de algumas perguntas de acordo com a realidade de cada estado brasileiro, sendo opcional a inclusão ou exclusão de certas perguntas que venham a atender as diferenças regionais agravadas pela grande extensão do território brasileiro, ou pelo objetivo da pesquisa.

## **Considerações Finais**

No Brasil, até o momento, foram realizadas diversas pesquisas de vitimização em diferentes regiões. Entretanto, há pouca comparabilidade entre esses *surveys*, já que as instituições utilizaram diferentes metodologias de pesquisa. Neste projeto foram desenvolvidos uma metodologia padrão e um questionário que podem ser aplicados em qualquer lugar do país, viabilizando as comparações nacionais e internacionais.

Nessa metodologia ficou definido que a pesquisa deveria ser por amostragem e domiciliar, aplicada a moradores com 16 anos completos ou mais dentro da área pesquisada. Seriam utilizados dois períodos de referência, o de 5 anos antes da data da entrevista, conforme utilizado pelo UNICRI, e o de 12 meses anteriores à entrevista. O trabalho de campo ficou dividido em dois momentos: o arrolamento de todos os domicílios do setor censitário selecionado para a amostra (*screening*), e a realização de entrevistas individuais com vítimas e não-vítimas, selecionadas a partir de uma pré-seleção feita na primeira etapa.

O questionário foi construído para abordar temas relacionados às condições de vida e cidadania, além de 21 tipos de delitos. Desse modo, além de abordar a questão da vitimização, esse questionário buscou compreender o contexto social no qual a dinâmica contida nos delitos não registrados se estabelece.

As pesquisas de vitimização, em geral, têm por objetivo mensurar os crimes não reportados às autoridades policiais, as razões deste comportamento e as informações sobre as vítimas dos delitos, assim como avaliar os serviços prestados pelas instituições de segurança pública. Nesse sentido, são importantes instrumentos para o planejamento estratégico, indicando os tipos de crime e as pessoas mais expostas a determinadas situações de violência. Servem, também, como base para estudos sociais visando a uma atuação mais eficaz em políticas públicas contra a violência.

Sendo assim, esta metodologia de pesquisa em vitimização busca aprimorar os métodos de mensuração das questões referentes à violência e à criminalidade no país, com possibilidade de aplicação em todo o Brasil.

## Referências

- CATÃO, Y. *Pesquisas de vitimização*. In: Cerqueira (Org.); Lemgruber (Org.); Muzumeci (Org.). II Encontro do Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA e CESeC/UCAM, 2000.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ZALUAR, A.; LEON, A. P. de. & MONTEIRO, M. *Vitimização: medos, mudanças e manipulações*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos da Cidade. Rio Estudos n° 200. Maio de 2006.



# METODOLOGIA DE PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO: A EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO

André Augusto Brandão<sup>1</sup>

Salete Da Dalt<sup>2</sup>

Anderson Paulino da Silva<sup>3</sup>

Priscilla Caldellas dos Santos<sup>4</sup>

A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização é uma sondagem do tipo *survey* com base em um modelo internacional de pesquisas das Nações Unidas, cujo objetivo principal é conhecer os hábitos e práticas cotidianas da população, especificamente no que diz respeito a aspectos ligados ao sentimento de insegurança e situações de violência das quais os entrevistados tenham sido vítimas.

Para a testagem metodológica desse modelo de pesquisa no Brasil, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) contratou a Fundação Euclides da Cunha, que realizou, através do DataUFF - Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense, as atividades de campo em toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro e outros municípios do entorno.

A pesquisa seguiu uma amostragem probabilística, com previsão de 5.000 entrevistas em 250 setores censitários, selecionados aleatoriamente por uma equipe de amostristas, de modo a fornecer um mapa representativo dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Todo o trabalho foi executado em duas etapas. A primeira correspondeu à varredura de campo, na qual os pesquisadores identificaram nos setores selecionados pela amostra o número de moradores por domicílio e o número de vítimas

---

1 Dr. em Ciências Sociais e professor da ESS/UFF

2 Socióloga e Mestre em Avaliação de Políticas Sociais/UFF

3 Sociólogo e Mestre em Avaliação de Políticas Sociais/UFF

4 Graduanda em Ciências Sociais/UFF

de violência no período de corte da pesquisa. A partir dessa fase inicial foram sorteados os domicílios nos quais foram realizadas as entrevistas que compõem o banco de dados, que resultou no produto final da pesquisa. Seguindo a metodologia prevista na amostra, os domicílios selecionados para as entrevistas foram divididos igualmente em domicílios vitimizados e não-vitimizados, segundo o que já havia sido apurado na primeira etapa do trabalho.

Neste artigo, portanto, apresentamos uma síntese dos principais problemas encontrados nas atividades de campo e das soluções empregadas pelo DataUFF para a execução do trabalho, como uma forma de contribuição para o desenvolvimento de futuras pesquisas e a formação de pesquisadores.

A formatação deste artigo tem por base o relatório de campo da pesquisa e divide-se em três partes. Na primeira, fazemos uma discussão sobre os princípios epistemológicos do trabalho de pesquisa. A segunda parte apresenta os números apurados durante as visitas domiciliares incluídas nas duas etapas da Pesquisa de Vitimização. Na última, discutimos os registros das percepções emanadas pelos pesquisadores nas reuniões periódicas organizadas pelo Núcleo para acompanhar o andamento da pesquisa. Ao todo, realizamos oito reuniões com os pesquisadores, com uma dinâmica bastante próxima dos *focus group*. Nesses encontros, procuramos despertar nos pesquisadores a sensação, o que lhes permitiu relatar suas experiências. Ao longo da pesquisa muitos enfrentaram situações delicadas, ouviram relatos chocantes e viveram alguns momentos de insegurança típicos da natureza do trabalho, porém agravadas pelo tema da pesquisa e pelo contexto social da cidade do Rio de Janeiro.

### **Um apanhado a partir das experiências**

Pode-se dizer que o recurso a metodologias quantitativas em pesquisas sociais equivale ainda às tentativas de se alcançar um grau de aproximação da realidade que permita, em certa medida, recompor os elementos da estrutura social, desvelando seus princípios mais rígidos e regulares.

Mesmo sem pretender encarnar as antigas ambições positivistas, considerações dessa natureza estarão sempre sujeitas a uma série de questionamentos quanto à solidez ou à existência dessa tal estrutura. Diversos trabalhos nas literaturas científicas estrangeira e brasileira têm tido o mérito de apresentar a fluidez

das estruturas da sociedade, expressando através de abordagens históricas e de natureza qualitativa<sup>5</sup> toda a capacidade criativa dos indivíduos frente à rigidez das normas e valores sociais.

Na visão de muitos críticos, uma pesquisa, ao retratar as regularidades existentes na sociedade, produzirá também um "engessamento" impróprio da realidade. Na verdade, devemos dizer que a condensação de hábitos, práticas e valores individuais em unidades de informações mensuráveis equivale à realização de um "constructo", que permite pensar o social sob pontos de vista variados. Possibilita também a comparação de realidades sociais, destacando macro-semelhanças e diferenças.

Entretanto, a quantificação da realidade é justificada apenas se oferecer confiabilidade e aplicabilidade aos resultados apurados na pesquisa. É fato, porém, que a atenção destes requisitos a cada dia se torna mais dependente da sofisticação dos modelos estatísticos. Isso, contudo, de modo algum minimiza a importância da formulação e coleta de dados.

A qualidade das questões formuladas associa-se diretamente com o grau de compreensão da pergunta pelos entrevistados e, conseqüentemente, com a clareza das respostas. Em certos casos, modificações simples no formato de uma pergunta podem resultar em mudanças graves nas respostas esperadas – isso quando não se trata de esperteza das partes interessadas nos resultados. É, portanto, fundamental que os projetos que embasam as pesquisas possam explicitar com clareza seus pressupostos e objetivos antes de iniciado o trabalho de campo.

Outros fatores, como a surpresa da abordagem, o local onde o entrevistado se encontra, o interesse pessoal e a própria conjuntura social também podem influenciar nas respostas obtidas por uma pesquisa. Estas questões parecem revelar os limites das metodologias quantitativas para produzir respostas para além daquilo que foi inicialmente previsto. Dando vazão às críticas, devemos reconhecer que a dinâmica de alguns fatores não assegura mesmo a reprodução das respostas dos entrevistados no tempo e em contextos diferentes daqueles em que foram coletados originalmente<sup>6</sup>. Em função desses fatores, podemos dizer que uma pesquisa pode se tornar um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso;

---

5 Ver, por exemplo, Thompsom (1979); Ginzburg (2002).

6 As pesquisas eleitorais são um bom exemplo.

pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido. Tudo isso a alto custo pessoal e financeiro.

Deste modo, a confiabilidade dos dados coletados se associa aos parâmetros de natureza ética e epistemológica que regulam o trabalho de pesquisa. Assim, sobressaem aqueles fatores relacionados com a capacidade do(s) pesquisador(es) em atuar segundo os preceitos básicos que norteiam as regras do campo científico. No caso dos grandes *surveys*, a atividade se torna mais complexa, na medida em que a execução do trabalho deve envolver uma numerosa quantidade de pesquisadores de campo, com diferentes graus de experiência e envolvimento com o tema.

A existência de desníveis acentuados entre as motivações dos gestores do projeto e das pessoas envolvidas na coleta de dados tem se mostrado um fator de insucesso no trabalho. Nesse sentido, a formação e a gestão de uma boa equipe de pesquisadores exige também preocupações com o compartilhamento dos objetivos e dos resultados do trabalho. De outra forma, devemos salientar que a técnica da pesquisa domiciliar favorece tanto o acompanhamento do trabalho de campo quanto a sinceridade das respostas dos entrevistados, já que a pesquisa se realiza em local e ambiente de domínio do entrevistado e nas condições definidas por ele próprio. Essas condições devem servir para minimizar as pressões que envolvem a abordagem do entrevistado em pesquisas de opinião, que normalmente são feitas em locais públicos.

Não sendo possível falar em isenção total com relação aos fatos, espera-se que a interlocução com o entrevistado se descreva através de uma postura que não se mostre intimidatória, tampouco submissa com relação à posição social ocupada por ele. A confiança depositada no profissionalismo do pesquisador pode ser uma variável quase tão importante quanto o valor atribuído à pesquisa pelo entrevistado.

Trata-se aqui de pensarmos que essa relação possa estar mascarada, no sentido weberiano, em um tipo de "neutralidade ética", que respeite e compreenda os valores e crenças do outro. Durante o trabalho de campo, comumente nos deparamos com situações inusitadas que despertam interesse ou repulsa. Entretanto, a passagem da condição de espectador privilegiado para a de um participante ativo do ambiente pesquisado cria, quase sempre, interferências indesejáveis, de modo que o controle sobre a manifestação dos impulsos deve estar sempre à prova.

Sem dúvida, experiências como a Pesquisa de Vitimização e Condições de Vida, por sua dimensão e complexidade, permitiram exercer toda a capacidade de trabalho acumulada por nosso Núcleo e pelos pesquisadores que colaboram conosco.

### **Etapa Varredura**

A varredura de campo – *screening* – é uma metodologia de pesquisa que visa à identificação das unidades não-residenciais e à classificação dos domicílios-residências dentro de um setor censitário específico. Nessa primeira etapa da pesquisa, os setores censitários selecionados pela equipe do ISP foram percorridos pelos pesquisadores, e os domicílios, classificados em 6 (seis) categorias, desta forma:

1. Domicílio Permanente Ocupado;
2. Domicílio Particular Fechado;
3. Domicílio de Uso Ocasional;
4. Domicílio Vago;
5. Domicílio Coletivo;
6. Não-Residencial.

Estas categorias são comumente utilizadas pelo IBGE em pesquisas domiciliares para definir a situação dos domicílios quanto ao uso e à presença de moradores na ocasião da visita. Nos casos de ausência de moradores, a orientação era para que a visita fosse repetida em momentos diferentes do dia. Contudo, em várias ocasiões foi necessário recorrer ao auxílio da vizinhança para que pudéssemos definir a situação do domicílio.

No caso dos domicílios qualificados na situação "1", permanente ocupado, o(s) morador (es) com 16 ou mais anos de idade – denominado informante *prox*y – era(m) questionado(s) quanto ao número total de moradores da residência e sobre a ocorrência de casos de roubo, furto ou agressão no tempo de corte da pesquisa, ou seja, janeiro de 2002 a dezembro de 2006. Para o detalhamento da pesquisa, era entregue aos moradores uma carta, com a finalidade de esclarecer os objetivos da pesquisa e ressaltar o provável retorno do pesquisador, estratégia que se mostrou exitosa na superação de algumas resistências à participação.

No geral, a organização espacial do bairro revelou-se outro facilitador das condições de trabalho. Nos bairros com um número elevado de prédios, porém, encontramos diversos obstáculos para o acesso aos moradores, pela necessidade de autorização dos síndicos, situação freqüente nas regiões mais nobres da cidade do Rio de Janeiro. O uso da "Carta de Apresentação" se deu para a formalização de acordos com síndicos e na busca da colaboração de porteiros e zeladores. Ainda assim, a substituição de alguns setores foi necessária, devido a recusas de síndicos ou conselhos de moradores. Em alguns setores, o trabalho somente foi possível com a realização das entrevistas através do interfone dos prédios, o que impediu o contato direto com os moradores.

Entretanto, a razão principal para o maior prolongamento dessa etapa da pesquisa deveu-se especialmente ao trabalho nos setores subnormais, correspondentes àquelas regiões da cidade conhecidas por favelas, com forte presença do tráfico de drogas. Para essas regiões foram pensadas, em conjunto com a equipe do ISP, estratégias específicas de entrada em campo, que incluíam o contato prévio com as associações de moradores e a divulgação da pesquisa pelas rádios comunitárias.

A inexistência dessas rádios na maioria das comunidades onde se localizavam os setores selecionados inviabilizou o uso dessa estratégia. Todavia, a ausência das associações de moradores se mostrou fundamental para que fossem superadas as desconfianças das pessoas envolvidas com o comércio das drogas e, conseqüentemente, para a entrada em campo dos pesquisadores. Ainda assim, o cancelamento do trabalho em algumas comunidades foi necessário, para que pudéssemos garantir a segurança e resguardar a integridade de pesquisadores e supervisores.

Em alguns desses setores constatamos uma taxa de vitimização muito inferior à da média identificada em outras áreas listadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa situação nos permitiu fazer inferências sobre o cálculo racional nas respostas dos entrevistados, premidos entre o desejo de colaborar com a pesquisa e o poder dos traficantes de drogas.

Entretanto, tanto nas áreas de favela como em todos os outros setores censitários selecionados pudemos observar que a menção ao nome da Universidade Federal Fluminense juntamente com o da União Européia como executores do

trabalho resultava num fator de credibilidade para os entrevistados, além de evitar suscetibilidades provocadas pelo tema da segurança pública, sobretudo em algumas áreas conflagradas do Rio de Janeiro. É possível crer que o nome da Universidade e da UE tenham contribuído para uma imagem de confiança no tratamento das informações coletadas.

Ao final, foram mapeados 254 setores, quatro a mais que o previsto inicialmente, tendo havido aplicação de questionários em 253 deles. O aumento desse número previa a compensação das perdas de pessoas vitimizadas nas amostras de alguns setores. Em outros, ao contrário, a varredura foi limitada ao número de 350 domicílios, uma vez que a quantidade de domicílios em certas regiões superava em muito o previsto, o que acaba por resultar num retardamento ainda maior no trabalho. Em alguns setores chegamos a listar mais de mil domicílios, isso considerando uma meta de cem por dia.

Ao todo, foram listadas 75.511 edificações durante a fase de varredura dos setores censitários amostrados. Desse total, 33.284 tratavam-se de domicílios permanentes ocupados, conforme consta do quadro abaixo:

Durante a varredura conseguimos a "abertura" de aproximadamente 44% dos domicílios listados. Estes se referem aos domicílios particulares permanentes com moradores presentes no momento do trabalho da listagem. Quase 36%

**Tabela 1 – Tipos de estabelecimento listados**

	Freqüência	(%)
Particular ocupado	33284	44,1
Particular fechado	27001	35,8
Uso ocasional	637	0,8
Vago	4515	6,0
Uso coletivo	24	0,03
Não-residencial	5932	7,9
Outros	4118	5,5
<b>Total</b>	<b>75511</b>	<b>100</b>

Fonte: DataUFF/ISP- 2007- Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

dos estabelecimentos eram domicílios particulares permanentes onde não foram encontrados moradores no momento da listagem, mesmo após a terceira visita do pesquisador. Em 7,9% dos casos, os estabelecimentos listados eram utilizados com fins comerciais (estabelecimentos comerciais); em 6% dos casos, os domicílios estavam vazios (vagos); e 5,5% tratavam-se de terrenos, campos, casas em construção, etc.

Menos de 1% dos domicílios foram categorizados como de uso ocasional (0,8%). Cerca de 0,03% como de uso coletivo (repúblicas, asilos etc.). Os primeiros foram identificados particularmente nos balneários mais distantes das cidades, nos quais as informações obtidas com a vizinhança foram de fundamental importância para que pudéssemos encerrar o setor.

Para a seleção das residências que seriam entrevistadas foram levados em conta apenas os domicílios permanentes ocupados, ou seja, 33.248 domicílios (ou 44,1% do total de estabelecimentos visitados no momento da listagem dos domicílios dos setores censitários), classificados como particulares permanentes e com informações sobre os moradores. O quadro demonstra a distribuição desses domicílios por municípios.

**Tabela 2 – Total de Domicílios Permanentes Ocupados listados por Municípios**

	Freqüência	(%)
Rio de Janeiro	17432	52,4
São Gonçalo	3280	9,9
Duque de Caxias	2959	8,9
Nova Iguaçu	2956	8,9
Belford Roxo	1210	3,6
Niterói	1190	3,6
São João de Meriti	866	2,6
Itaboraí	708	2,1
Magé	681	2,0
Nilópolis	407	1,2
Queimados	360	1,1
Japeri	296	0,9
Maricá	262	0,8
Seropédica	225	0,7
Itaguaí	169	0,5
Guapimirim	167	0,5
Paracambi	116	0,3
<b>Total</b>	<b>33284</b>	<b>100</b>

Fonte: DataUFF/ISP- 2007- Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

Da amostra foram excluídos aqueles domicílios incluídos na categoria particular fechado até o final do trabalho de listagem, ou seja, domicílios nos quais durante o trabalho de campo não havia pessoas presentes que pudessem disponibilizar informações sobre os seus moradores.

A maioria dos domicílios permanentes listados (52,4%) se localizava no Município do Rio de Janeiro, percentual esperado dentro do cálculo de uma amostra probabilística para a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, a distribuição dos domicílios por município acompanha seu peso proporcional em relação à população residente de cada um deles.

Quase 60% dos domicílios particulares ocupados tinham de um a dois moradores (58,7%), com uma média de 2,6 moradores por domicílio, como demonstra a tabela a seguir:

<b>Tabela 3 – Moradores nos Domicílios Particulares Ocupados Listados</b>		
	Freqüência	%
Um morador	4320	13,0
Dois moradores	15175	45,6
Três a quatro moradores	11511	34,6
Cinco moradores ou mais	2190	6,6
<b>Total</b>	<b>33196</b>	<b>99,7</b>
Não informou	88	0,3
<b>Total</b>	<b>33284</b>	<b>100</b>

Fonte: DataUFF/ISP- 2007- Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

Dentre esses domicílios, foi registrada uma taxa de vitimização de 39,1%, o que equivale ao número de respostas afirmativas de pelo menos um dos moradores para casos de roubo, furto ou agressão sofridos no tempo de corte da pesquisa.

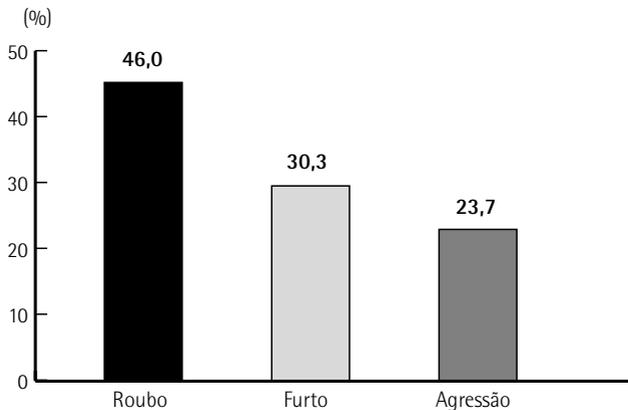
**Tabela 4 – Domicílios Particulares Ocupados Listados com Moradores Vítimas de Roubo, Furto ou Agressão**

	Freqüência	(%)
Não havia vítima	20285	60,9
Havia vítima	12999	39,1
<b>Total</b>	<b>33284</b>	<b>100</b>

Fonte: DataUFF/ISP- 2007- Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

Considerando apenas os tipos de crimes informados pelos moradores, observa-se que o roubo foi o delito de maior freqüência encontrada nos domicílios permanentes listados, como se vê no gráfico a seguir.

**Gráfico 1 – Domicílios Particulares Ocupados Listados com Moradores Vítimas, segundo Tipo de Crime Sofrido (%)**



Fonte: DataUFF/ISP - 2007 - Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

Com relação aos domicílios listados como vitimizados, em 23,7% obtivemos informação positiva sobre a existência de moradores vítimas de agressão nos últimos cinco anos, e em 30,3% havia moradores vítimas de furto. O roubo foi a vitimização mais comum identificada durante o trabalho de varredura, com um percentual de 46,0% entre os domicílios vitimizados. Esses dados são sintomáticos das dificuldades encontradas no campo, tanto na varredura quanto durante a aplicação dos questionários. O medo da violência urbana, ao mesmo tempo que foi um objeto de estudo, converteu-se também num grande obstáculo à execução da própria pesquisa, o que fica explícito nas análises das falas dos pesquisadores em campo.

### **Os problemas encontrados durante a varredura**

Os efeitos do sentimento de insegurança foram identificados mais claramente nas áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo naqueles bairros com maior concentração de população de classe alta e média e com um grande número de edificações verticais. Comumente, os moradores dessas regiões refutavam as abordagens do pesquisador alegando serem os responsáveis pela própria segurança, mesmo após os esclarecimentos deste.

*“(...) Explico toda a pesquisa, aí ele fala: ‘Que legal, entendo, mas para a minha segurança e da minha família, eu não vou dar nenhuma informação.’ ”*

Os muitos sistemas de proteção acionados nesses setores dificultaram enormemente o contato pessoal e, conseqüentemente, o trabalho da pesquisa. Primeiramente, a localização dos interfones, dentro dos prédios, submetia todo o trabalho às disposições de porteiros e síndicos. Em outros casos, a inexistência desses aparelhos representava um grande teste para determinação dos pesquisadores, sujeitos a muitas horas de espera nas portarias. Em pouquíssimas ocasiões foi autorizada a movimentação do pesquisador pelos corredores dos prédios, mesmo acompanhado por porteiros ou zeladores.

*“(...) Meu maior problema é esse dos prédios, de ir toda hora, ter que voltar, de o condomínio não ter interfone e ter que ficar esperando para ver se consegue.”*

Visando a superar os problemas e abrir os setores, algumas estratégias foram pensadas:

- Enviamos uma carta específica para o síndico, que era apresentada. Era solicitado que esta fosse afixada no mural da portaria.
- Depositamos cartas nas caixas de correio dos moradores.
- Sempre que necessário, a coordenação da pesquisa entrava em contato com síndicos de prédios a pedido destes ou para reverter a situação de recusa à pesquisa.
- Disponibilizamos todas as informações sobre a pesquisa no *site* do DataUFF, incluindo contatos e *e-mails* da equipe de coordenação para quaisquer esclarecimentos.

O primeiro contato e o processo de negociação com os síndicos em geral tomava um tempo significativo, demandando, em alguns casos, mais que uma semana. Houve casos de recusas imediatas e irrevogáveis. Em muitas outras, o síndico submetia a demanda da entrada para a varredura à assembléia do condomínio, que negava o acesso.

*“Tem uns que eu chego e não deixam nem eu me comunicar: ‘Pesquisa? O síndico não permite aqui não!’. Não deixa nem eu explicar. Eu não uso mais o nome pesquisa, eu falo que eu sou da Universidade, do DataUFF, estou fazendo um estudo. Um estudo soa melhor, porque pesquisa eles não deixam.”*

*“Uma síndica falou: ‘Qualquer pessoa pode pegar essa carta, pode falsificar’. Ela queria confirmar, mas foi bem dura. Perguntou como os prédios foram escolhidos. ‘Como vocês vão conseguir entrevistar o morador se vocês não têm a identificação dele?’. Eu expliquei toda a metodologia da pesquisa para ela; mesmo assim ela ficou muito desconfiada.”*

Ainda assim, a perspicácia dos pesquisadores foi fundamental para que determinadas dificuldades fossem superadas. Através dos pesquisadores conseguimos conquistar a confiança de diversos síndicos.

Na comparação do trabalho nas áreas mais nobres com as áreas suburbanas, habitadas por uma população caracteristicamente mais pobre, notamos a discrepância existente entre a sensação de insegurança, convertida em sofisticados sistemas de segurança, e a violência mais propriamente presente. Num desses bairros, no município do Rio de Janeiro, um dos pesquisadores relata:

*“(...) Os moradores se recusaram a participar da pesquisa e a alegação foi uma só: área de risco, arrombamento de casas, quase todos os apartamentos já haviam sido assaltados e eles não queriam de jeito nenhum.”*

A partir desses relatos, observamos que o trabalho de varredura nos subúrbios tendia a ser mais facilmente realizado quanto menor fosse a vitimização no local, o que se verifica de certa maneira nos setores mais distantes das áreas centrais.

Entretanto, o maior desafio enfrentado nessa fase da pesquisa foi a sua realização nos setores denominados “subnormais”, que correspondem as áreas de favelas, espacialmente desorganizadas e com forte presença do tráfico de drogas. Muito embora alguns desses setores fossem previamente sinalizados nas descrições dos setores censitários do IBGE, ao longo do trabalho foram relatadas diversas outras áreas que poderiam ser incluídas nessa categoria.

A falta de privacidade decorrente das características urbanísticas dos locais, às vezes mesmo no interior dos espaços domésticos, foi identificada como um fator muito negativo para a pesquisa, na medida em que impunha dificuldades para as pessoas serem sinceras quando perguntadas sobre se já foram vitimizadas. Além disso, muitos desses setores apresentavam uma configuração completamente distinta daquela apresentada nas descrições demográficas.

*“Chato foi ter que mapear tudo, não tinha nada no mapa, o setor era só um quadrado amarelo. Olhava o mapa e ninguém entendia nada. Fiz contato com moradores, algumas pessoas do tráfico também. Na verdade, lá são duas comunidades: Cachoeirinha e Cachoeira Grande, então o setor faz as duas, muita área de encosta, casas na pedra, muitas casas de pau-a-pique, feitas de papelão, madeira. Na parte de baixo, casas normais, barracos pequenos... mas na parte de cima, muito pobre mesmo. Pela ordem da listagem deu 420, mais ou menos.”*

*“Lá tem muito bequinho (...), então as casas dão para os dois lados (...); tem que ter muito cuidado para não fazer o mesmo domicílio. E o outro setor que peguei (...), ele precisa ser todo redesenhado, todo mapeado. A área do setor, as travessas, só vão até a área do setor, sendo que na prefeitura ela está como asfaltada e cruza o morro todo, só que ali não tem. Foram feitos caminhos ali, as pessoas começaram a construir domicílios irregulares. Então, o que eu fiz: eu peguei os caminhos principais, as trilhas mesmo dentro do mato, e fui mapeando essas trilhas que dão acesso aos domicílios. Fiz de A a Z, depois fiz de A1, A2, A3... Ainda não contei todas, mas são mais de trezentos domicílios.”*

Além das rápidas mudanças na configuração espacial, observamos nas áreas pobres uma sensação de medo em prestar informações, especialmente nos setores que abrangiam áreas de maior influência do tráfico de drogas e das milícias. No caso particular das áreas com atuação de milícias, a lógica das recusas parece apontar para o fato de que confirmar a ocorrência de vitimização no próprio local de moradia significava atestar a não-funcionalidade da ação naquilo que seria o seu objetivo mais precioso: a segurança dos moradores. Já no caso das áreas com atuação de quadrilhas de traficantes de drogas, a motivação para a recusa e a insinceridade nas respostas pareceu estar ligada ao receio de ser interpretado como delator.

Em ambos os casos, o procedimento determinado e adotado pelos pesquisadores era o de, ao chegar pela primeira vez ao local, procurar imediatamente a associação de moradores. Nos casos em que não existia associação de moradores, acabava sendo inevitável que os pesquisadores se aproximassem dos traficantes ou milicianos para pedir informações. Essa atitude demonstrada pelos pesquisadores sinalizava transparência e não-interferência na rotina da comunidade.

Nesses setores o trabalho era sempre realizado em dupla, e nunca nos finais de semana, quando parece mais intenso o movimento do comércio de drogas. Os pesquisadores eram orientados a regular o uso de telefones celulares em áreas de maior risco e era estipulado horário para que o trabalho fosse encerrado, aproveitando sempre a luz do dia. Ainda assim, tivemos uma redução das equipes de campo nessas áreas, respeitando o perfil dos pesquisadores. A ocorrência de certos tipos de contingências redundou também em alguns atrasos.

*“Ela estava dentro da comunidade, dentro de um dos becos listando quando a gente recebeu a informação que havia uma batida policial, ela ficou desesperada, me ligou e a gente acabou saindo e não voltou naquele dia, depois eu voltei outros dois dias pra terminar o setor. E nesses dois dias, inclusive, eu fiquei preso dentro do setor porque duas viaturas da polícia fecharam a saída, a única saída que eu tinha no local, e graças a Deus nesse dia não houve tiroteio.”*

Mesmo que a presença e a intimidação por parte de traficantes de drogas e milicianos não tenham sido suficientes para impedir a realização do trabalho, a vigilância incômoda dessas pessoas foi uma constante em muitos desses setores.

*“Nesse setor, nessa rua, o primeiro dia ninguém me recebia, impossível. Saiu alguém e eu falei. Fui reparando que em todas as casas tinham um adesivo. No segundo dia, veio um rapaz e ficou, mas ele não falou nada, ficou me olhando. Eu estava numa casa muito bonita, eu pelo interfone, ele ficou ouvindo, mas assim, ele não falou nada. Ele estava com uma roupa e um emblema escrito apoio.”*

Entretanto, excetuando os casos mais evidentes de recusas e de impossibilidade do trabalho, é possível acreditar que essas interferências não tenham comprometido gravemente a qualidade da segunda fase do trabalho, uma vez que, na grande maioria dos casos, conseguimos que as entrevistas fossem realizadas no espaço privado das residências.

Quando não eram confundidos com agentes policiais, os pesquisadores tinham sua presença associada a outros tipos de agentes públicos. Em setor localizado num loteamento novo e não legalizado, a desconfiança foi gerada pela confusão da varredura com algum tipo de mapeamento das casas para futura cobrança de IPTU.

*“(...) A gente teve um caso que um monte de gente cismou que a gente era do IPTU. Aí a gente dizia: ‘Não tem nada com IPTU.’”*

Na maioria dos casos, no entanto, a chegada dos pesquisadores nas comunidades mais pobres gerava as desagradáveis expectativas de que o trabalho viesse a trazer rápidos benefícios para a condição social dos moradores. Devemos registrar, no entanto, que a participação relativa dos moradores dos setores de estratos

sociais mais baixos foi sempre ligeiramente superior a dos moradores das áreas mais nobres.

De um modo geral, a falta de conhecimento sobre a utilidade das pesquisas e sobre a importância de seus resultados para a definição das políticas públicas levou pessoas de todos os estratos a aceitarem ingenuamente ou a rejeitarem de forma desavisada sua participação. Além disso, podemos citar a descrença da população nas instituições e na possibilidade de melhoria a partir do exercício da cidadania como provável responsável por um número não desprezível de recusas.

### **Segunda Etapa: aplicação dos questionários**

Para a segunda fase da pesquisa foram contratados 32 pesquisadores, os quais, em sua maioria, já haviam participado do trabalho de varredura. A manutenção da maior parte da equipe comprovou-se um fator positivo, uma vez que esses pesquisadores demonstraram maior familiaridade com as características do campo, mesmo com relação àqueles setores que haviam sido listados por outros pesquisadores. Quando possuíam dúvidas sobre como chegar ao local selecionado, os pesquisadores eram orientados pela equipe interna de coordenação a localizar, via pontos de referência indicados na listagem, o domicílio sorteado pela amostragem.

Ao todo, foram realizadas 4.553 entrevistas, com uma perda de 8,9% em relação ao número de entrevistas previstas inicialmente. Para a obtenção dessas entrevistas foram realizados 6.296 contatos, ou seja, um total de tentativas 38,3% acima do número de entrevistas realizadas. Os domicílios visitados nesta segunda fase são equivalentes a 8,3% dos domicílios listados, dos quais em 6,0% as entrevistas foram completadas com sucesso.

Pela dinâmica da pesquisa, ao retornarem ao domicílio sorteado, os pesquisadores deveriam listar novamente o número de moradores, selecionando por uma ficha própria a pessoa da residência que iria responder ao questionário. Cada domicílio sorteado correspondia a um número de questionário e de ficha previamente definido. Esse processo, embora pensado por nós para assegurar a aleatoriedade da amostra, implicou, em certas ocasiões, interferências indesejáveis nas relações familiares e também uma dificuldade extra para que algumas entrevistas fossem realizadas.

A tabela 5 apresenta os motivos alegados pelos pesquisadores para a não-realização da entrevista, e também aquelas razões que impossibilitaram a validação de alguns questionários.

**Tabela 5 – Resultado Final**

	Frequência	Percentual
Entrevista completa	4553	72,3
Selecionado ausente	126	2,0
Entrevista agendada mas não realizada	3	0,0
Acesso negado ao selecionado	46	0,7
Recusa	568	9,0
Ninguém estava no domicílio	282	4,5
Entrevista incompleta	7	0,1
Acesso negado ao domicílio	82	1,3
Domicílio vago	203	3,2
Domicílio de uso ocasional	11	0,2
Unidade não-residencial	5	0,1
Informações dos moradores incompletas	45	0,7
Domicílio não-vitimizado	212	3,4
Questionário cancelado por erro de elegível	89	1,4
Não realizado, substituição suspensa	7	0,1
Mudou-se	30	0,5
Selecionado faleceu	5	0,1
Fora do período	22	0,3
<b>Total</b>	<b>6296</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DataUFF/ISP- 2007- Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Listagem de Domicílios nos Setores Censitários Componentes da Amostra

Dentre os 6.296 domicílios visitados, 9,0% se recusaram a participar da pesquisa, percentual que se eleva para 11,0% quando somamos os percentuais de "acesso negado ao selecionado" (quando alguém do domicílio não permitiu o contato com o selecionado) e de "acesso negado ao domicílio" (nesses casos, o síndico ou porteiro não permitiu o acesso aos moradores).

O número de pessoas não encontradas na casa durante o período da entrevista também é alto (4,5%), principalmente se considerarmos que a maioria dos pesquisadores excedeu o número de cinco tentativas estipuladas como critério para substituição do domicílio. A cada visita ao setor para realização de entrevistas agendadas com pessoas selecionadas de um domicílio específico, uma nova tentativa era contabilizada.

Em parte, as perdas no número de entrevistas programadas podem ser também explicadas pela distância entre o período da varredura e o retorno para aplicação dos questionários. Como exemplo, podemos citar que, num período de cerca de quatro meses, 3,6% dos moradores mudaram de domicílio, um reflexo das rápidas mudanças que podem ocorrer na demografia urbana. Em um dos setores selecionados tivemos o relato de que uma pequena vila de casas tinha sido toda abandonada no espaço de menos de dois meses entre a varredura e o início da aplicação do questionário pelo mesmo pesquisador.

O sentimento de insegurança e o medo dos moradores atuaram novamente contra o trabalho. Simples toques de telefones celulares, objetos fundamentais para o contato com a equipe de coordenação interna, em mais de uma ocasião suscitaram nos entrevistados dúvidas quanto às reais intenções dos pesquisadores. Em todos os casos, a máxima perspicácia do pesquisador era necessária, para evitar que essas desconfianças "contaminassem" o setor.

*“Numa casa que eu bati, no primeiro dia que eu estava fazendo as entrevistas, a mulher gritou no meio da rua: ‘Golpista, golpista, está usando o nome da Universidade’. E gritou para o marido e para o filho: ‘Tem uma louca golpista aqui que está querendo nos assaltar, não falem com ela de jeito nenhum.’”*

Outro elemento que gerou recusas está ligado a desconfianças relativas ao caráter anônimo dos dados informados, uma vez que os entrevistados acreditavam que as respostas ao questionário poderiam romper com o sigilo de seus

dados pessoais e de sua própria rotina. O diálogo a seguir, entre um pesquisador e um selecionado para entrevista, retrata bem o problema:

*“Dizer que não vai ser identificado é uma bobagem porque você está com meu nome, meu endereço e o meu telefone aí, você sabe tudo de mim.”*

O princípio dessas dúvidas estava diretamente relacionado ao uso da ficha de identificação do domicílio que, embora acompanhasse os questionários, não era a eles afixada. Por uma estratégia de pesquisa, quando percebiam desconfiança, os pesquisadores preenchiam os dados referentes ao endereço e telefone de contato somente após encerrada a entrevista com o selecionado do domicílio. Esse tempo, conforme pôde ser observado, era quase sempre suficiente para que se alcançasse um grau maior de confiança do entrevistado, no pesquisador e na própria pesquisa. Recusas relacionadas à presença do tráfico também aconteceram, já que responder o questionário poderia ser uma atitude interpretada como uma denúncia ou delação.

Outro elemento responsável por um número significativo de perdas de entrevistas está vinculado ao fato de que muitos moradores de domicílios classificados como vitimizados na varredura, quando foram sorteados, alegaram nunca ter sofrido qualquer tipo de vitimização. Esse dado nos levou a pensar nisso como uma estratégia consciente de recusa à participação na pesquisa, precisamente porque esta fora a resposta recorrente dada aos mesmos pesquisadores responsáveis pela varredura naquele local.

*“(...) Eu estou fazendo um setor que foi listado por mim e ...na casa que eu tenho que fazer a entrevista eu falei com a pessoa da casa e agora eles dizem que não tem nenhum vitimizado, eu falei: ‘Gente, fui eu quem vim aqui, não foi outra pessoa não...’”*

O fato dos dados coletados durante a varredura serem do tipo *proxy* – fornecidos por único morador do domicílio – redundou também em muitos casos nos quais as informações prestadas no momento da varredura eram esquecidas na aplicação do questionário, principalmente nos casos de vitimização por furto. Muitas vezes, o fato ocorrido era considerado de menor importância pela própria vítima, que descartava a entrevista.

Nos setores situados na Zona Sul e nos bairros de subúrbio habitados pela classe média, também no momento da aplicação dos questionários, houve problemas com os síndicos, mesmo alguns que haviam autorizado a varredura durante a primeira fase. Nessas regiões, a realização das entrevistas muitas vezes deixava de ser apenas um problema de "convencimento", de familiares ou da pessoa selecionada, para tornar-se uma questão de foro abrangente, uma vez que alguns síndicos impediam o acesso aos domicílios mesmo após a autorização dos próprios moradores.

Nesses setores, os pesquisadores trabalharam no sentido de buscar a aproximação com porteiros e, conseqüentemente, com síndicos. Percebe-se que, através do contato pessoal, foi possível dirimir muitas dúvidas e desconfianças.

*“(...) É óbvio que você tem que ter uma maneira diferente de trabalhar, de tratar, você tem que saber fazer uma determinada amizade com o porteiro, com o síndico pra que ele te ajude, eu sentei lá na Glória lá, eu sentei na mesa do porteiro, fiquei o dia inteirinho pesquisando a vida do porteiro, fiz amizade e tal ...”*

## As entrevistas

Seguindo os parâmetros estabelecidos pela metodologia da pesquisa, buscou-se em todos os casos que as entrevistas fossem realizadas no interior dos domicílios, de modo que os entrevistados pudessem responder confortavelmente às questões formuladas. Entretanto, o tempo de duração do questionário - em torno de uma hora para ser respondido completamente - gerou reclamações por parte de muitos entrevistados. Quando os respondentes possuíam baixa escolaridade, situação comumente registrada, o tempo para as respostas aumentava substancialmente, chegando a mais de 90 minutos.

A escolaridade dos entrevistados resultava também em problemas de compreensão de algumas questões. Respostas evasivas e contraditórias foram identificadas especialmente nas questões abertas mais diretamente remetidas ao tema da Segurança Pública.

*“Aí, na hora de falar da polícia, se vê que eles mentem, às vezes eles falam: ‘Ah é bom, é bom...’ Mas quando você vai perguntar o que a polícia podia fazer, eles viram para você e respondem: ‘Vir aqui e não ter tiroteio.’”*

*“E alguns questionários... tem aquela parte de como se vai avaliar a polícia, que as pessoas, os mais velhos tentam se omitir, preferem dizer ‘não sei’, ‘nunca usei’, ‘não sei como avaliar.’”*

Alguns entrevistados, especialmente moradores jovens das áreas de favelas, se recusaram, inclusive, a responder o bloco do questionário relativo à polícia, apesar da insistência moderada dos pesquisadores.

*“Quando eu comecei a falar especificamente da polícia teve principalmente alguns jovens que não quiseram mesmo... Eles falavam: ‘Olha, eu não quero falar sobre polícia, mas não quero mesmo.’”*

Em geral, os relatos feitos pelos pesquisadores revelavam que as perguntas sobre a avaliação acerca do trabalho da polícia levavam alguns entrevistados a supor que a pesquisa resultaria em maior presença de policiais na área.

*“Eles perguntaram: ‘Vocês vão colocar a polícia para cá?’ Eu disse: ‘Não, isso aqui é para você falar sobre as condições daqui...’”*

Nesse bloco de questões, os entrevistados, independentemente do setor e dos estratos sociais, demonstraram grande dificuldade para diferenciar a polícia militar da polícia civil. De fato, enquanto o reconhecimento da primeira era facilmente obtido, o conhecimento acerca das características da segunda era pouco freqüente, mesmo com o questionário proporcionando uma descrição provisória de ambas (“A Polícia Militar é aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas” - p. 10; e “A Polícia Civil é aquela que atua investigando crimes e registra as ocorrências em delegacias” - p. 11).

Os pesquisadores destacaram que as perguntas situadas no bloco relativo à Polícia Civil eram respondidas seguindo o mesmo padrão de respostas (inclusive na pergunta aberta AV.13 – “Na sua opinião, qual a principal ação que poderia ser feita para melhorar o serviço prestado pela Polícia Civil na sua vizinhança ou proximidades?”) utilizado para as questões relacionadas com a Polícia Militar.

As questões relacionadas ao uso e à avaliação do “Disque-denúncia”, da Central de Emergência 190, da Corregedoria de Polícia, da Ouvidoria de Polícia, do Conselho Comunitário de Segurança e dos Juizados Especiais Criminais (AV.1 e AV.2) também suscitaram um alto índice de não-respostas ou de respostas inter-

pretadas como evasivas ("É bom, é bom." Ou: "Põe aí que é bom"), na medida em que a maioria dos entrevistados, em todos os estratos sociais, não havia utilizado tais serviços e, conseqüentemente, não sabia avaliá-los. Era comum o entrevistado responder à pergunta AV.1 ("Como o senhor avalia a atuação dos seguintes serviços?") a partir de informações recebidas por pessoas conhecidas que haviam utilizado esses serviços. Deste modo, um número significativo de respostas, segundo a percepção dos pesquisadores, foi baseado nas impressões de amigos ou parentes que mantiveram contato com algum desses serviços.

Nas perguntas AV.1 e AV.2, os pesquisadores apontaram o fato de que grande parte dos entrevistados desconhecia o papel de órgãos como a Corregedoria de Polícia, a Ouvidoria de Polícia, o Conselho Comunitário de Segurança e os Juizados Especiais Criminais (este último era conhecido apenas por aqueles que tinham sido julgados ou possuíam parentes ou amigos nessa situação).

Em vários momentos, os pesquisadores do sexo masculino apontaram constrangimento nas ocasiões em que foi necessário aplicar o bloco de ofensa sexual às mulheres (perguntas OS.1 a OS.13).

*"(...) O único tipo de constrangimento que eu tenho observado em relação às minhas entrevistas é quando a entrevistada é mulher e entra a pergunta da agressão sexual, acredito, e algumas indicam que é por eu ser homem."*

A pergunta aberta SI.6 ("Na sua opinião, qual é a principal característica de um lugar perigoso?") suscitou, em geral, respostas muito semelhantes e pouco diversificadas quando o questionário estava sendo aplicado em setores normais. Com muita freqüência, os moradores dessas regiões apontaram as favelas como "característica de um lugar perigoso", ainda que a orientação do questionário especificasse a necessidade da exploração das questões abertas.

Principalmente nos casos de agressão conjugal observamos situações nas quais a vítima declarada na varredura resolveu não confirmar o acontecimento na abordagem para a aplicação do questionário. Isso porque a pessoa optava por não qualificar o agressor, por medo ou pelo fato de já haver restabelecido a relação.

Os pesquisadores identificaram situações nas quais o entrevistado aparentava estar sendo pressionado, no momento da abordagem e no momento da aplicação

do questionário. Esta situação pode ser de âmbito doméstico e mais individualizado, ou de âmbito comunitário e mais social. No primeiro caso, sobressaem particularmente as situações de violência doméstica cometidas por homens contra mulheres. No segundo caso estão as situações de atuação ostensiva do tráfico ou da milícia, que geraram dificuldades para que os entrevistados reconhecessem e pudessem relatar em detalhes uma situação de vitimização.

### **Considerações Finais**

O conjunto de questões envolvendo tanto a etapa da varredura quanto o momento da abordagem dos domicílios para a aplicação do questionário parece revelar muitas situações que podem ser consideradas típicas da execução desse tipo de trabalho, em locais com as características da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e entorno, com muitas áreas de ocupação desordenada e violência urbana. Entretanto, podemos apontar que em muitas situações, essas dificuldades podem ter sido agravadas pelo tema da pesquisa e pelo contexto vivenciado no momento da pesquisa.

Vale lembrar que, durante quase todo o período da pesquisa, que antecedeu a realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro, a cidade experimentou uma série de conflitos entre policiais e traficantes, com grande cobertura da mídia. É evidente que não seria possível precisar as influências desses acontecimentos sobre o sentimento geral de insegurança da população e seus impactos nos resultados desta pesquisa. Contudo, do nosso ponto de vista, essa é uma hipótese que não deve ser descartada.

A realização de uma etapa de varredura visando ao re-desenho dos setores e à re-contagem do número de domicílios é algo que certamente deve proporcionar uma base mais sólida para a composição do cálculo amostral da pesquisa, mesmo considerando o aumento dos custos financeiros. Todavia, o trabalho de varredura realizado por esta pesquisa mostrou uma grande defasagem entre as características esperadas para cada setor censitário e aquelas identificadas pela pesquisa, num sinal das rápidas mudanças sócio-espaciais. Além disso, a diferença temporal entre a varredura e aplicação dos questionários mostrou-se contraproducente para o cumprimento do plano amostral, ao mesmo tempo em que exigia a abertura de novas negociações com síndicos e associações de moradores, que nem sempre eram bem-sucedidas.

## **Bibliografia**

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento: Porto, 1987.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

WEBER, Max. *A metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1992.

# ENTENDENDO A PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO DE 2007: DADOS PRINCIPAIS

Vanessa Campagnac<sup>1</sup>

Eliane Luz<sup>2</sup>

Joelma Azevedo<sup>3</sup>

Tháís Ferraz<sup>4</sup>

## Apresentação

Este artigo tem por objetivo a apresentação dos principais dados encontrados na Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007, realizada pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Algumas das mais importantes variáveis estudadas na pesquisa foram incluídas neste relatório a fim de exibir um panorama da população da Região Metropolitana do estado, numa tentativa de entendimento da realidade de vítimas e não-vítimas.

Os dados serão apresentados, de forma geral, de acordo com alguns blocos de questões estruturados no questionário da pesquisa, a saber: identidade social; hábitos e práticas; sentimento de insegurança; avaliação da segurança pública; experiência com a polícia; furto de veículos; furto de itens do veículo; arrombamento de casa; tentativa de arrombamento de casa; furto de algum outro bem; roubo de veículos; roubo de itens do veículo; roubo de casa; roubo de algum outro bem; vandalismo em veículo; estelionato; acidente de trânsito; agressões e ameaças; ofensa sexual; discriminação; e notificação à polícia.

---

1 Cientista Social pela UERJ, Mestre em Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE e Doutoranda do Programa de Ciência Política da UFF.

2 Cientista Social pela UFRJ.

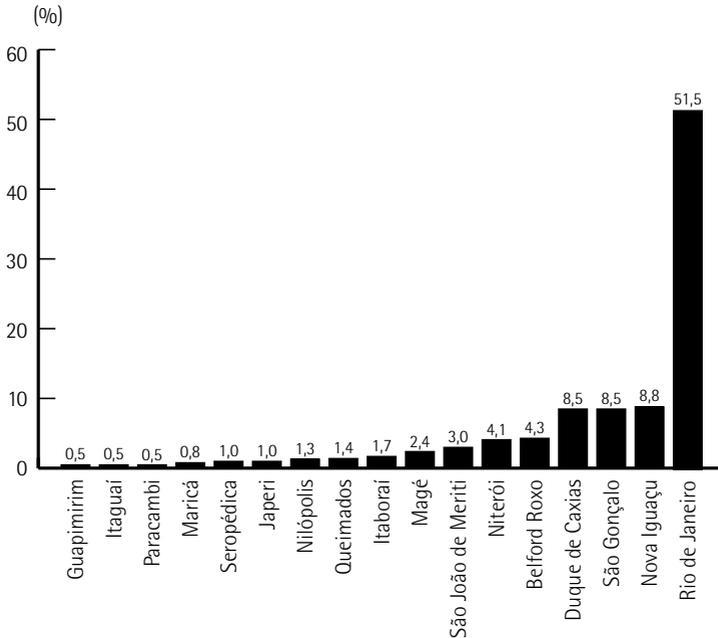
3 Cientista Social pela UFF, Pós-graduanda em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública (UFF).

4 Jornalista pela PUC-Rio, Bacharel em Letras pela UFRJ e Especialista em Marketing Empresarial pela UFF.

## 1) Perfil da população

Com o objetivo de investigar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, a Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, de acordo com o plano amostral delineado, entrevistou 4.553 pessoas, estimando, assim, 1.750.073 domicílios e uma população de 8.696.561 indivíduos. Destes, a maioria era do sexo feminino (53,7%).

**Gráfico 1 – Local de moradia dos entrevistados (%)**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

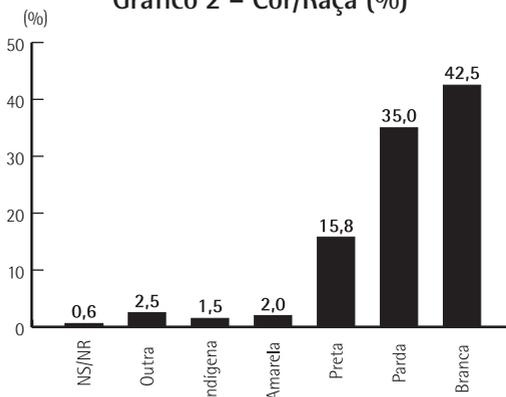
Na tentativa de traçar o perfil dessa população, no que se refere ao local de moradia, verificou-se que esta era, majoritariamente, de moradores da cidade do Rio de Janeiro (51,5%). Outros municípios de maior expressão foram: São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com 8,5%, 8,5% e 8,8%, respectivamente. Os municípios com a menor proporção de entrevistados na amostra foram Itaguaí, Guapimirim e Paracambi, todos com 0,5%.

5 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi delimitada, no âmbito desta pesquisa, como no Censo de 2000, do IBGE, compreendendo os municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Queimados, Japeri, Maricá, Seropédica, Guapimirim e Paracambi.

A primeira variável sócio-demográfica abordada na pesquisa foi aquela que diz respeito à cor/raça do entrevistado. Seguindo a metodologia de outras pesquisas (como aquelas realizadas pelo IBGE, por exemplo), a resposta obtida para essa categoria segue o padrão de auto-declaração. Nesse sentido, 42,5% da população estimada se autodenominaram brancos; 35,0%, pardos; e 15,8%, pretos. A categoria "outra cor" foi citada por 2,5% dos entrevistados, dizendo respeito às seguintes respostas: mulato, moreno, mestiço, encardido, mame-luco, café com leite, negro, faioderma, misto, ruivo, sul-americano e afro-brasileiro. "Índios" e "amarelos" foram as categorias citadas por 1,5% e 2,0% da população, respectivamente.

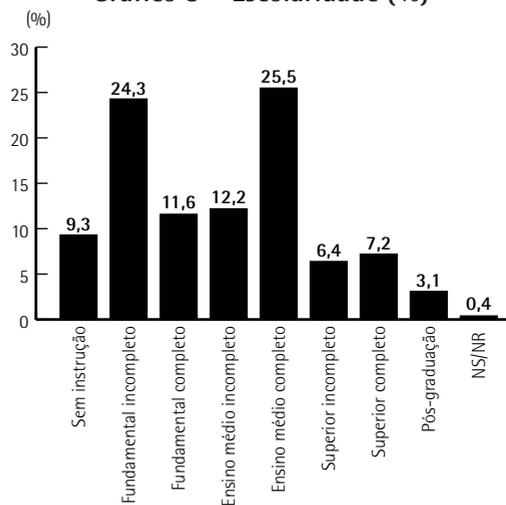
A escolaridade também é uma variável fundamental para traçarmos o perfil da população estudada. Com relação ao curso mais elevado concluído, 25,5% da população estimada responderam "Ensino Médio completo". "Ensino Fundamental incompleto" foi a segunda categoria mais citada, englobando 24,3%. Faz-se importante ressaltar que 9,3% desta população afirmaram não ter instrução, mesmo tratando-se de municípios de região metropolitana.

### Gráfico 2 – Cor/Raça (%)

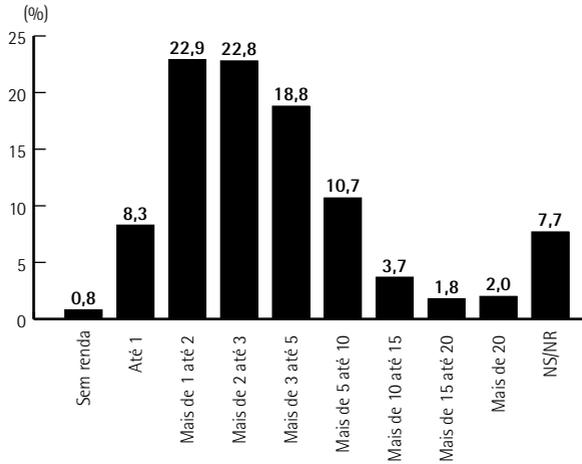


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

### Gráfico 3 – Escolaridade (%)



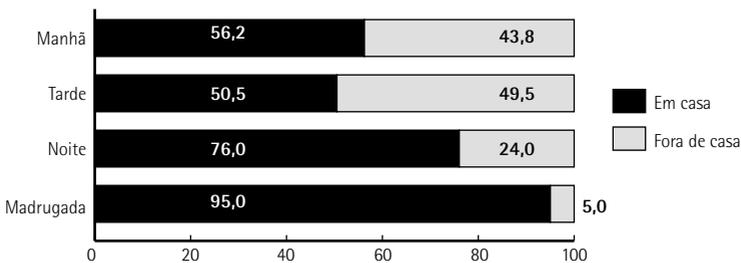
Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

**Gráfico 4 – Renda mensal familiar – salários mínimos (%)**

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

A renda familiar mensal declarada pelos entrevistados estava compreendida, em sua maior parte, entre 1 e 5<sup>6</sup> salários mínimos, totalizando 72,8% (frequência acumulada). 22,9% dos entrevistados afirmaram ter vencimentos entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto somente 3,8% afirmaram receber acima de 15 salários mínimos.

## 2) Hábitos e práticas da população investigada

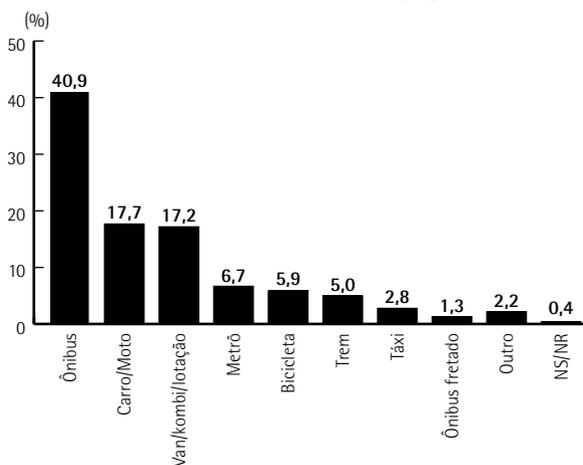
**Gráfico 5 – Local de permanência durante a semana, segundo os períodos do dia (%)**

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

6 Durante o período da pesquisa o valor do salário mínimo era de R\$350,00.

No segundo bloco da pesquisa, os entrevistados foram perguntados acerca de seus hábitos e práticas durante os diferentes períodos do dia. A primeira questão era a respeito ao local onde o respondente costuma ficar durante a semana, se em casa ou fora dela, de acordo com diferentes horários do dia. Assim, verificou-se que a população entrevistada passa a maior parte do dia em casa, principalmente quando considerados os períodos da noite e da madrugada.

**Gráfico 6 – Principais meios de transporte utilizados durante a semana (%)**

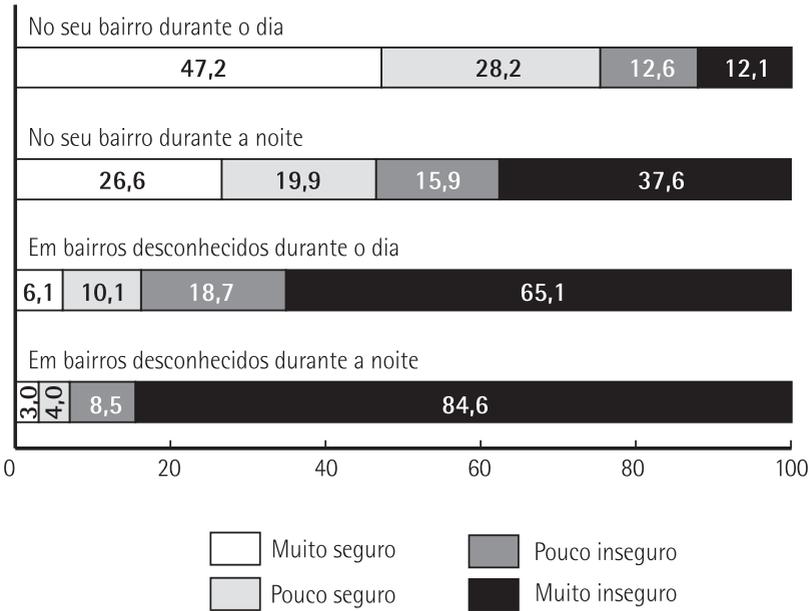


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Admitindo-se respostas múltiplas, aos entrevistados foi perguntado quais os meios de transporte mais utilizados para sua locomoção durante a semana. "Ônibus" foi a categoria mais citada, com frequência de 40,9%. Já "carro e moto" e outros meios de transporte alternativos, tais como vans, kombis e lotações, foram as segundas categorias predominantes, sendo citadas, cada uma, por 17,7% e 17,2% da população, respectivamente. Outros meios de transporte de massa, como trem e metrô, foram menos citados, provavelmente por suas malhas não atingirem a totalidade geográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3) Sentimento de Insegurança

**Gráfico 7 – Sentimento de insegurança,  
de acordo com localidades e períodos do dia (%)**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

No bloco da pesquisa sobre sentimento de insegurança, foi perguntado, primeiramente, sobre como as pessoas se sentiam ao andarem nas ruas de seus próprios bairros e de bairros desconhecidos, durante o dia e à noite. No geral, andar por localidades desconhecidas é o fator que mais contribui para o sentimento de insegurança: 65,1% da população estimada se sentem muito inseguros em bairros desconhecidos mesmo durante o dia, e 84,6% têm o mesmo sentimento em bairros desconhecidos à noite. As situações apontadas como as mais seguras dizem respeito ao próprio bairro, durante o dia ou mesmo à noite.

## Gráfico 8 – Maiores medos da população, segundo bairro de moradia (%)

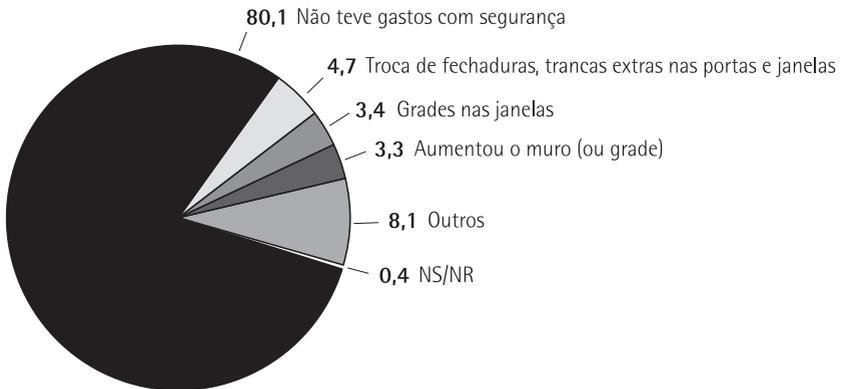


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Com relação aos maiores medos sentidos pela população, os entrevistados foram instruídos a responder por quais três situações mais temem passar em seus bairros. As repostas mais encontradas dizem respeito a 57,0% da população, que afirmam temer ser vítima de bala perdida em seu bairro, 43,5% que temem estar no meio de um tiroteio em seu bairro, e 37,6%, cujo medo maior é ter a residência assaltada. Os menores medos se referem a ser vítima de agressão verbal ou física (8,9%) e a ter o veículo roubado em assalto (12,0%).

Embora algumas das situações reportadas acima possam ser, em parte, evitadas com gastos em segurança pessoal, a maior parte da população estimada (80,1%) não reportou ter estes gastos. Com relação às medidas de segurança tomadas, troca de fechadura e colocação de trancas em portas e janelas foram reportadas por 4,7% dos respondentes, seguidas de colocação de grades nas janelas (3,4%). A categoria "outras medidas tomadas", com frequência de 8,1%, diz respeito à colocação de interfone, câmeras de vídeo, alarmes e cercas elétricas, além da presença de cães de guarda e vigias na rua.

**Gráfico 9 – Medidas de segurança tomadas pela população (%)**

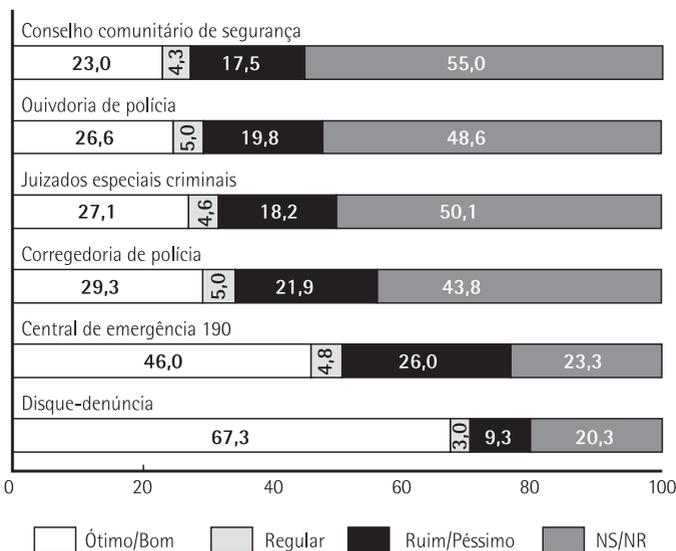


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

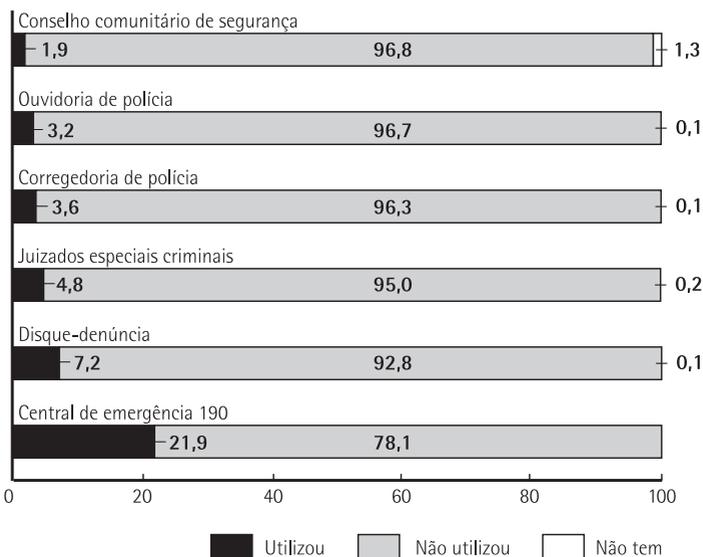
#### 4) Avaliação da Segurança Pública

Alguns serviços de segurança pública foram avaliados na pesquisa realizada. O serviço melhor avaliado foi o Disque-denúncia<sup>7</sup>, já que 67,3% da população estimada o consideraram ótimo ou bom. No entanto, todos os serviços mencionados pela pesquisa obtiveram alta frequência de respostas "não sabe/não respondeu" com relação à sua qualidade, chegando esta a 55,0% no caso dos conselhos comunitários de segurança.

7 Embora o Disque-denúncia não seja um órgão afiliado a nenhuma das polícias, trata-se de uma organização não-governamental de auxílio ao trabalho das polícias, apoiada financeiramente pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

**Gráfico 10 – Avaliação dos serviços de segurança pública (%)**

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

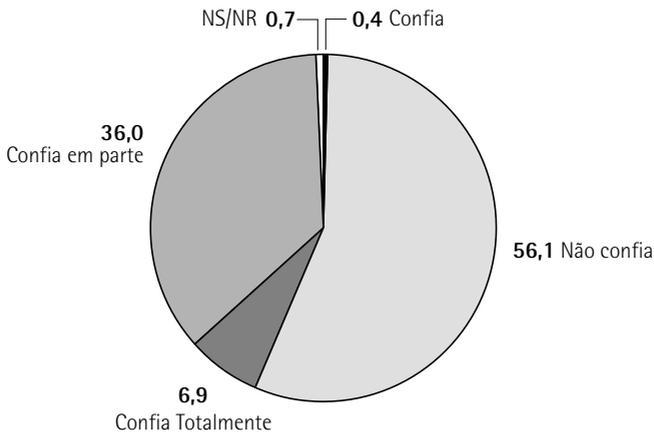
**Gráfico 11 – Uso dos serviços de segurança pública (%)**

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

O desconhecimento verificado em relação aos serviços, que foi citado com frequências acima de 20,0%, pode ter relação com o baixo grau de utilização desses mesmos serviços pela população, como pode ser visto no gráfico seguinte.

Dos serviços de segurança pública elencados no questionário da pesquisa, a central de emergência 190 foi o mais utilizado, com frequência de 21,9%. Os outros serviços se mostraram muito pouco utilizados, já que não são acionados por mais de 90,0% da população.

**Gráfico 12 – Confiança na Polícia Militar (%)**

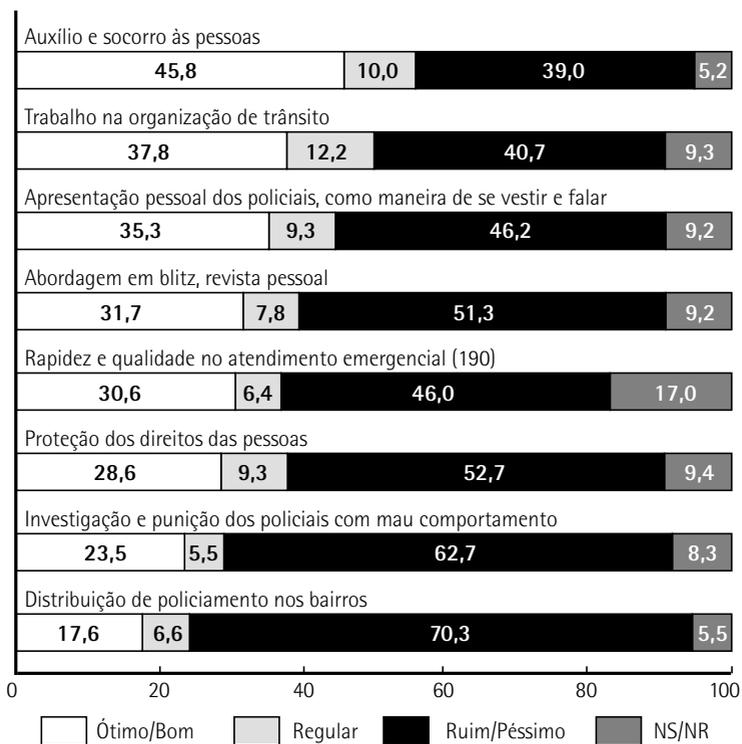
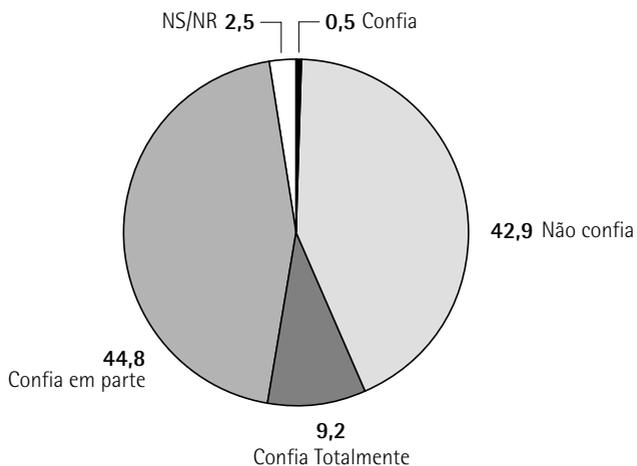


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Para melhor entendermos a confiança nos serviços das polícias e avaliarmos seus serviços específicos, foram feitas perguntas separadas a respeito da atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Considerando somente a Polícia Militar, foi verificado que apenas 6,9% da população estimada confiam totalmente nesta polícia, enquanto 0,4% somente confiam, e 36,0% confiam em parte. Diversamente, 56,1%, a maioria, não confia.

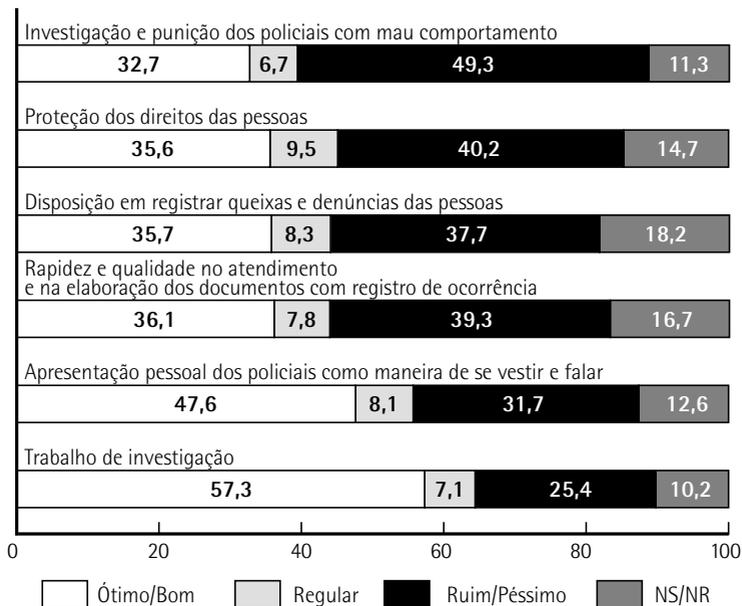
Os serviços de segurança pública prestados especificamente pela Polícia Militar também foram avaliados. O auxílio e o socorro às pessoas, que obteve 45,8% de aceitação como "ótimo" ou "bom", foi o serviço melhor avaliado. O trabalho realizado na organização do trânsito também foi bem avaliado, obtendo 37,8% de respostas "ótimo" ou "bom". O serviço de distribuição de policiamento nos bairros foi considerado o pior: tido como "ruim" ou "péssimo" por 70,3% da população.

**Gráfico 13 – Avaliação sobre a Polícia Militar (%)****Gráfico 14 – Confiança na Polícia Civil (%)**

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Como dito anteriormente, os serviços prestados pela Polícia Civil também foram avaliados separadamente na pesquisa realizada. Verificou-se que a Polícia Civil obteve melhor avaliação acerca do grau de confiança do que a Militar, pois 9,2% da população confiam totalmente nela, 0,5% confiam e 44,8% confiam em parte. Já 42,9% da população investigada responderam que não confiam na Polícia Civil.

**Gráfico 15 – Avaliação da Polícia Civil (%)**

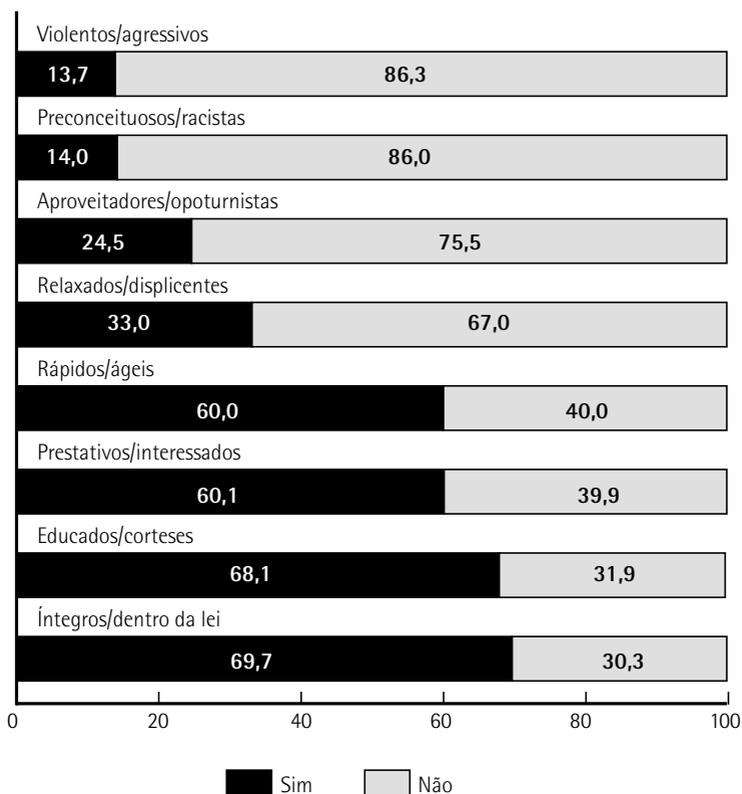


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

O serviço prestado pela Polícia Civil melhor avaliado, de acordo com a pesquisa, foi o trabalho de investigação, já que 57,3% da população estimada o consideraram ótimo ou bom. Diversamente, a investigação e a punição de policiais com mau comportamento foi o serviço que recebeu a pior avaliação, sendo considerado "ruim" ou "péssimo" por 49,3% da população estimada.

## 5) Experiência com a Polícia

Gráfico 16 – Avaliação da experiência com a polícia (%)

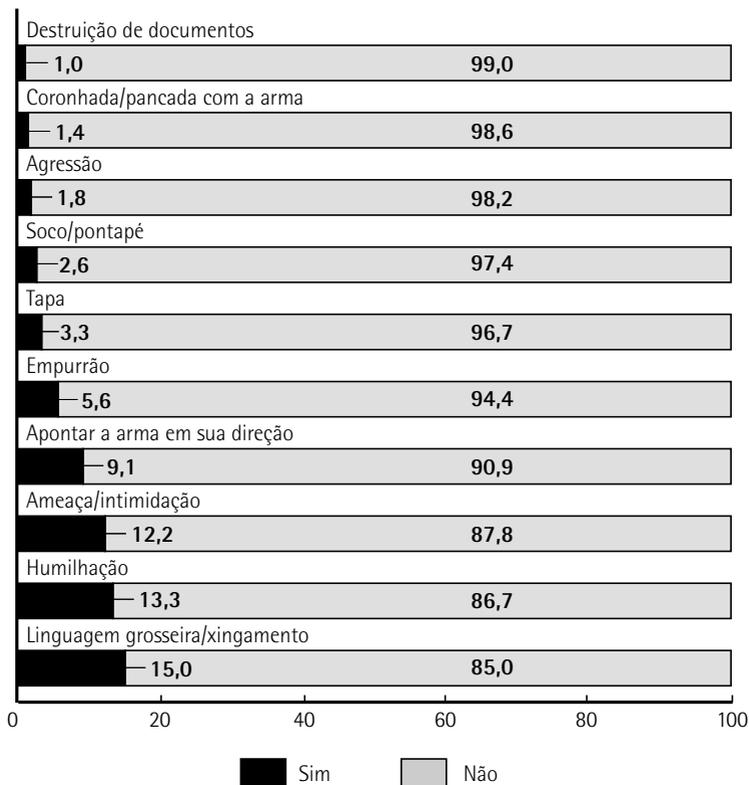


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

As experiências entre a população e as polícias foram também investigadas nesta pesquisa. Do total da população estimada, 35,3% tiveram alguma experiência com a polícia ao longo da vida. A estas pessoas foi perguntado sobre sua experiência com a polícia e como os policiais agiram no último contato. No geral, a avaliação foi boa para a maioria dos quesitos, já que foram citados valores positivos como educação, cortesia, integridade e rapidez, como mostra o gráfico acima.

Também foi perguntado se houve algum tipo de agressão ou maus-tratos no último contato com as polícias. Contra 15 % da população estimada já foi usada uma linguagem grosseira ou um xingamento por parte de policiais. 13,3% já sofreram algum tipo de humilhação e 12,2% foram ameaçados ou intimidados. Contudo, na maioria dos casos, a avaliação da última experiência com a polícia foi boa.

**Gráfico 17 – Agressões ou maus-tratos no último contato com a polícia (%)**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

## 6) Arrombamento de casa

Verificou-se que apenas 3,2% da população estimada sofreram arrombamento de casa nos últimos cinco anos. Destes, 23,7% fizeram o registro da ocorrência.

## 7) Furtos

### a) Furto de algum bem

No que se refere aos furtos de algum bem, em 9,7% da população estimada foi encontrada resposta afirmativa a este crime nos últimos cinco anos. No entanto, apenas 23,6% dos vitimizados registraram a ocorrência numa delegacia de polícia. Com relação à frequência desse crime, verificou-se que 69,9% da população estimada que disse ter sido vítima desse tipo de delito foram furtados uma vez, 14,5%, duas vezes, 7,6%, três vezes e 8,0%, quatro vezes ou mais.

### b) Furto de veículos

Verificou-se que 84,1% da população que afirmou possuir veículos nos últimos cinco anos não tiveram seu veículo furtado, nem sofreram tentativa de furto durante este mesmo período. Dos vitimizados, foi encontrada frequência de 70,0%, relativa a quem sofreu furto, e 29,1%, considerando quem sofreu tentativa de furto. Apenas 26,4% dos vitimizados registraram a ocorrência do crime na polícia.

## 8) Roubos

### a) Roubo de algum bem

Segundo os dados obtidos, 11,9% da população estimada sofreram roubo ou tentativa de roubo de algum bem nos últimos cinco anos. Destes, na última ocorrência, 90,4% foram efetivamente roubados, enquanto 9,6% sofreram apenas tentativa de roubo. Em 24,9% das respostas das vítimas foi verificado que houve algum tipo de agressão física durante o roubo. Dos vitimizados totais, 37,8% reportaram o crime à polícia.

### b) Roubo de veículos

Verificou-se que 44,6% da população que possuía veículos nos últimos cinco anos não foram vítimas de roubo ou tentativa de roubo no mesmo período. Diante do total de vitimizados, de acordo com a última ocorrência, verificou-se que 20,9% reportaram tentativa de roubo, enquanto 78,7% tiveram o veículo efetivamente roubado. No que se refere às tentativas de roubo, a maioria (86,7%) sofreu uma tentativa, apenas. Dos que tiveram veículos roubados, 80,2% sofreram roubo uma vez e 11,1%, duas vezes.

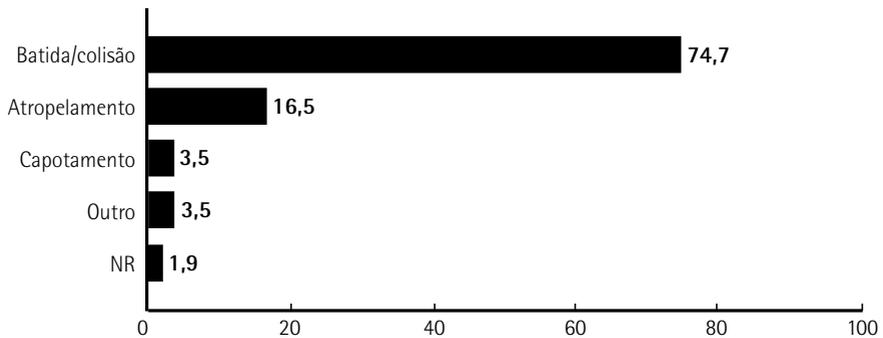
Quanto à existência ou não de agressão física durante a última ocorrência, 74,8% das vítimas de roubo de veículo afirmaram não ter sofrido qualquer tipo de agressão no momento do roubo ou da tentativa de roubo. A subnotificação aparece mais uma vez nessa pergunta, já que 34,4% das vítimas não relataram a última ocorrência de tentativa ou roubo do veículo à polícia.

### c) Roubo de casa

Verificou-se que as vítimas de roubos de casa foram menos frequentes, já que 98,6% da população estimada afirmaram não ter sido vítimas deste crime nos últimos cinco anos, enquanto 1,2% afirmaram ter sido roubados e 0,2% reportaram tentativa. Nos casos de roubo de casa, em 21,4% destes houve agressão física. Com relação à notificação à polícia, 40,9% da população não realizou o registro de ocorrência na delegacia.

## 9) Acidentes de Trânsito

**Gráfico 18 – Acidentes de trânsito (%)**



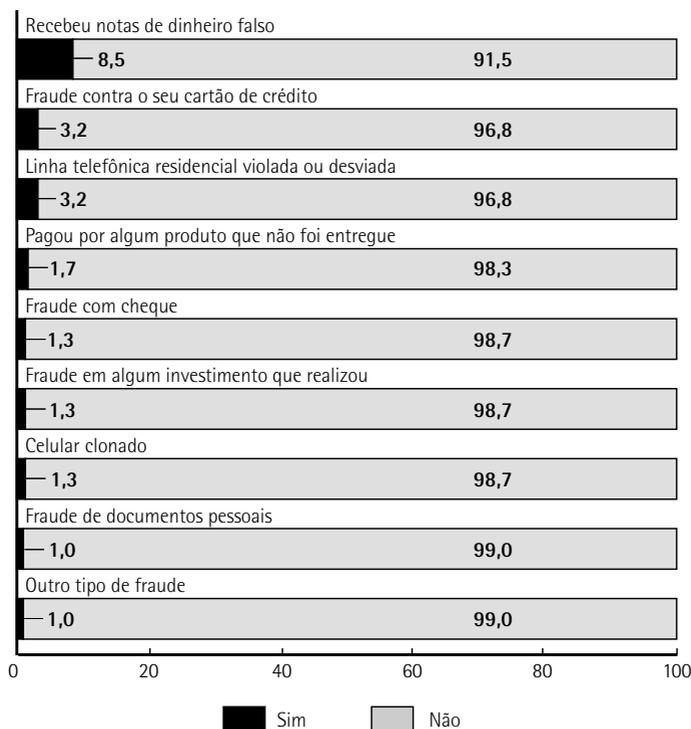
Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Apenas 7,7% da população estimada foram vítimas de acidente de trânsito nos últimos cinco anos. A maior parte (74,7%) disse ter sido vítima de batida ou colisão, seguido de atropelamento (16,5%) e capotamento (3,5%), enquanto 3,5% sofreram outro tipo de acidente de trânsito.

## 10) Estelionato

Com relação ao último crime de estelionato sofrido, receber notas de dinheiro falso foi o tipo de fraude mais citado pela população (8,5%), seguido por fraude contra cartão de crédito (3,2%), e linha telefônica residencial violada ou desviada (3,2%).

**Gráfico 19 – Tipos de estelionato sofridos pela população (%)**



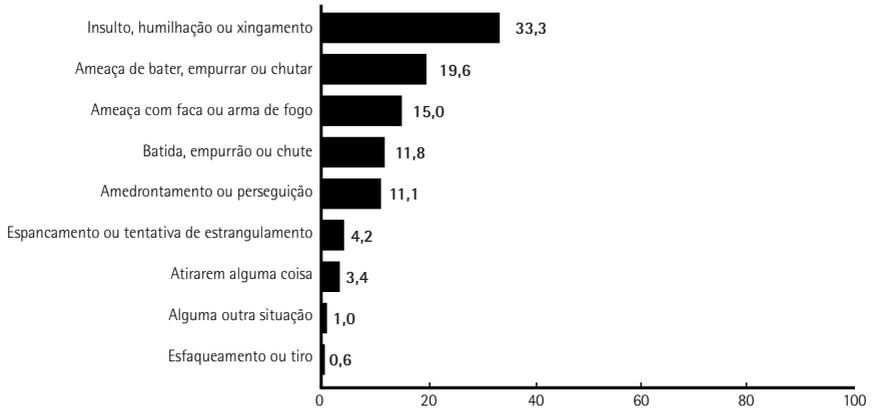
Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

## 11) Agressões e Ameaças

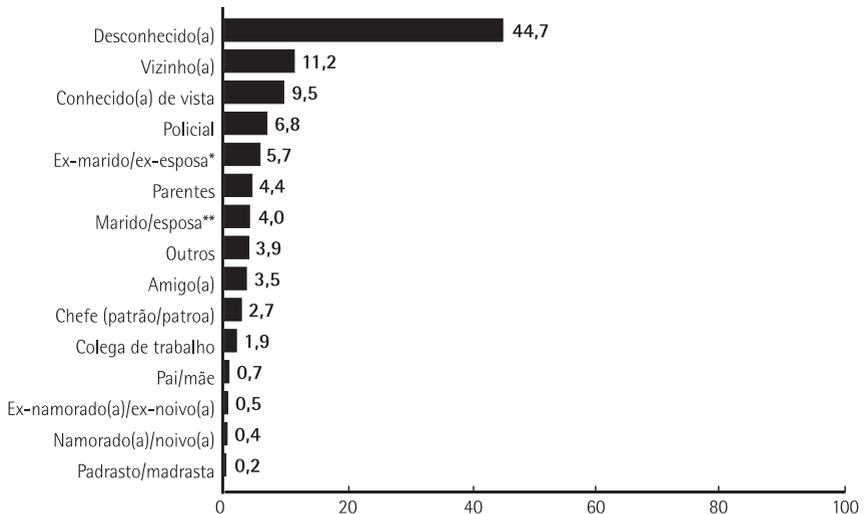
No bloco da pesquisa sobre agressões e ameaças, estas estão relacionadas tanto às agressões físicas como às verbais. Nesse sentido, considerando as vítimas, verificou-se que o tipo de agressão mais mencionado pela população foi aquele que se refere a insultos, humilhações e xingamentos, com frequência de 33,3%.

A segunda categoria mais citada foi ameaça de bater, empurrar ou chutar, com 19,6%. A menor proporção verificada disse respeito à ameaça armada com faca ou arma de fogo (esfaqueamento ou tiro), com 0,6%.

**Gráfico 20 – Situações de agressão e/ou ameaça (%)**



**Gráfico 21 – Quem realizou agressão e/ou ameaça (%)**



\* Refere-se tanto a ex-marido e ex-esposa como a ex-companheiro (a).

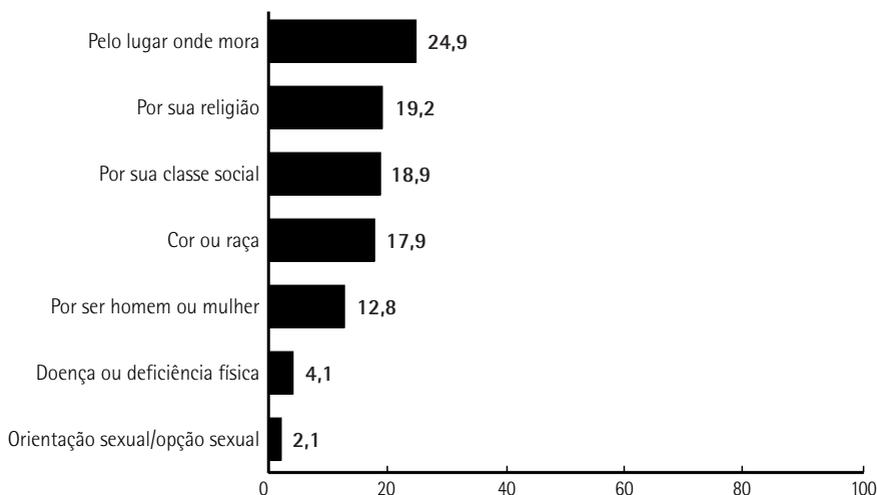
\*\* Refere-se tanto a marido e esposa como a companheiro (a).

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Com relação à última vez que a população estimada foi vitimada por agressões e/ou ameaças, pôde ser constatado, embora a pergunta admitisse múltiplas respostas, que estas foram majoritariamente cometidas por desconhecidos das vítimas, simbolizando 44,7%. Ainda, 10,9% das vítimas de agressões e/ou ameaças reportaram a necessidade de atendimento médico, também considerando a última vez que aconteceu a vitimização. Ademais, 22,5% do total de vítimas registraram a ocorrência em alguma delegacia.

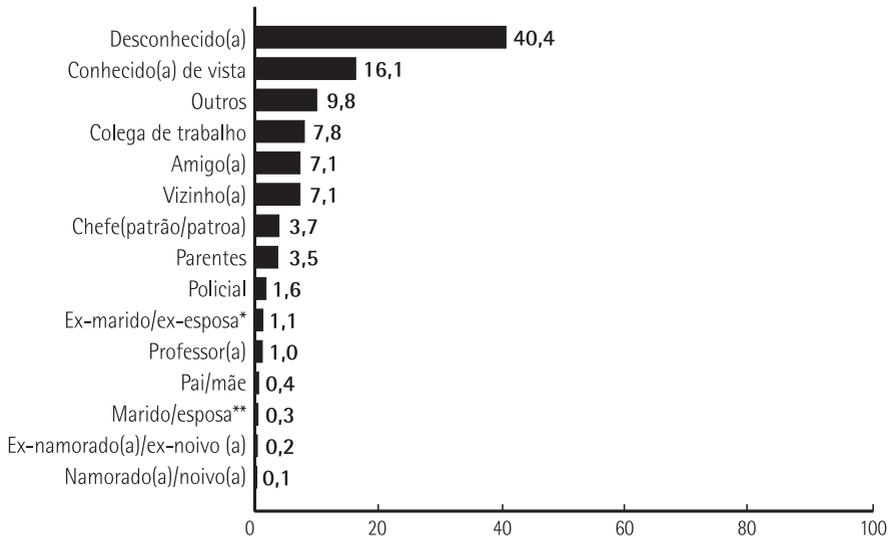
## 12) Discriminação

Gráfico 22 – Tipos de discriminação sofridos (%)



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Na parte da pesquisa que investigou alguns tipos de discriminação sofridos pela população, admitindo respostas múltiplas, verificou-se que 24,9% da população estimada sofreram algum tipo de discriminação, sendo o tipo predominante aquele relativo ao lugar onde o indivíduo mora (24,9%), seguido de discriminação por religião (19,2%) e por classe social (18,9%).

**Gráfico 23 – Quem realizou a discriminação (%)**

\* Refere-se tanto a ex-marido e ex-esposa como a ex-companheiro (a).

\*\* Refere-se tanto a marido e esposa como a companheiro (a).

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

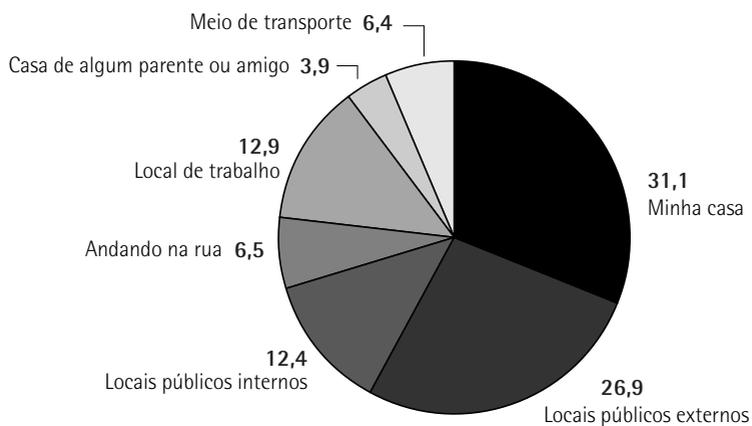
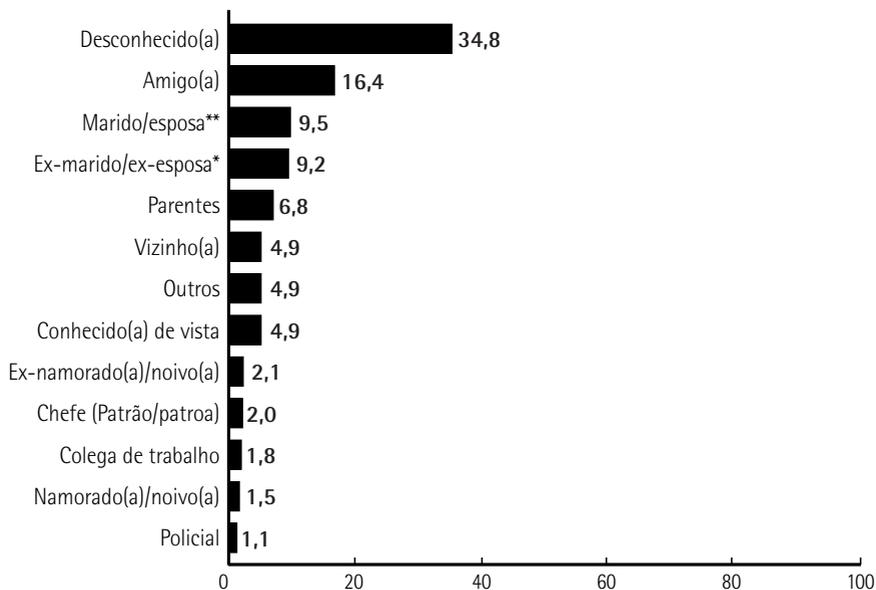
Com relação à última discriminação sofrida, "desconhecidos" foi a categoria de agressores predominantemente apontada, com frequência de 40,4%. Em seguida está a discriminação feita por conhecidos de vista, com 16,1%.

No que diz respeito à notificação da ocorrência de discriminação à polícia, verifica-se em apenas 3,4% da população vitimada esse tipo de registro.

### 13) Ofensa Sexual

De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se que a maioria da população estimada (98,4%) não sofreu nenhum tipo de ofensa sexual. Diversamente, 0,7% das pessoas reportaram ter sido vitimadas, e 0,8% disseram que houve tentativa deste tipo de agressão.

Com relação ao local de ocorrência da última ofensa sofrida, a categoria "própria casa" foi a mais citada, simbolizando 31,1% da população vitimizada. Ainda, locais públicos, tanto internos como externos, em conjunto, totalizam a resposta de 39,3%.

**Gráfico 24 – Locais de ocorrência de ofensa sexual (%)****Gráfico 25 – Quem realizou a ofensa sexual (%)**

\* Refere-se tanto a ex-marido e ex-esposa como a ex-companheiro (a).

\*\* Refere-se tanto a marido e esposa como a companheiro (a).

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Os agressores sexuais mencionados pelas vítimas – de acordo com a última ocorrência de agressão sexual – são majoritariamente pessoas desconhecidas (34,8%). A categoria "amigos" foi a segunda mais citada, com 16,4%, enquanto maridos/esposas foi a proporção verificada em 9,5% da população de vítimas. A necessidade de atendimento médico por conta da última ofensa sexual sofrida foi reportada por 9,6%. Verificou-se também que 15,9% das vítimas reportaram o crime às autoridades policiais.

## Considerações Finais

A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização buscou investigar, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os percentuais reais da população que foi ou não vitimada nos últimos cinco anos. Para tal, e de acordo com o plano amostral delineado, entrevistou 4.553 pessoas, estimando 1.750.073 domicílios e 8.696.561 indivíduos, cuja maioria é composta por mulheres (53,7%).

Grande parte dos entrevistados é da cidade do Rio de Janeiro (53,7%), se auto-declara da cor "branca" (42,5%), possui o ensino médio completo (25,5%) e tem renda familiar mensal entre 1 e 5 salários mínimos (72,8%). Com relação aos hábitos e práticas dos respondentes, a tendência é passar a maior parte do dia em casa e utilizar como meio de transporte principal o ônibus (40,9%).

Essas pessoas, no tocante ao sentimento de insegurança, se sentem menos desprotegidas em seus bairros durante o dia. Os grandes medos dos entrevistados estão relacionados às armas de fogo: 57,0% temem ser vítimas de bala perdida em seus bairros e 43,5% temem estar em meio a um tiroteio.

Os gastos com segurança pessoal não figuram como prioridade para os respondentes: 80,1% não os têm, optando apenas, quando entendem ser necessário, por trancas em portas e janelas (4,7%).

Os entrevistados, quando avaliam a segurança pública, apontam que o Disque-denúncia, uma ONG que auxilia o trabalho policial, financiada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, é um ótimo serviço. Apesar disso, o Disque-denúncia não é o serviço de segurança pública mais procurado, e sim a central de emergência 190 (21,9%).

A confiança nos serviços policiais também foi medida. Para um melhor detalhamento da percepção acerca dos serviços prestados por elas, foram feitas perguntas separadas sobre a atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil. Somente 6,9% dos respondentes confiam totalmente na Polícia Militar, e 9,2%, na Polícia Civil. Ou seja, esta última inspira mais confiança que a primeira. Com relação aos serviços, aqueles que foram melhor avaliados são: o auxílio e o socorro às pessoas, da Polícia Militar, com 45,8%, e o trabalho de investigação da Polícia Civil, com 57,3%.

35,3% da população estimada já tiveram alguma experiência com a polícia ao longo da vida. Esse contato se mostrou, sob uma perspectiva geral, positivo, pois as impressões geradas foram ligadas a valores como cortesia, integridade e rapidez.

Os entrevistados foram questionados sobre a presença de alguns tipos de delito em seu cotidiano. Por exemplo: se suas casas foram arrombadas, se sofreram furtos, roubos, se foram vítima de acidente de trânsito, estelionato, agressões ou ameaças, discriminação e ofensa sexual.

3,2% tiveram suas residências arrombadas, 1,2% foram roubados em sua casa e 0,2% reportaram ter sido furtados. Assim, considerando apenas as pessoas vitimizadas, no quesito "furto de veículos", 70,0% foram furtadas, e 29,1% sofreram tentativa de furto. Já no quesito "roubo de veículos", os vitimizados se dividem entre os 20,9% que sofreram tentativa de roubo e os 78,7% que efetivamente tiveram seu veículo roubado.

Com relação a furto e a roubo de algum outro bem, 9,7% foram furtados, e 11,9% da população estimada sofreram roubo ou tentativa de roubo. Apenas 7,7% dos respondentes já foram vítima de acidentes de trânsito e, dentre aqueles que foram vítima de estelionato, a maioria (8,5%) recebeu notas de dinheiro falso.

As agressões mais mencionadas são verbais: insultos, humilhações e xingamentos (33,3%). Os agressores, em sua maioria, foram desconhecidos (44,7%). 24,9% dos entrevistados disseram já ter sofrido discriminação, sendo o tipo predominante aquele relativo ao lugar onde moravam (24,9%). Nesse caso, os desconhecidos (40,4%) também são os maiores responsáveis.

As ofensas sexuais configuraram um quadro delicado, no qual os entrevistados tiveram dificuldade em obter informações devido ao caráter de intimidade

do tema. Mesmo assim, apurou-se que os agressores das pessoas que se incluem nessa categoria de vitimização são também os desconhecidos (34,8%).

Por tudo isso, é possível perceber a importância dos dados não notificados para a construção de um panorama analítico da situação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Explicitando números que estão à margem dos registros oficiais, a Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização contribui para a efetivação de políticas públicas baseadas em outras fontes de dados, além das estatísticas já conhecidas.

# VITIMIZAÇÃO CRIMINAL: PREVALÊNCIA, INCIDÊNCIA E O ESTILO DE VIDA

Doriam Borges<sup>1</sup>

Durante as últimas décadas, a violência e o risco de se tornar vítima de um crime têm sido temas frequentemente abordados em diversos estudos sociológicos e criminológicos. Alguns estudos, em geral, analisam os efeitos de características demográficas e sociais sobre a vitimização, demonstrando que indivíduos que são, por exemplo, jovens, solteiros ou moradores de zonas urbanas sofrem um risco maior de vitimização do que aqueles que pertencem a outros grupos (Gottfredson, 1984; Hindelang, Gottfredson e Garofalo, 1978; Beato, 2004). Outros estudos procuram explicar a vitimização através de padrões de atividades rotineiras e de estilo de vida. Um interessante estudo sobre a vitimização criminal em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, realizado por Peixoto, Andrade e Moro (2007), utilizando as teorias das atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979 e Cohen et al., 1981) e da escolha racional (Becker, 1968), descobriu que, independente do delito, a atratividade e a proximidade entre um alvo potencial e o criminoso são dois fatores importantes na explicação da probabilidade de vitimização.

Além disso, pesquisadores têm demonstrado que pessoas com experiência de vitimização quase sempre apresentam um maior risco de serem vítimas de crime do que as pessoas que não tiveram experiência de vitimização anterior (Farrell, 1995; Farrell, Phillips e Pease, 1995; Hindelang et al., 1978; Nelson, 1980). Alguns estudos discutiram a vitimização e a vitimização posterior (Lauritsen e Davis Quinet, 1995; Nelson, 1980 e 1984; Osborn et al., 1996; Sparks et al., 1977), e comprovaram empiricamente que algumas pessoas têm uma maior probabilidade de vitimização repetida do que outras, partindo do princípio que a probabilidade de vitimização posterior é independente da experiência de vitimização passada.

---

1 Doutorando em Sociologia pelo IUPERJ e Visiting Scholar na University of Florida

Neste trabalho, procuramos combinar a discussão de alguns autores e análises empíricas para examinar até que ponto os riscos de vitimização e vitimização repetida podem ser explicados por padrões de atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979) e estilo de vida (Hindelang et al., 1978), a partir dos dados da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização realizada pelo ISP (Instituto de Segurança Pública) em 2007. Esta pesquisa coletou informações sobre a ocorrência de 21 tipos de crime que aconteceram nos 5 anos anteriores à pesquisa (Soares, Borges e Azevedo, 2007), a incidência desses crimes e as condições de vida da população residente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

Estudos sobre vitimização repetida concentraram-se nos efeitos das vitimizações anteriores sobre o risco de uma pessoa se tornar vítima novamente. Estudos clássicos sobre vitimização repetida foram realizados com dados provenientes dos Estados Unidos (Hindelang et al., 1978; Johnson et al., 1973) e Grã-Bretanha (Gottfredson, 1984; Sparks, Genn e Dodd, 1977). Sucessivos estudos importantes sobre vitimização repetida foram realizados por Fienberg (1980), Nelson (1980, 1984), Reiss (1980), Trickett et al. (1992), Ellingworth, Farrell e Pease (1995), e, mais recentemente, por Farrel e Sousa (2001), Laycock (2001), Ybarra e Lohr (2002) e Chang, Chen e Brownson (2003).

Muitos desses trabalhos mostram que a vitimização anterior é um preditor significativo da vitimização futura (Farrell 1992, 1995; Farrell et al., 1995; Genn 1988; Sparks 1981), embora esses estudos sempre se refiram ao período de um ano. Esses autores vêm percebendo que a proporção de pessoas vitimizadas mais de uma vez no decorrer de um ano é muito mais elevada do que o esperado. Lauritsen e Davis Quinet (1995) analisaram os dados da American National Youth Survey durante um período de cinco anos (1977-81), e demonstraram que o risco de vitimização no decorrer de um ano possui uma relação positiva com a vitimização anterior. Em estudos anteriores, no entanto, não fica claro quais mecanismos explicam o relacionamento empírico entre a vitimização anterior e a posterior. A literatura criminológica apresenta duas explicações para esta relação (Lauritsen e Davis Quinet, 1995; Nelson, 1980 e 1984; Osborn et al., 1996; Sparks et al., 1977). A primeira delas se baseia na idéia de que essa relação é uma conse-

qüência da heterogeneidade da população. Algumas pessoas têm um risco maior de serem vítimas repetidamente do que outras. Por exemplo: o risco dos jovens serem vitimizados uma vez é grande, bem como o risco de vitimização repetida.

Uma segunda explicação para a relação entre a vitimização anterior e a posterior se refere ao fato de que os indivíduos, uma vez vitimizados, alteram o seu risco de se tornarem vítimas novamente. As hipóteses baseadas nessa explicação são normalmente classificadas como "Hipótese de Estado de Dependência". Duas versões dessa hipótese são sugeridas. Uma delas é a hipótese defendida por Hindelang et al. (1978:129), por exemplo, que acreditam que os indivíduos uma vez vitimizados modificam seu comportamento futuro para evitar situações de alto risco. No entanto, não há fortes evidências empíricas para essa hipótese. Farrell e Pease (1993) sugeriram uma segunda versão, que é "Once bitten, twice bitten" ("Uma vez mordido, mordido duas vezes"), segundo a qual os indivíduos uma vez vitimizados têm um maior risco de vitimização posterior. Essa hipótese parte do princípio de que o risco é explicado por um processo de marcação da vítima, assumindo que a vulnerabilidade ou atratividade de uma determinada pessoa ou propriedade torna-se mais reconhecida por delinqüentes após uma primeira vitimização, ou que algumas vítimas se expõem repetidamente a situações de risco, aumentando o risco de vitimização (Lauritsen e Davis Quinet, 1995; Polvi et al., 1991). Seguindo ainda pela linha da Hipótese de Estado de Dependência, os efeitos da vitimização anterior sobre a posterior podem diminuir ao longo do tempo. Quanto mais tempo passar, menor será o efeito da vitimização anterior sobre a posterior. Estudos empíricos demonstraram que o risco de vitimização repetida de vários tipos de crime se dá imediatamente após o crime, e que as chances de repetição diminuem significativamente com o passar do tempo (Farrell, 1995). Alguns estudos têm demonstrado uma redução dos riscos de vitimização repetida ao longo do tempo, especialmente para os roubos (Kleemans, 1996; Polvi et al., 1991). A maioria dos estudos de vitimização repetida trabalha com o período de um ano e, conseqüentemente, não é adequada para analisar os efeitos da vitimização anterior durante um período mais longo.

Neste artigo estamos analisando a vitimização e o que explica uma maior incidência desse fenômeno. A hipótese formulada e testada aqui é baseada na teoria das atividades rotineiras, proposta por Cohen e Felson (1979), e do estilo de vida, desenvolvida por Hindelang et al (1978). Os estudos realizados por estes

autores demonstraram que as atividades das pessoas podem influenciar o risco de vitimização. Segundo a teoria das atividades rotineiras, desenvolvida por Cohen e Felson (1979), uma ocorrência de vitimização criminal necessita da composição formada por um indivíduo motivado<sup>2</sup> a cometer o crime, uma vítima para esse crime e a falta de guardiões capazes de deter a vitimização. Ademais, segundo Meier e Miethe (1993), a proximidade física de áreas com altas taxas de crime é um fator que aumenta o risco de vitimização. Segundo alguns estudiosos, o fato de residir próximo a uma vizinhança de potenciais infratores aumenta a frequência de contato com esses possíveis criminosos e, por conseguinte, aumenta o risco de vitimização (Gottfredson, 1984; Sparks et al., 1977; Wikström, 1991). A exposição a oportunidades criminais é mais um fator que aumenta o risco de vitimização. Sendo assim, o foco desse modelo teórico está relacionado aos hábitos e à rotina de vida das vítimas potenciais. Ou seja, quanto mais vulnerabilidade a vítima potencial oferecer, maior será a probabilidade de haver um criminoso motivado a cometer um delito.

A dinâmica que faz com que a vítima e o ofensor se encontrem em uma dada posição no tempo e espaço, coincidindo com a ausência de um guardião capaz de prevenir a ação criminosa, é o ponto-chave da teoria das atividades rotineiras (Felson e Cohen, 1980). Para Cohen e Felson (1979), a idéia de guardião está relacionada à presença de pessoas ou objetos que possam, de alguma maneira, interferir na atividade criminosa. Desse modo, os guardiões podem ser representados por policiais, segurança privada, vizinhos ou até mesmo um pedestre que esteja no mesmo lugar e hora da ocorrência do possível crime.

O conceito de guardião utilizado na teoria das atividades rotineiras é equivalente ao conceito de controle social da teoria da desorganização social, inclusive no que tange aos indicadores de controle social e à presença de guardiões (Sampson e Raudenbush, 1999). Partindo desse pressuposto, a teoria das atividades rotineiras é um modelo de desorganização social trabalhado no nível do indivíduo (Felson, 1986). Entretanto, vale ressaltar que essa teoria é mais restrita do que aquela da desorganização social, uma vez que considera apenas os ofensores e os não-ofensores (Jensen e Brownfield, 1986).

---

2 Beato (2004) salienta que a origem dessa motivação não é abordada nesse modelo teórico.

O modelo teórico das atividades rotineiras foi ampliado por Cohen (1981), que introduziu mais duas dimensões para explicar os riscos de vitimização: a exposição e a atratividade do alvo potencial. A exposição é definida pela quantidade de tempo gasta por um indivíduo freqüentando locais públicos e estabelecendo interações sociais, o que determina a visibilidade e a acessibilidade física do indivíduo ou de um patrimônio para o criminoso. No que se refere à atratividade, as vítimas tornam-se mais atrativas para o criminoso quando oferecem maiores retornos materiais esperados e/ou menor possibilidade de resistência, influenciando a probabilidade de vitimização. Desse modo, a exposição e a atratividade são fatores importantes na explicação da dinâmica da vitimização. Assim, o modelo teórico das atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979; Cohen, 1981) considera que a ocorrência criminal é uma função que utiliza os seguintes fatores: exposição, proximidade e atratividade do potencial alvo e a ausência de guardiões, em um determinado local e horário.

Hindelang, Gottfredson e Garofalo (1978) propuseram uma teoria sobre as inter-relações entre os padrões de atividade e a vitimização criminal. De acordo com a abordagem de estilo de vida (*life-style models*) feita pelos autores, características demográficas (por exemplo, idade, sexo, renda, estado civil) estão associadas a diferentes expectativas, o que, por sua vez, leva a diferenças nos estilos de vida, na exposição ao risco, e posteriormente, influencia a probabilidade de vitimização (Hindelang et al., 1978).

Os dois modelos teóricos empregados neste trabalho utilizam a vítima como objeto de estudo, buscando entender como o estilo de vida do indivíduo, suas atividades de rotina e as oportunidades geradas por ele influenciam o risco de vitimização. Esses tipos de abordagem utilizam dados de pesquisas de vitimização para compreender como alguns tipos de atividade podem influenciar as probabilidades de vitimização (Hindelang, 1978). É nesse sentido que este trabalho foi desenvolvido, buscando utilizar os modelos teóricos das atividades rotineiras e do estilo de vida para realizar uma análise empírica com os dados da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, sobre a vitimização e a vitimização repetida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

## DADOS E MÉTODOS

### 1) Dados

Neste trabalho utilizamos os dados da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>3</sup> entre fevereiro e setembro de 2007. As pesquisas de vitimização são um instrumento capaz de estimar o total de crimes ocorridos e não notificados aos órgãos governamentais. Além de verificar as taxas de subnotificação, as pesquisas de vitimização são capazes de identificar quais motivos levam os indivíduos a não notificarem a vitimização à polícia. Os resultados das pesquisas de vitimização podem revelar informações de extrema relevância para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e contenção da criminalidade.

Esse tipo de pesquisa é um instrumento básico, tanto para medir o crime como para descrever os grupos que enfrentam maiores riscos. Ademais, as pesquisas de vitimização procuram obter informações sobre a experiência das pessoas com o crime e as circunstâncias em que ocorreram esses crimes, além de fazerem uma avaliação da violência e do sentimento de insegurança. Também podem ajudar a melhorar a polícia e o sistema judicial, pois são capazes de avaliar sua efetividade e confiabilidade a partir das percepções das pessoas.

A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização entrevistou 4.553 moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e perguntou sobre a ocorrência e incidência de 21 tipos de crime nos 5 anos anteriores à pesquisa. São eles: furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), tentativa de furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), furto de itens do carro, tentativa de furto de itens do carro, arrombamento de casa, tentativa de arrombamento de casa, furto de algum outro bem, tentativa de furto de algum outro bem, roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), tentativa de roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), roubo de itens de veículos, tentativa de roubo de itens de veículos, roubo de casa, tentativa de roubo de casa, roubo de algum outro bem, tentativa de roubo de algum outro bem, vandalismo em veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), estelionato, agressões e ameaças, acidente de trânsito e ofensa sexual.

---

3 Maiores informações sobre a pesquisa ver Soares, Borges e Azevedo (2007).

## 2) A Incidência e a Prevalência de alguns crimes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A incidência e a prevalência de crimes são duas medidas importantes que podem ser elaboradas a partir de pesquisas de vitimização. A incidência é determinada pelo número de casos de crimes ocorridos em um lugar e um período de tempo específicos, e a prevalência é a proporção de pessoas que tiveram a experiência de vitimização por tipo de crime numa determinada população e em um momento temporal específico. A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização nos permitiu examinar a prevalência e a incidência de 21 tipos de crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A pesquisa revelou que 21,7% da população já foi vítima de algum dos tipos de crime abordados na pesquisa nos últimos 12 meses. Quando analisamos as diferentes tipologias criminais percebemos que as taxas de vitimização apresentam uma variação muito grande. Conforme podemos ver na Tabela 1, o crime que apresentou maior prevalência foi agressão / ameaça (12,0% da população afirmou ter sido vítima nos últimos 12 meses), seguido por estelionato (8,3%). Quase 6,0% da população diz ter sido vítima de furto de veículo, e 2,6%, de roubo de veículo no último ano.

Analisando as taxas de vitimização para os últimos 5 anos, percebemos que mais de 20,6% da população foi vítima de, no mínimo, uma agressão / ameaça. Para as pessoas que possuíam carro nos últimos 5 anos, a taxa de vitimização de roubo e furto de veículo nesse período foi de 28,9%. Se colocarmos o vandalismo de veículo no ranking das taxas de vitimização, veremos que este tipo de crime ficou em 12º lugar (2,2%) para as ocorrências nos últimos 12 meses, e em 4º lugar (16,6%) nos últimos 5 anos.

Na Tabela 1 são apresentadas as incidências de 21 tipos de crimes. Dentre os tipos de crimes abordados na pesquisa, aqueles contra a pessoa apresentaram uma maior incidência. Nos últimos 5 anos, a média de agressões / ameaças por pessoa foi de 6,1, e de agressão sexual foi de 2,9. Entre os crimes contra o patrimônio, os que tiveram maior incidência foram furto e tentativa de furto de algum outro bem (1,6) e tentativa de arrombamento de casa (1,5).

**Tabela 1 – Taxa de vitimização  
segundo período de referência e incidência por tipo de crime  
(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007)**

	Prevalência nos últimos		Incidência	Média de Incidência
	5 anos	12 meses		
Agressão / Ameaça	20,6%	12,0%	11.015.767	6,1
Furto de Veículo	18,8%	5,6%	568.028	1,2
Estelionato	16,9%	8,3%	*	*
Vandalismo em Veículo	16,6%	2,2%	*	*
Roubo de Outro Bem	10,7%	3,4%	1.334.841	1,4
Furto de Itens do Veículo	10,5%	3,9%	332.496	1,3
Roubo de Veículo	10,1%	2,6%	327.754	1,3
Furto de Algum outro bem	8,7%	3,0%	1.353.542**	1,6**
Tentativa Furto de Algum outro bem	0,9%	0,6%		
Tentativa de Furto de Veículo	8,0%	3,1%	263.138	1,3
Acidente de Trânsito	7,7%	2,6%	*	*
Arrombamento de Casa	3,0%	0,8%	348.399	1,3
Tentativa de Roubo de Veículo	2,7%	1,0%	80.693	1,2
Roubo de Itens do Veículo	2,5%	0,6%	76.121	1,2
Tentativa de Furto dos Itens do Veículo	1,9%	0,7%	54.423	1,1
Tentativa de Arrombamento de Casa	1,9%	0,9%	239.821	1,5
Agressão Sexual	1,6%	0,8%	196.245	2,9
Tentativa de Roubo de Outro Bem	1,2%	0,6%	147.029	1,3
Roubo de Casa	1,2%	0,1%	106.440	1,1
Tentativa de Roubo de Itens do Veículo	0,8%	0,1%	26.069	1,2
Tentativa de Roubo de Casa	0,2%	0,0%	14.373	1,0

\*Não há essa informação no questionário

\*\* A incidência se refere ao furto e à tentativa de furto de algum outro bem

### 3) Variáveis do Estudo

Para este trabalho selecionamos como variável dependente a probabilidade de vitimização e de vitimização repetida. As variáveis independentes ou explicativas foram escolhidas no intuito de explicar a probabilidade de vitimização e de vitimização repetida, considerando as hipóteses do modelo teórico das atividades rotineiras e do estilo de vida. Nesse sentido, as variáveis explicativas estão divididas em quatro fatores associados ao risco individual de vitimização, com base em Cohen e Felson (1979), Cohen (1981) e Hindelang (1978), sejam eles: exposição, proximidade, atratividade e guardião. Segundo esses autores, o fator exposição está ligado à quantidade de tempo que uma pessoa passa em lugares públicos, que pode variar segundo o estilo de vida. Por exemplo: os homens tendem a se expor mais do que as mulheres, os jovens mais do que os idosos, e os solteiros, mais do que os casados. As variáveis que utilizamos como medida para o fator exposição foram: sexo, faixa etária, estado civil e cor.

A proximidade da vítima com relação ao agressor se refere à distância entre as áreas de residência e atividades dos potenciais alvos e dos possíveis ofensores. Para representar esse fator, trabalhamos com a idéia de que "a atividade externa regular e a frequência com que o não-ofensor vai a eventos sociais podem indicar a proximidade física com o ofensor motivado" (Peixoto, Andrade e Moro, 2007, p. 23).

Entendemos como atratividade o desejo que o ofensor pode ter sobre os bens valiosos de um alvo potencial. Utilizamos como variáveis proxie da atratividade dos alvos a escolaridade e a renda familiar dos indivíduos.

No que diz respeito ao fator guardião, trabalhamos com a idéia de que a presença de policiais, vizinhos ou outros indivíduos pode inibir a ação do ofensor sobre o alvo potencial. Assim, utilizamos a percepção da eficiência e da presença de policiais na vizinhança ou proximidades, e a confiança e o tempo de moradia na vizinhança como variáveis representantes do fator guardião. Vale ressaltar que esse fator apresenta uma fragilidade, no sentido de que as variáveis utilizadas neste trabalho são mais apropriadas para a vitimização, e nem todas as vitimizações ocorreram na vizinhança ou proximidades.

#### 4) Método

Para estimar a associação entre a vitimização e a vitimização repetida, controlando pelas variáveis que representam a teoria das atividades rotineiras e estilo de vida, foi realizada uma análise de regressão logística multinomial<sup>4</sup>. A regressão logística multinomial é uma generalização do modelo logístico binário (Agresti, 1990). Enquanto na regressão logística binária a variável resposta tem duas categorias, na logística multinomial a variável resposta tem mais de duas categorias.

O modelo de regressão logístico multinomial é definido por:

$$\ln \left( \frac{p_{ik}}{p_{is}} \right) = \beta_{0k} + \beta_{1k}x_{i1} + \beta_{2k}x_{i2} + \dots + \beta_{qk}x_{iq}, k = 1,2$$

No presente estudo, a variável resposta possui três categorias: nenhuma vitimização, uma (01) vitimização e mais de uma (01) vitimização ou vitimização repetida nos últimos 5 anos. Os resultados do modelo foram apresentados como razões de chance (odds ratio), e os respectivos intervalos de confiança são de 95,0%.

## RESULTADOS

No modelo utilizado neste trabalho, consideramos como variável dependente a vitimização e a vitimização repetida nos últimos 5 anos (Tabela 2), independentemente do tipo de crime. Estimamos os modelos incluindo, a cada especificação, as variáveis representativas para a teoria das atividades rotineiras e estilo de vida. Os resultados sugerem que esse modelo é robusto, com um poder explicativo, medido pelo pseudo R<sup>2</sup> de Nagelkerke<sup>5</sup>, de cerca de 35,7%. Este valor pode ser considerado promissor, principalmente se levarmos em conta a complexidade do fenômeno criminal.

4 Essa técnica permite identificar os fatores que mais influenciam na vitimização e na vitimização repetida, e estimar a probabilidade de ocorrência desse evento.

5 Na análise de regressão logística multinomial não existe uma medida exatamente equivalente ao coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>), que mede a proporção da variabilidade explicada pela equação de regressão. Existindo várias medidas, designadas de Pseudo-R<sup>2</sup>, optamos por utilizar o indicador de Nagelkerke, disponível no programa estatístico utilizado (SPSS), por apresentar uma variação de valores entre 0 e 1.

Ao analisar as razões de chances (odds ratio) desse modelo, verificamos resultados interessantes, principalmente no que diz respeito ao modelo teórico que estamos utilizando – exposição, proximidade, atratividade e a existência de guardiões. Todas as análises das razões de chances se referem à comparação entre a vitimização (uma vez ou mais de uma vez) com nenhuma experiência de vitimização nos últimos 5 anos. As variáveis proxies para exposição se mostraram surpreendentes, principalmente no que tange à vitimização repetida. Ou seja, o efeito das variáveis que representam o fator exposição parecem ter um efeito mais forte na vitimização repetida.

Uma pessoa do sexo feminino possui mais chances de ter sido vitimizada uma vez nos últimos 5 anos do que um indivíduo do sexo masculino. Para a vitimização repetida, os homens apresentaram maiores chances do que as mulheres, em relação a nenhuma vitimização. Considerando a idéia de que os homens tendem a se expor a situações de risco com maior frequência do que as mulheres, então essa proxy para o fator de exposição se enquadra melhor nas análises que se referem à vitimização repetida.

Ao analisar o estado civil como um fator de exposição, verificamos que os solteiros tiveram 70% a mais de chances de serem vitimizados uma vez e 85% a mais de chances de serem vitimizados mais de uma vez do que os viúvos. Segundo alguns estudiosos (Gottfredson, 1984; Soares, 2000; Kogut e Ritov, 2005), os solteiros, em geral, estão mais expostos a situações de risco do que pessoas com outros estados civis, o que é confirmado neste estudo. Outro resultado interessante foi o fato dos desquitados / separados / divorciados apresentarem menores chances de terem sido vitimizados uma vez, e maiores chances de terem sido vitimizados mais de uma vez do que os viúvos. Ou seja, para a vitimização repetida, os desquitados apresentaram 1,62 mais chances do que os viúvos.

No que se refere à faixa etária, os jovens de 20 a 39 anos apresentaram mais chances de terem sido vitimizados do que as pessoas com 50 anos ou mais, e esse resultado é ainda mais acentuado quando se refere à vitimização repetida. As pessoas com idade entre 20 e 29 anos apresentaram 2,27 e 2,41 mais chances de serem vitimizadas uma vez e mais de uma vez nos últimos 5 anos, respectivamente.

te. Os indivíduos de cor/raça branca, preta e amarela possuem mais chances de vitimização do que os indígenas. Quando fazemos essa análise para vitimização repetida, as chances são menores. Se analisarmos a diferença entre os tipos de cor/raça dos indivíduos, vamos verificar que os brancos possuem maior probabilidade de serem vitimizados uma vez, enquanto os amarelos são os que apresentaram maior probabilidade de vitimização repetida. Não há consenso na literatura sobre a influência da cor/raça na probabilidade de vitimização (Fajnzylber et al., 2001 apud Peixoto, Andrade e Moro, 2007).

Para analisar o efeito de proximidade sobre a vitimização e a vitimização repetida utilizamos variáveis que pudessem representar a distância física entre o alvo potencial e o criminoso, trabalhando com a frequência de possíveis contatos sociais entre ambos na região de residência ou em outros locais. Por exemplo, as pessoas que costumam ficar a parte da tarde fora de casa possuem 43,0% a mais de chances de terem sido vitimizadas uma vez e 33% a mais de chance de terem sido vitimizadas mais de uma vez do que aqueles que ficam em casa. Para as pessoas que nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa foram ao cinema, teatro, praia, parque, museu ou exposição de arte, as chances de não-vitimização são maiores do que para vitimização repetida. Já para as pessoas que foram a eventos e atividades esportivas, atividades religiosas, shoppings, mercados, feiras, shows, bares e casas noturnas, as chances de vitimização são maiores do que para aqueles que não tiveram essas atividades. Ao classificar os tipos de atividade segundo o horário de término, percebemos diferenças significativas. Analisando os dados da Tabela 2, verificamos que as atividades realizadas durante a noite/madrugada e com maior agitação social facilitam mais o contato entre o alvo potencial e o criminoso do que as atividades executadas durante o dia e parte da noite, e em locais com maior controle social. Nesse sentido, o tipo de atividade é um fator importante para a vitimização e a vitimização repetida, tal como o meio de transporte utilizado. As pessoas que costumam sair de carro e ônibus têm, respectivamente, 90% e 43% a mais de chances de terem sido vitimizadas uma vez do que os que não saem de carro e ônibus, respectivamente. Já para as pessoas que foram vítimas de crime mais de uma vez nos últimos 5 anos, o fato de sair de carro, táxi, trem ou lotação reduz as chances de vitimização repetida.

**Tabela 2 – Modelo explicativo da vitimização repetida nos últimos 5 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2007**  
(Categoria de referência: Nenhuma vitimização nos últimos 5 anos)

Fatores de Risco	Variáveis	1 vez		Mais de 1 vez	
		OR	IC 95%	OR	IC 95%
Exposição	Sexo				
	Masculino	0,86	0,84 - 0,88	1,11	1,09 - 1,14
	Feminino	1,00		1,00	
	Estado Civil				
	Solteiro	1,70	1,61 - 1,79	1,85	1,75 - 1,95
	Casado	1,17	1,12 - 1,23	1,11	1,06 - 1,17
	Desquitado/Separado/Divorciado	0,99	0,93 - 1,04	1,62	1,53 - 1,71
	Viuvo	1,00		1,00	
	Faixa Etária				
	16 a 17 anos	0,12	0,11 - 0,14	0,27	0,25 - 0,29
	18 a 19 anos	1,05	0,98 - 1,11	0,81	0,77 - 0,86
	20 a 29 anos	2,27	2,19 - 2,35	2,41	2,33 - 2,50
	30 a 39 anos	1,25	1,20 - 1,29	2,50	2,42 - 2,58
	40 a 49 anos	1,24	1,20 - 1,28	1,07	1,04 - 1,10
	50 anos ou mais	1,00		1,00	
	Cor/Raça				
Branca	7,65	6,64 - 8,83	1,09	1,01 - 1,17	
Preta	4,18	3,63 - 4,82	0,83	0,78 - 0,89	
Amarela	4,48	3,77 - 5,32	1,89	1,71 - 2,09	
Indígena	1,00		1,00		
Proximidade com o Agressor	Onde fica maior parte da manhã				
	Em casa	1,10	1,07 - 1,13	1,20	1,17 - 1,23
	Fora de casa	1,00		1,00	
	Onde fica maior parte da tarde				
	Em casa	0,70	0,68 - 0,72	0,75	0,73 - 0,77
	Fora de casa	1,00		1,00	
	Onde fica maior parte da noite				
	Em casa	1,84	1,78 - 1,89	1,04	1,01 - 1,06
Fora de casa	1,00		1,00		

Fatores de Risco	Variáveis	1 Veiz		Mais de 1 Veiz	
		OR	IC 95%	OR	IC 95%
Proximidade com o Agressor	Onde fica maior parte da madrugada				
	Em casa	1,35	1,27 - 1,43	0,98	0,94 - 1,03
	Fora de casa	1,00		1,00	
	Foi ao cinema ou teatro nos últimos 30 dias				
	Foi	0,66	0,64 - 0,68	0,96	0,93 - 0,99
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi à praia ou parque nos últimos 30 dias				
	Foi	0,90	0,88 - 0,92	0,66	0,64 - 0,68
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi comer fora de casa, sem contar os dias de trabalho, nos últimos 30 dias				
	Foi	0,96	0,93 - 0,98	1,16	1,13 - 1,19
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi visitar amigos ou parentes nos últimos 30 dias				
	Foi	1,30	1,26 - 1,34	0,92	0,89 - 0,94
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi assistir a algum evento esportivo nos últimos 30 dias				
	Foi	1,17	1,14 - 1,21	1,01	0,98 - 1,04
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi participar de atividade religiosa nos últimos 30 dias				
	Foi	1,06	1,03 - 1,08	1,45	1,42 - 1,48
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi pescar ou acampar nos últimos 30 dias				
	Foi	0,66	0,63 - 0,70	1,13	1,07 - 1,19
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi ao shopping, mercado ou feira nos últimos 30 dias				
	Foi	1,71	1,65 - 1,78	1,29	1,25 - 1,34
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi assistir a algum show nos últimos 30 dias				
Foi	1,20	1,17 - 1,24	1,91	1,86 - 1,96	
Não foi	1,00		1,00		
Foi a algum bar ou casa noturna nos últimos 30 dias					
Foi	1,78	1,74 - 1,83	1,18	1,15 - 1,21	
Não foi	1,00		1,00		

Fatores de Risco	Variáveis	1 Vez		Mais de 1 Vez	
		OR	IC 95%	OR	IC 95%
Proximidade com o Agressor	Foi praticar atividade esportiva nos últimos 30 dias				
	Foi	1,28	1,25 - 1,31	1,41	1,38 - 1,44
	Não foi	1,00		1,00	
	Foi visitar museu ou exposição de arte nos últimos 30 dias				
	Foi	0,60	0,57 - 0,62	0,73	0,71 - 0,76
	Não foi	1,00		1,00	
	A maior parte das saídas foram				
	No bairro	0,92	0,90 - 0,96	1,09	1,06 - 1,13
	Próximo ao bairro	1,00	0,97 - 1,03	1,38	1,35 - 1,42
	Distante do bairro	1,00		1,00	
	Nos finais de semana costuma				
	Sair de casa	2,09	2,02 - 2,16	2,38	2,31 - 2,45
	Ficar em casa	2,60	2,52 - 2,69	1,23	1,20 - 1,27
	As duas coisas	1,00		1,00	
	Costuma sair de carro/moto				
	Sim	1,90	1,85 - 1,95	0,87	0,85 - 0,89
	Não	1,00		1,00	
	Costuma sair de ônibus				
	Sim	1,43	1,39 - 1,47	1,04	1,01 - 1,06
	Não	1,00		1,00	
	Costuma sair de ônibus fretado				
	Sim	0,91	0,85 - 0,97	2,19	2,05 - 2,35
Não	1,00		1,00		
Costuma sair de táxi					
Sim	1,44	1,37 - 1,52	0,85	0,82 - 0,89	
Não	1,00		1,00		
Costuma sair de trem					
Sim	0,96	0,92 - 1,01	0,91	0,87 - 0,94	
Não	1,00		1,00		
Costuma sair de metrô					
Sim	1,04	1,01 - 1,08	1,15	1,12 - 1,18	
Não	1,00		1,00		

Fatores de Risco	Variáveis	1 vez		Mais de 1 vez	
		OR	IC 95%	OR	IC 95%
Proximidade com o Agressor	Costuma sair de van/kombi/lotação				
	Sim	0,78	0,76 - 0,80	0,96	0,93 - 0,98
	Não	1,00		1,00	
	Costuma sair de bicicleta				
	Sim	1,10	1,06 - 1,14	1,48	1,43 - 1,54
	Não	1,00		1,00	
	Costuma sair de outro meio de transporte				
	Sim	1,10	1,03 - 1,16	0,77	0,73 - 0,81
	Não	1,00		1,00	
Atratividade	Escolaridade				
	Sem instrução	1,26	1,17 - 1,35	1,04	0,97 - 1,11
	Ensino Fundamental incompleto	1,11	1,05 - 1,18	0,85	0,80 - 0,89
	Ensino Fundamental completo	1,13	1,06 - 1,19	0,86	0,81 - 0,90
	Ensino Médio incompleto	2,65	2,50 - 2,81	2,23	2,11 - 2,35
	Ensino Médio completo	1,29	1,22 - 1,35	1,26	1,21 - 1,32
	Superior incompleto	2,90	2,74 - 3,07	3,73	3,54 - 3,93
	Superior completo	3,42	3,25 - 3,60	2,82	2,69 - 2,96
	Pós-Graduação	1,00		1,00	
	Renda Familiar Mensal				
	Até 1 SM	1,79	1,61 - 1,98	7,79	7,00 - 8,67
	Mais de 1 SM até 2 SM	2,43	2,21 - 2,68	5,44	4,91 - 6,04
	Mais de 2 SM até 3 SM	1,41	1,28 - 1,56	3,86	3,48 - 4,29
	Mais de 3 SM até 5 SM	2,46	2,23 - 2,71	6,51	5,86 - 7,22
	Mais de 5 SM até 10 SM	2,68	2,42 - 2,97	5,19	4,67 - 5,77
	Mais de 10 SM até 15 SM	4,08	3,67 - 4,54	8,92	7,98 - 9,96
	Mais de 15 SM até 20 SM	7,64	6,81 - 8,58	15,70	13,95 - 17,67
	Mais de 20 SM	2,81	2,50 - 3,16	4,70	4,17 - 5,29
	Sem Renda	1,00		1,00	
Guardiões	Poderia contar com vizinhos para tomar conta da casa enquanto não está				
	Poderia contar	0,74	0,72 - 0,77	0,97	0,94 - 1,00
	Não poderia contar	1,00		1,00	

Fatores de Risco	Variáveis	1 vez		Mais de 1 vez	
		OR	IC 95%	OR	IC 95%
Guardiões	Poderia contar com vizinhos para tomar conta do carro enquanto não está				
	Poderia contar	1,14	1,11 - 1,18	0,48	0,46 - 0,49
	Não poderia contar	1,00		1,00	
	Poderia contar com vizinhos para resolver conflitos ou brigas na vizinhança				
	Poderia contar	0,97	0,94 - 0,99	1,17	1,14 - 1,20
	Não poderia contar	1,00		1,00	
	Como avalia o policiamento a pé, em viatura ou moto na vizinhança				
	Ótimo	9,49	8,57 - 10,49	4,29	3,94 - 4,68
	Bom	2,41	2,24 - 2,60	1,21	1,15 - 1,28
	Ruim	3,06	2,85 - 3,29	1,05	1,00 - 1,11
	Péssimo	1,67	1,55 - 1,79	1,34	1,27 - 1,41
	Regular	2,17	2,01 - 2,34	0,75	0,71 - 0,79
	Não tem	1,00		1,00	
	Como avalia o trabalho dos PMs na vizinhança				
	Ótimo	0,16	0,15 - 0,17	0,70	0,67 - 0,74
	Bom	1,01	0,97 - 1,05	1,13	1,09 - 1,17
	Ruim	1,07	1,02 - 1,12	1,43	1,38 - 1,49
	Péssimo	2,67	2,54 - 2,81	2,71	2,59 - 2,84
	Regular	1,00		1,00	
	Nos últimos 6 meses o policiamento na vizinhança tem sido:				
	Acima do suficiente	2,67	2,46 - 2,90	2,59	2,40 - 2,80
	Suficiente	1,08	1,06 - 1,11	0,56	0,55 - 0,57
	Insuficiente	1,00		1,00	
	Tempo de moradia na vizinhança				
	Menos de 6 meses	0,67	0,56 - 0,81	1,92	1,73 - 2,14
	6 meses a 1 ano	1,03	0,9 - 1,09	1,44	1,36 - 1,52
	1 a 5 anos	1,17	1,14 - 1,20	1,29	1,26 - 1,33
	5 a 10 anos	1,28	1,25 - 1,32	1,05	1,03 - 1,08
Mais de 10 anos	1,00		1,00		
Tipo de residência					
Condomínio de casa, apartamentos ou casas de vila	0,82	0,80 - 0,85	0,64	0,63 - 0,66	
Favelas ou áreas invadidas ou ocupadas	0,52	0,50 - 0,55	0,72	0,70 - 0,75	
Casas de cômodo ou cortiço	2,45	2,33 - 2,59	3,54	3,37 - 3,71	
Construção isolada	1,00		1,00		

Como se esperava, as razões de chances de vitimização e vitimização repetida aumentam conforme a escolaridade e a renda da família. Nesse sentido, concluímos que a atratividade do alvo potencial é um importante fator para a vitimização, sobretudo no que diz respeito à vitimização repetida. As pessoas que possuem uma renda familiar de 15 a 20 salários mínimos apresentaram 15,70 mais chances de terem sido vitimizadas mais de uma vez do que as pessoas sem rendimento. Esse mesmo grupo possui uma razão de chances de 7,64 a mais de uma vitimização do que as pessoas que se declararam sem renda familiar. Entretanto, é interessante verificar dois paradoxos nos resultados dessa análise. O primeiro se refere à razão de chances de vitimização e vitimização repetida das pessoas com renda familiar de mais de 20 salários mínimos, e o segundo seria a razão de chances de vitimização repetida das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo. Esses resultados podem estar mais ligados à exposição a situações de risco do que à atratividade desses grupos, principalmente, na análise da vitimização repetida.

Para analisar como os guardiões formais e informais do modelo teórico utilizado neste trabalho são capazes de explicar a vitimização, utilizamos variáveis relacionadas à confiança na vizinhança, percepção de eficiência na polícia, tempo de moradia na vizinhança e tipo de moradia. Vale ressaltar que as variáveis referentes à vizinhança utilizadas nesta análise não medem a influência dos guardiões sobre a vitimização, uma vez que os indivíduos nem sempre são vitimizados nos locais próximos às suas residências.

Em relação aos guardiões formais, ou seja, as forças policiais, os resultados foram muito curiosos. Podemos verificar que as pessoas que avaliaram o policiamento na vizinhança positivamente apresentaram maiores chances de serem vitimizadas uma ou mais vezes. As pessoas que avaliaram o policiamento a pé, em viatura ou moto como "ótimo" possuem 9,49 mais chances de terem sido vítimas uma vez do que aquelas que não têm policiamento na vizinhança. As chances de vitimização repetida em relação a nenhuma vitimização nos últimos 5 anos também foi expressiva para os que avaliaram o policiamento como "ótimo" (4,29), contra "não tem" policiamento. Um resultado parecido foi encontrado na pergunta sobre a frequência do policiamento na vizinhança. Entretanto, com relação a como os entrevistados avaliavam o trabalho policial, verificamos que aqueles que avaliaram negativamente possuem maiores chances de terem sido vitimizados

uma vez ou mais de uma vez. Esse último resultado demonstra o quanto o guardaião pode ser um importante fator na explicação tanto da vitimização quanto da vitimização repetida. Mas vale ressaltar o paradoxo da avaliação do policiamento, no qual as pessoas que avaliaram positivamente o policiamento na vizinhança apresentaram maiores chances de vitimização. Esse resultado vai contra a idéia dos guardiões proposta pela literatura. No entanto, vale notar que a avaliação do policiamento é com relação à vizinhança, e a vitimização nem sempre ocorre na vizinhança. Outro fator importante é que as respostas dessa pergunta podem estar ligadas ao fator de atratividade da vítima, uma vez que no Rio de Janeiro os bairros com mais policiamento são os bairros mais ricos<sup>6</sup> e onde vivem os alvos potenciais mais atrativos, corroborando o modelo teórico utilizado neste trabalho. Além disso, "a percepção da eficiência do trabalho policial pode apresentar endogeneidade no modelo, ou seja, a variável dependente também determina a variável independente. Por exemplo, o fato do indivíduo já ter sido vitimado leva a uma percepção ruim da eficiência policial, e se não foi vitimado, à percepção de que a eficiência é boa. Portanto, a análise deste fator de risco deve ser interpretada com cautela" (Peixoto, Andrade e Moro, 2007 p. 28).

Em nossa análise partimos da premissa de que as pessoas que residem em uma vizinhança por mais tempo tendem a construir maiores vínculos com os vizinhos, e por conseqüência, criar maior vigilância informal e reduzir a probabilidade de vitimização (Cohen e Felson, 1979). Os resultados encontrados neste trabalho confirmam essa premissa para a vitimização repetida e a contradizem para aqueles que foram vitimizados uma vez.

## CONCLUSÃO

Esse estudo abordou questões relacionadas à incidência de 21 tipos de crime: furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), tentativa de furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), furto de itens do carro, tentativa de furto de itens do carro, arrombamento de casa, tentativa de arrombamento de casa, furto de algum outro bem, tentativa de furto de algum outro bem, roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), tentativa de roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta),

---

6 Ver "Geografia da Violência no Rio de Janeiro" de Luiz Eduardo Soares, publicado na Folha de São Paulo em 13/10/2004.

roubo de itens de veículos, tentativa de roubo de itens de veículos, roubo de casa, tentativa de roubo de casa, roubo de algum outro bem, tentativa de roubo de algum outro bem, vandalismo em veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta), estelionato, agressões e ameaças, acidente de trânsito e ofensa sexual. Para tanto, utilizamos os dados da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizada em 2007.

A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização revelou que 21,7% da população foi vítima de algum dos 21 tipos de crime abordados nos últimos 12 meses. Entre os crimes abordados pela pesquisa, agressão e ameaça tiveram a maior taxa de vitimização, para os dois períodos de referência investigados na pesquisa: últimos 12 meses e últimos 5 anos. Nos últimos 12 meses, a taxa desse tipo de crime foi de 12,0% da população pesquisada, e para os últimos 5 anos anteriores à pesquisa, verificamos uma taxa de vitimização significativa de mais de 20%. A taxa de vitimização de roubo e furto de veículo nos últimos 5 anos foi de 28,9% da população que possuía carro nesse período. Nos últimos 5 anos, a média de agressões / ameaças por pessoa foi de 6,1 casos, e de agressão sexual, de 2,9. Entre os crimes contra o patrimônio, os que tiveram maior incidência foram furto e tentativa de furto de algum outro bem (1,6) e a tentativa de arrombamento de casa (1,5). Desse modo, verificamos que os crimes contra a pessoa tiveram uma maior incidência do que os crimes contra o patrimônio.

A incidência média de todos os tipos de crimes abordados na pesquisa foi de 4,7 casos por pessoa. Nesse sentido, as análises deste trabalho tiveram como objetivo verificar em que medida o estilo de vida do indivíduo e suas atividades de rotina influenciam o risco de vitimização e vitimização repetida. Alguns estudos realizam esse tipo de análise, mas não consideram a importância da ocorrência da vitimização repetida, e trabalham apenas com a prevalência. Neste trabalho, buscamos realizar uma análise que conjugasse as teorias criminológicas cujo o foco são a vítima e a vitimização repetida. As variáveis utilizadas para tentar explicar o risco de uma pessoa ser vitimizada uma vez ou mais de uma vez foram: exposição, proximidade, atratividade e a ausência de guardião.

As variáveis proxies para exposição se mostraram surpreendentes, principalmente no que diz respeito à vitimização repetida, ou seja, o efeito das variáveis que representam o fator exposição parece ser mais forte na vitimização repetida. Uma pessoa do sexo feminino possui mais chances de ter sido vitimizada uma

vez nos últimos 5 anos do que um indivíduo do sexo masculino. Para a vitimização repetida, os homens apresentaram maiores chances do que as mulheres. Esse resultado demonstra que o fator exposição é significativo para a explicação da vitimização repetida, uma vez que os homens, em geral, estão mais expostos a situações de risco do que as mulheres.

Com relação ao fator proximidade, verificamos que as atividades realizadas durante a noite/madrugada e com maior agitação social tornam o alvo potencial mais próximo do ofensor e aumentam os riscos de vitimização, quando comparadas com as atividades executadas durante o dia e parte da noite, e em locais com maior controle social. Nesse sentido, o tipo de atividade e o estilo de vida são fatores importantes na explicação da vitimização e da vitimização repetida, tal como o meio de transporte utilizado pelas pessoas.

Para analisar a influência do fator atratividade sobre o risco de vitimização e vitimização repetida, utilizamos duas proxies para status socioeconômico: educação e renda familiar. As razões de chances de vitimização e vitimização repetida aumentam conforme a escolaridade e a renda familiar, corroborando o modelo teórico, uma vez que a atratividade do alvo potencial é um importante fator para entender a vitimização, sobretudo no que diz respeito à vitimização repetida.

No que se refere à presença ou ausência de guardiões formais, ou seja, à existência de policiamento na vizinhança, os resultados foram muito curiosos. Ficou claro o quanto a ausência de guardião pode ser um importante fator na explicação tanto da vitimização quanto da vitimização repetida, mas verificamos um paradoxo na avaliação do policiamento, no qual as pessoas que avaliaram positivamente o policiamento na vizinhança apresentaram maiores chances de vitimização. Esse resultado vai contra a idéia dos guardiões proposta pelo modelo teórico, mas devemos considerar duas importantes explicações para esse resultado. A primeira explicação está ligada à abrangência espacial da avaliação do policiamento na pesquisa (vizinhança e proximidade) e ao local de ocorrência da vitimização, que não necessariamente é a vizinhança. A segunda explicação refere-se à possibilidade desses resultados representarem melhor o fator de atratividade da vítima do que a presença ou ausência de guardiões formais, uma vez que no Rio de Janeiro os bairros com mais policiamento são os bairros mais ricos, onde vivem os alvos potenciais mais atrativos, corroborando o modelo teórico utilizado neste trabalho.

Os resultados encontrados neste trabalho confirmam a premissa de que as pessoas que residem em uma vizinhança por mais tempo apresentariam menores chances de serem vitimizadas (apenas para a vitimização repetida). Nesse sentido, verificamos que os guardiões informais também são um fator protetor (apenas para a vitimização repetida).

Em síntese, os modelos teóricos de atividades rotineiras e estilo de vida foram confirmados pela análise na explicação da vitimização, mas com diferenças no que se refere à incidência do evento. Constatamos que os fatores exposição, atratividade e guardiões informais foram mais significativos para a vitimização repetida, enquanto proximidade e guardiões formais parecem ser mais importantes para uma única vitimização. Sendo assim, verificamos a importância da análise considerar a vitimização repetida, e não apenas a prevalência do evento.

## BIBLIOGRAFIA

- Agresti, A. *Categorical Data Analysis*. Nova York: J. Wiley & Sons, 1990.
- Beato, C.; Peixoto, B. T. e Andrade, M. V. *Crime, oportunidade, vitimização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.
- Becker, G. S. *Crime e punishment: an economic approach*. Journal of Political Economy, v.76, p.169-217, 1968.
- Carneiro, L. P. e Fajnzylber, P. *La criminalidad em regiones metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: factores determinantes de la victimación e política pública*. In: Fajnzylber, P., Lederman, D., Loayza, N. (Eds.) **Crimen y violencia en América Latina**. Bogotá: Alfaomega; Washington: Banco Mundial. Cap.6, p.197-235, 2001.
- Chang, J.; Chen, J. e Brownson, R. *The role of repeat victimization in adolescent delinquent behaviors and recidivism*. Journal of Adolescent Health, v. 32 , Issue 4, p. 272-280, 2003.
- Cohen, L. E. e Felson, M. *Social change and crime rate trends: A routine activities approach*. American Sociological Review, v. 44, p. 588-608, 1979.
- Cohen, L. E.; Kluegel, J.R. e Land, K.C. *Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal Theory*. American Sociological Review, v.46, p. 505-524, 1981.

Ellingworth, D.; Farrell, G. e Pease, K. *A Victim Is a Victim Is a Victim? Chronic Victimization in Four Sweeps of the British Crime Survey*. British Journal of Criminology, 35: 360-65, 1995.

Farrell, G. *Multiple Victimization: Its Extent and Significance*. International Review of Victimology, 2: 85-102, 1992.

Farrell, G. *Preventing Repeat Victimization*. p. 469-534. In: **Building a Safer Society: Strategic Approaches to Crime Prevention**. M. Tonry e D. P. Farrington. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

Farrell, G. e Pease, K. *Once Bitten, Twice Bitten: Repeat Victimization and Its Implications for Crime Prevention*. London: Home Office Police Department, 1993.

Farrell, G.; Phillips, C. e Pease, K. *Like Taken Candy: Why Does Repeat Victimization Occur?* British Journal of Criminology, 35: 384-99, 1995.

Farrell, G. e Sousa, W. *Repeat Victimization and Hot Spots: The Overlap and its implications for crime control and problem-oriented policing*. Crime Prevention Studies, v. 12, p. 221-240, 2001.

Felson, M. e Cohen, L. E. *Human ecology and crime: a routine activity approach*. Human Ecology, v. 8, p.389-406, 1980.

Felson, M. *Linking criminal choices, routine activities, informal control, and criminal outcomes*. In: Cornish, Derek B. e Clarke, Ronald V. (Eds) **The reasoning criminal**. New York: Springer-Verlag, p. 119-128, 1986.

Fienberg, S. E. *Statistical Modelling in the Analysis of Repeat Victimization*. p. 54-58. In: **Indicators of Crime and Criminal Justice: Quantitative Studies**. S. E. Fienberg and A. J. Reiss. Washington, DC: U.S. Department of Justice, 1980.

Genn, H. *Multiple Victimization*. p. 90-100. In: **Victims of Crime: A New Deal?** M. Maguire e J. Pointing. Milton Keynes, UK: Open University Press, 1988.

Gottfredson, M. e Hindelang, M. *Sociological aspects of criminal victimization*. Annual Review of Sociology, v.7, p.107-128, 1981.

Gottfredson, M. R. *Victims of Crime: The Dimensions of Risk*. London: Home Office, 1984.

- Hindelang, M.; Gottfredson, M. R. e Garafolo, J. *Victims of Personal Crime: An Empirical Foundation for a Theory of Personal Victimization*. Cambridge, MA: Ballinger Publishing Company, 1978
- Johnson, J. H.; Kerper, H.B.; Hayes, D. D. e Killinger, G. G. *The Recidivist Victim: A Descriptive Study*. Huntsville, TX: Institute of Contemporary Corrections and the Behavioral Sciences, 1973.
- Lauritsen, J. L. e Quinet, K. F. D. *Repeat Victimization among Adolescents and Young Adults*. *Journal of Quantitative Criminology* 11: 143-66, 1995.
- Laycock, G. *Hypothesis-Based Research: The Repeat Victimization Story*. *Criminology and Criminal Justice*, v 1, n° 1, 59-82, 2001.
- Kleemans, E. R. *Herhaald slachtofferschap van het delict woninginbraak [The phenomenon of repeat victimization burglary]*. *Tijdschrift voor Criminologie* 38: 232-44, 1996.
- Kogut, T. e Ritov, I. *The "identified victim" effect: an identified group, or just a single individual?* *Journal of Behavioral Decision Making*; v. 18, issue 3, p. 157-167, 2005.
- Meier, R. F. e Miethe, T. D. *Understanding Theories of Criminal Victimization*. In: **Crime and Justice: A Review of Research**. M. Tonry e N. Morris. Chicago: University of Chicago Press, p. 459-99, 1993.
- Nelson, J. F. *Multiple Victimization in American Cities: A Statistical Analysis of Rare Events*. *American Journal of Sociology*, 85: 870-91, 1980.
- Nelson, J. F. *Modeling Individual and Aggregate Victimization Rates*. *Social Science Research* 13: 352-72, 1984.
- Osborn, D. R.; Ellingworth, D.; Hope, T. e Trickett, A. *Are Repeatedly Victimized Households Different?* *Journal of Quantitative Criminology*, 12: 223-45, 1996.
- Peixoto, B. T.; Andrade, M. V. e Moro, S. *Violência Urbana: uma análise comparativa da vitimização em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, Texto para Discussão N° 323, 2007.
- Polvi, N.; Looman, T.; Humphries, C. e Pease, K. *British Journal of Criminology*, 31: 411-14, 1991.

Reiss, A. J. *Victim Proneness in Repeat Victimization by Type of Crime*. p. 41-53. In: **Indicators of Crime and Criminal Justice: Quantitative Studies**. S. E. Fienberg and A. J. Reiss. Washington: U.S. Department of Justice, 1980.

Sampson, R. J. e Raudenbush, S. W. *Systematic social observation of public spaces: a new look at disorder in urban neighborhoods*. *American Journal of Sociology*, v. 105, p. 603-651, 1999.

Soares, A.; Borges, D. e Azevedo, J. *Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2007*. ST 35: Vitimização: riscos, objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos, 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

Soares, G. A. D. *Homicídios no Brasil: Factóides em Busca de uma Teoria*. Relatório parcial de pesquisa. Covariatas macroestruturais do homicídio no Brasil. Apresentado em: Meeting of Latin American Studies Association. LASA, Miami, March 16-18, 2000

Sparks, R. F. *Multiple Victimization: Evidence, Theory, and Future Research*. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 72:762-78, 1981.

Sparks, R. F.; Genn, H.G. e Dodd, D. J. *Surveying Victims*. London:Wiley, 1977.

Trickett, A.; Osborn, D.R. e Seymour, J. e Pease, K. *What Is Different about High Crime Areas?* *British Journal of Criminology*, 321:81-89, 1992.

Wikström, Per-Olof. H. *Urban Crime, Criminals, and Victims: The Swedish Experience in an Anglo-American Comparative Perspective*. New York: Springer-Verlag, 1991.

Wittebrood, K. e Voert, M.J. *Netherlands Survey on Criminality and Law Enforcement: Documentation of the Survey*. Leiden, the Netherlands: Netherlands Institute for the Study of Criminality and Law Enforcement, 1997.

Ybarra, L.M.R. e Lohr, S.L. *Estimates of Repeat Victimization Using the National Crime Victimization Survey*. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 18, n° 1, p. 1-21, Março, 2002.



# O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA: TEORIAS, HIPÓTESES E DADOS

Gláucio Ary Dillon Soares

## Introdução

A sensação de insegurança é muito alta no Brasil, o suficiente para ser considerada uma questão de saúde mental pública. Desenvolver políticas públicas para reduzi-la é uma tarefa relevante. Mas, antes, precisamos conhecer melhor o fenômeno e seus determinantes.

A sensação de insegurança da população foi analisada a partir de orientações teóricas – algumas comuns, mas outras não.

Uma hipótese intuitiva nos diz que a sensação de insegurança e o medo do crime variam com a violência e a criminalidade: onde há mais crime e mais violência, há mais medo e mais insegurança. Porém, pesquisas empíricas demonstram que a associação entre taxas reais de crime e de violência, por um lado, e medo do crime e sensação de insegurança, pelo outro, é menos íntima do que a intuição sugeria.

Para explicar o afastamento entre realidade e medo introduzi as dimensões da percepção da violência e da informação sobre a violência. A informação sobre a realidade precisa "chegar" ao indivíduo para que ele tenha medo e insegurança. Essas são as questões que orientaram o desenvolvimento teórico e a pesquisa empírica apresentada neste artigo.

Outra orientação teórica relaciona a familiaridade/infamiliaridade com o medo e a insegurança. Colocada simplesmente, ela nos diz que as pessoas se sentem mais seguras em áreas que conhecem do que em áreas desconhecidas; em uma forma mais elaborada, ela nos afirma que o medo e a insegurança têm correlatas espaciais e podem ser descritos a partir de áreas concêntricas: quanto mais distante de pontos conhecidos, maior a insegurança e o medo. O ponto conhecido mais relevante parece ser o domicílio, mas outros pontos como o domicílio de amigos e parentes, o local de trabalho, o local de estudo, locais freqüentes de di-

versão e entretenimento, etc., funcionam como centros a partir dos quais o medo e a insegurança aumentam. Usando Dorian Borges, formulo a hipótese de que esses sentimentos são construídos a partir do que é conhecido. Áreas reduzidas podem abrigar espaços mais e menos "seguros". Assim, há pessoas com especial receio do momento de estacionar o carro na garagem<sup>1</sup>.

Uma das teorias usadas é uma extensão lateral da chamada teoria das janelas quebradas. Essa teoria, cujo caráter teórico e valor como orientadora de políticas públicas têm sido apregoados por um lado, e agressivamente rejeitados, pelo outro, é mais conhecida em relação ao crime do que em relação ao sentimento de insegurança.

Nova Iorque foi o palco de um dos programas mais divulgados de combate ao crime, chamado de Tolerância Zero, o mesmo título adotado por outros programas<sup>2</sup>. O programa teve um êxito estrondoso: o número de homicídios em Nova Iorque foi drasticamente reduzido, de 2.245, em 1990, a 606, em 1998. Os crimes no metrô foram reduzidos em 80% e outros crimes como estupro, assalto e furto/roubo de veículos foram reduzidos também. Um crítico do programa publicou dados que confirmam esse sucesso: os homicídios declinaram 72% entre 1990 e 1998 e os crimes violentos, no total, declinaram 51%<sup>3</sup>.

Esses números, aliados ao seu rápido uso como propaganda política da direita, favorável a medidas duras, geraram uma divulgação, às vezes muito distorcida, do seu conteúdo e das noções teóricas que alicerçaram o Tolerância Zero.

Os fundamentos teóricos do programa Tolerância Zero foram lançados no mencionado artigo por Wilson e Kelling, publicado em 1982<sup>4</sup>. Do ponto de vista da elaboração teórica, as Broken Windows estão mais para um conjunto de "noções" do que para uma teoria elaborada. Uma delas se baseia na teoria "involutiva" do crime: o crime começa pequeno, cresce, e termina grande. A outra, menos elaborada, usa a descrição já clássica dos próprios autores:

---

1 Comunicação pessoal.

2 Como tratei deste tema no livro Não Matarás (Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008), uso partes escritas para esse livro neste artigo.

3 G. Shelden "Assessing 'Broken Windows': A Brief Critique - California Center On Juvenile And Criminal Justice".

4 Wilson, James Q. & Kelling, George E. "Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety", Atlantic Monthly, March 1982.

*“If a window in a building is broken and left unrepaired, all the rest of the windows will soon be broken.”*

Subjacente a esta expressão simples, há a idéia de que “ninguém se importa” ou, em carioquês, de que “bagunçou geral”. Fim da ordem, fim da autoridade. Como resultado, os espaços realmente públicos vão diminuindo, e os “cidadãos de bem” ficam limitados a áreas da cidade cada vez menores e a horários cada vez mais restritos. A bandidagem, que as autoridades de Nova Iorque percebiam como sendo composta com uma forte sobre-representação de homens, jovens, pobres e negros, invadia os espaços públicos, encurralando a cidadania.

A junção das duas vertentes se dá na “tese das incivildades”. As pequenas incivildades (pichações; urinar em público; bêbados na rua; moradores e meninos de rua; assim como invasões de áreas públicas e privadas - muitas, no Rio, seriam favelas -; comportamentos destrutivos como desfigurar monumentos etc.) gerariam essa impressão de que não há governo, não há poder, não há autoridade. Esse tema foi abordado, também, por Musumeci e Ramos<sup>5</sup>. As ruas seriam progressivamente conquistadas para o crime. Esses indicadores isolados foram usados para compor a Escala de Pequenos Crimes, ou de pequenas incivildades.

Há uma literatura criminológica séria a respeito do impacto das incivildades. Um artigo de Randy L. LaGrange, Kenneth F. Ferraro e Michael Supancic, de 1992, propôs que as “incivildades do bairro”, tais como casas abandonadas, bêbados na rua, moradores da rua, barulho, sujeira etc., provocam um aumento na percepção do risco de vitimização e no medo<sup>6</sup>. Para autores “construcionistas”, algumas características das “incivildades” constroem crenças de perigo que provocam o sentimento de insegurança.

A teoria das “broken windows” é, sobretudo, uma teoria do “astral” de um local. Não é uma teoria de pessoas, é uma teoria do astral das comunidades. O desleixo físico e social enviaria sinais a adolescentes, pré-adolescentes e jovens adultos, estimulando-os a [novos] atos incivis. Esses pequenos (e não tão pequenos) delinqüentes acabariam intimidando a cidadania mais frágil, como idosos,

5 Musumeci, Leonarda; Ramos, Sílvia Elemento Suspeito - Abordagem Policial e Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro - Col. Segurança e Cidadania, 2005, ISBN: 8520007120

6 “Perceived Risk and Fear of Crime: Role of Social and Physical Incivilities” em Journal of Research in Crime and Delinquency, Vol. 29, No. 3, 311-334 (1992).

mães, mulheres, numa escalada que chegaria até a afugentar a própria polícia. Inclui a "tese das incivilidades"<sup>7</sup>. A hipótese subjacente ao patrulhamento a pé é que ele evitaria a espiral do crime, impedindo os pequenos crimes e incivilidades, por um lado, e estabelecendo relações com a população, pelo outro.

Há importantes diferenças entre a teoria Broken Windows e Tolerância Zero. O foco não é o mesmo: a Teoria das Janelas Quebradas se dirige a comunidades, ao passo que o programa Tolerância Zero se dirige a pessoas. Dois críticos expõem essa diferença:

*“The idea behind ‘broken windows’ is to make public space hospitable for everyone by eliminating incivilities that keep people off the streets. It’s designed with policing communities, not people, in mind. Zero tolerance policing, by contrast, aggressively targets people – with results that even broken windows proponents agree can be disastrous.”<sup>8</sup>*

Outras cidades americanas adotaram programas semelhantes. Nova Orleans, por exemplo, sob o comando do Chefe de Polícia Richard Pennington, que fora Sub-Chefe de Polícia em Washington, D.C., iniciou um programa pautado no de Nova Iorque. É interessante salientar que Pennington veio “de fora”. Houve um concurso nacional, e ele foi escolhido.

Em Nova Orleans, assim como em outras áreas, nas que políticas exitosas de controle do crime foram implementadas, uma das principais dificuldades era a própria polícia, com um histórico nada recomendável de violência e de corrupção. Pennington não tinha como enfrentar esse problema usando a própria polícia. Assim, uma das primeiras medidas foi solicitar a ajuda do FBI. Mais de duzentos policiais – um sexto do total – foram despedidos ou suspensos. Do lado positivo, foram contratados 400 policiais para reforçar a polícia, que contava com 1.300 profissionais, e os salários foram aumentados, com o intuito de incentivar o bom desempenho. Pennington usou vários dos mesmos programas de Nova Iorque, incluindo a polícia comunitária, a informatização, e a criação, como em Nova Iorque, do Compstat.

7 Ralph B. Taylor, “The Incivilities or ‘Broken Windows’ Thesis” em L. E. Sullivan (editor in chief) Handbook of Law Enforcement. Thousand Oaks: Sage (Volume 1: Encyclopedia of State and Local Law Enforcement, Marie Rosen, editor).

8 Todd R. Clear e Jeffrey Fagan, “The Big Idea: Broken Windows Breakdown It’s the inspiration for policing as we know it. But is the broken windows theory all it’s cracked up to be?” City Limits Monthly, Set/Out 2001

Os resultados não se fizeram esperar: já no primeiro ano houve um declínio de 18% na taxa de homicídios e de 32% na de assaltos a mão armada, ao passo que a taxa de resolução de crimes aumentou 25%.

Em Nova Orleans, também, houve problemas de multi-colinearidade: a cidade, como todo o país, experimentou um boom econômico, certamente reforçado pelo aumento da segurança, tornando difícil separar o efeito da redução do desemprego e outras mudanças na economia dos efeitos das medidas político-policiais.

Elementos da teoria, chamada de Broken Windows, e da política pública, chamada de Tolerância Zero, são encontráveis em debates e políticas ao redor do mundo. Na Austrália, onde dois governos estaduais flertaram com a teoria, houve um interessante debate. Afinal, embora o crime na Austrália esteja crescendo há muito tempo, os homicídios são muito mais baixos do que em Nova Iorque (antes, durante e depois do Tolerância Zero). Nicole Billante, em sensato artigo, afirma que o Tolerância Zero se baseia em três princípios tradicionais da melhor ciência policial: dissuasão pela forte presença policial; o patrulhamento intenso das áreas quentes e prisões focalizadas, a partir do princípio de que um número relativamente pequeno de criminosos é responsável por uma percentagem bastante alta dos crimes<sup>9</sup>. O problema, na Austrália, seria o baixo policiamento. O número de policiais por mil crimes sérios levados ao conhecimento da polícia caiu de 225 para 60 em quarenta anos. Para recuperar o nível anterior, "seria necessária [a contratação] de mais de 110 mil novos policiais", algo impraticável dadas as restrições orçamentárias do país.

Nenhuma das condições enumeradas por Billante é satisfeita no trabalho de policiamento de regiões metropolitanas brasileiras como a do grande Rio.

Billante também argumenta que, enquanto as taxas de criminalidade explodiam em muitos países ocidentais nas décadas de 60 e 70, as práticas policiais se dirigiram à prevenção e repressão de "crimes sérios", ao passo que a desordem, crimes leves e incivildades foram toleradas. A ênfase em tecnologia avançada (rádios bi-direcionais, disque-denúncia, sistemas de atendimento imediato etc.)

---

9 Nicole Billante "The Beat Goes On: Policing for Crime Prevention", *Issue Analysis*, 38, 1 de julho de 2003. Ver também David P. Farrington, "Criminal Career Research in the United Kingdom", *British Journal of Criminology* 32:4 (Autumn 1992), 521-536, e Marilyn Chilvers and Don Weatherburn, "Do Targeted Arrests Reduce Crime?". *Crime and Justice Bulletin*, Paper 63 (Sydney: Bureau of Crime Statistics and Research, 2001), 2.

levou a polícia a concentrar seus recursos em crimes como roubos, agressões, assaltos etc. Mini-vandalismos, pichações, população dormindo, urinando e defecando na rua passaram a ser irrelevantes, dada a seriedade dos outros crimes.

O debate sobre as "Broken Windows" continuou com uma guerra de dados no mundo da imprensa. Os defensores do Tolerância Zero, capitaneados por Mac Donald, alegam que em 1998, menos de 1% dos policiais usaram as suas armas, o que representaria 25% a menos do que o último ano do prefeito anterior, David Dinkins. O número de pessoas baleadas por cada policial recuou 67% entre 1993 e 1998. O número absoluto de mortes legais diminuiu, a despeito de um aumento de 36% no número de policiais. A autora continua, com dados comparativos: em Nova Iorque, a taxa de pessoas baleadas por mil policiais seria 0,48; 0,72 em Filadélfia; 2,01 em Miami e 3,12 em Washington, D.C., talvez a cidade mais corrupta do país e uma das mais violentas<sup>10</sup>. Porém, foi o trabalho de Wesley Skogan que deu maior credibilidade a essa orientação dentro da Criminologia com rigor acadêmico<sup>11</sup>.

Essa orientação teórica, seja ela uma teoria de direito próprio ou uma coleção de achismos informados, é usada neste artigo, mas em relação ao sentimento de insegurança<sup>12</sup>. Estamos trabalhando com o "astral" da população, com experiências, crenças, atitudes e percepções de pessoas. O acúmulo de "pequenas incivildades" afeta o astral da população? Faz com que ela se sinta menos segura? São perguntas que pretendemos responder neste trabalho.

A história de várias políticas públicas exitosas começou com políticas às vezes drásticas, relacionadas com a qualidade da polícia – em Nova Iorque, em Nova Orleans, em Bogotá, no estado e na cidade de São Paulo, e em muitos outros exemplos.

Neste trabalho, examino as relações entre o sentimento de insegurança e a experiência com a violência e a corrupção da polícia.

10 Dados de Heather Mac Donald "Diallo Truth, Diallo Falsehood"; City Journal, Summer 1999. Essa é uma revista publicada pelo conservador Manhattan Institute, e Mac Donald é uma notória defensora das políticas de Giuliani.

11 Wesley Skogan, *Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Neighborhoods* (Berkeley: University of California Press, 1990).

12 Há termos diferentes usados para se referir a coisas semelhantes. A literatura mais recente, empírica, usa o medo do crime (fear of crime), conceito semelhante, mas não idêntico, ao sentimento (ou sensação) de insegurança.

## Dados

Os dados são da Pesquisa de Vitimização, elaborada e coordenada pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e patrocinada pela União Européia.

Achei necessário recodificar uma bateria de perguntas, devido a problemas com a ordinalidade. As alternativas "viu"; "ouviu falar"; "viu e ouviu falar"; "não" e "sem resposta" não produzem resultados consistentes e, na minha opinião, não são adequadas para a construção de escalas ordinais. A recodificação foi uma dicotomia, "outras respostas" e "não".

Da mesma maneira, as alternativas das perguntas relacionadas com a segurança, de tipo "Likert" modificado, com apenas duas alternativas positivas e duas negativas, sem valor neutro, ziguezagueiam no sentido de que "muito seguro" é seguida por "pouco seguro", que é seguida por "muito inseguro", fechando com "pouco inseguro". Esse formato tenta lidar com os response sets, mas pode induzir a erro porque a leitura cria uma expectativa de ordinalidade que é interrompida. A recodificação atendeu ao objetivo de conhecer as pessoas que se sentem "muito seguras", distinguindo-as das demais respostas.

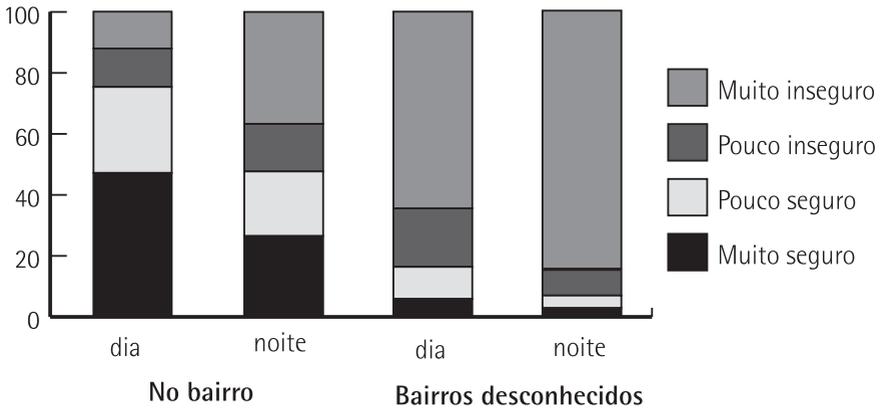
## **Análise: o papel do dia (e da noite) e do conhecimento do bairro**

Porém, antes de relacionar as escalas preditivas e o sentimento de insegurança, precisamos lidar com fatores externos e a reação que eles provocam. As imagens associadas com a insegurança desde a antiguidade – de segurança com a luz e de medo e insegurança com a noite – se aplicam ao Rio de Janeiro de hoje. Os cariocas se sentem muito mais seguros durante o dia. Se sentir muito seguro à noite praticamente garante se sentir muito seguro durante o dia: 97% dos que se sentem seguros à noite se sentem seguros durante o dia. A recíproca, porém, não é verdadeira: apenas 55% dos que se sentem muito seguros durante o dia se sentem muito seguros durante a noite.

A insegurança durante o dia, ao contrário, garante a insegurança durante a noite. Apenas 1% dos que não se sentem muito seguros durante o dia o fazem durante a noite.

A insegurança em relação aos bairros desconhecidos é de tal ordem que a hora escolhida para andar neles – dia ou noite – faz pouca diferença. A influência da dimensão dia ou noite é significativa no próprio bairro, mas perde poder explicativo nos bairros desconhecidos.

**Gráfico 1 - A Influência do Conhecimento/Desconhecimento do Bairro e da Hora do Dia sobre o Sentimento de Insegurança**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Em concordância com a visão de que o espaço no Rio de Janeiro é uma correlata íntima da insegurança, vemos que ela varia muito entre o “nosso” bairro e os bairros considerados desconhecidos<sup>13</sup>. A pesquisa não detalhou a relação com os bairros ou áreas menores do que os bairros. Podemos ter vários bairros que não são desconhecidos, com os quais temos maior ou menor intimidade, nos quais nos sentimos mais ou menos seguros. Dentro de cada bairro há espaços (quarteirões, ruas, espaços menores) que conhecemos mais do que outros e nos quais nos sentimos mais seguros. Em verdade, há dados que sugerem que as pessoas se sentem mais seguras na rua de residência, um pouco menos nas ruas mais próximas e assim por diante.

Creio que podemos avançar no conhecimento repensando as rotinas das pessoas. Por tradição, ancoramos os conceitos espaciais no bairro de residência. Porém, a formação de regiões metropolitanas e a melhoria das comunicações entre os bairros e municípios que as compõem, combinadas com o progressivo divórcio

13 Porém, a escolha do qualificativo “desconhecido” introduz um viés.

entre o bairro de residência, o bairro onde as pessoas trabalham e os bairros onde se divertem, assim como um distanciamento menor entre o bairro de residência e o de estudo faz com que, num modelo que soma zero, as pessoas conheçam um pouco menos seu próprio bairro e bastante mais os bairros onde exercem outras atividades.<sup>14</sup> Com certa frequência, algumas atividades são exercidas num município e outras em outro ou outros.

Essas mudanças na geografia funcional urbana requerem a introdução de um modelo diferente a respeito da distribuição espacial do sentimento de segurança. Não podemos mais pensá-lo como constituído por um só núcleo seguro, o da residência, mas de vários núcleos com níveis diferentes de conhecimento, familiaridade e segurança mais altos que os dos demais bairros. A adoção de um modelo multinucleado implica a introdução, no questionário, de perguntas sobre o sentimento de insegurança em cada um desses núcleos. Não é o caso dessa pesquisa de vitimização, mas pode ser o das próximas.

A insegurança nos bairros desconhecidos é de tal ordem que a hora escolhida para andar neles – dia ou noite – faz pouca diferença: 97% não se sentem muito seguros durante a noite e 93% durante o dia. Repetindo: a influência da dimensão dia ou noite é significativa no próprio bairro, mas perde poder explicativo nos bairros desconhecidos porque poucos se sentem muito seguros neles, seja durante o dia, seja durante a noite.

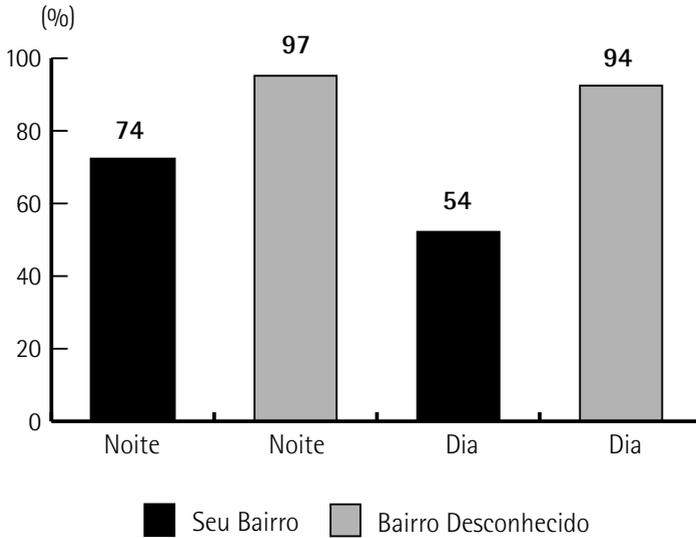
Não obstante, a associação entre dia ou noite e sentimento de insegurança persiste nos bairros desconhecidos. É uma relação muito estreita, íntima. Contudo, o número total de pessoas que se sentem muito seguras quando se referem a bairros desconhecidos é mínimo.

Para saber quanto essa resposta se deve à maneira pela qual a pergunta foi feita, que impõe um desconhecimento, e quanto ela se deve ao conhecimento negativo (sobre crimes e violências ocorridas na área), precisamos adicionar perguntas ao questionário substituindo "desconhecidos" por referentes empíricos concretos.

---

14 atividades podem não ser parte da rotina diária das pessoas, sem deixar de ser repetitivas.

**Gráfico 2 – Percentagem de pessoas que não se sentem muito seguras, por bairro conhecido/desconhecido e dia/noite**



**Gráfico 3 – A Associação entre as Inseguranças: durante o dia e durante a noite em bairros desconhecidos**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Quando juntamos a noite e o desconhecimento do bairro, a insegurança domina. Apenas 3% dos que responderam à pesquisa se sentem muito seguros andando em bairros desconhecidos à noite. Durante o dia, nos mesmos bairros, a percentagem se eleva para seis (6%), o dobro daquela sentida durante a noite, mas ainda muito baixa. A pior combinação, do ponto de vista do sentimento de insegurança, é a da noite com o bairro desconhecido — apenas três em cada cem pessoas se sentem muito seguras. Do lado mais elevado do sentimento de segurança está a combinação da familiaridade (o bairro no qual a pessoa mora) e o dia — 46% se sentem muito seguros dando sua voltinha a pé.

Qual o papel da observação direta de condições negativas na formação do sentimento de insegurança? O questionário tem várias perguntas que mostram que ele é grande. Contudo, não é coerente perguntar a respeito da observação direta em bairros "desconhecidos". Assim, não há perguntas sobre esses bairros, impossibilitando aquilatar o efeito combinado da observação direta e do bairro (ou outra divisão espacial) sobre o sentimento de insegurança.

### As escalas preditivas

Construí escalas somatórias a partir das orientações teóricas. As escalas foram baseadas nas recodificações:

- Uma mede a observação, primária ou secundária, de crimes sérios<sup>15</sup>;
- Outra mede a observação, primária ou secundária, de crimes menores, de pequenas incividades<sup>16</sup>;
- A terceira desdobra a anterior, incluindo o aspecto do espaço, terrenos abandonados etc.
- A quarta mede a observação, primária ou secundária, da violência e da corrupção da polícia<sup>17</sup>.

A comparação entre os sentimentos de segurança das mesmas pessoas durante o dia e durante a noite mostra como elas andam juntas, sobretudo nos bair-

15 Inclui mortes por armas de fogo + pessoas portando armas de fogo + assalto sexual + assaltos + pessoas traficando + brigas e agressões.

16 Somatório de todos os demais crimes e incividades.

17 Inclui policial recebendo dinheiro + policial intimidando + policial agredindo.

ros desconhecidos. Nesses bairros, quem se sente inseguro durante o dia se sente inseguro durante a noite e vice-versa. A correlação Phi, de 0,62, revela a intensidade da associação.

No que concerne aos bairros conhecidos, o "seu" bairro, persiste a associação do sentimento de insegurança durante o dia com sua equivalente noturna. Entre os que se sentem muito seguros à noite, 97% se sentem seguros durante o dia – sentir muita segurança à noite praticamente garante que a pessoa sentirá muita segurança durante o dia.

Porém, a recíproca não é verdadeira: entre os que se sentem muito seguros durante o dia, apenas 55% se sentem muito seguros à noite. A noite tem um efeito independente.

Não obstante, a associação é clara, aquilatada pelo coeficiente Phi de 0,62. Há, portanto, uma generalização do sentimento de insegurança que exhibe certo grau de independência em relação a variáveis externas. Além do efeito já demonstrado do bairro e da hora do dia (dia versus noite), há pessoas inseguras e pessoas seguras. A insegurança tem algo de traço da personalidade ou de resposta padrão: quem se sente inseguro num contexto tende a se sentir inseguro em outros contextos.

Relembrando que o objetivo dessas escalas não é verificar qual o seu efeito

*Podemos melhorar o questionário no que concerne “as pequenas incivildades”. O questionário abrange, apenas, as impressões visuais deixadas por essa situação. Porém, há impressões olfativas e auditivas a considerar. Há cheiros associados às incivildades, como o de urina, fezes, suor, esgoto a céu aberto, álcool de bebida, vômito, além de cheiros industriais que podem ser ofensivos. Alguns deles se vinculam mais diretamente ao conceito de pequenas incivildades, e outros ao de abandono cívico. O mesmo se aplica a ruídos, começando com os decibéis médios do local, hábitos de buzinar, gritar ou simplesmente falar alto, sons de pessoas discutindo e se ofendendo, música excessivamente alta etc. A inclusão de dimensões olfativas e auditivas enriquece os dois conceitos – “pequenas incivildades” e “abandono cívico”.*

sobre o crime e sim sobre o sentimento de insegurança, minha expectativa era de que as três se relacionassem com a insegurança, e que a correlação fosse positiva: maior observação de crimes sérios, maior insegurança; maior observação de crimes menores e pequenas incivildades, maior insegurança; e maior observação da violência e da corrupção da polícia, maior insegurança. É nesse sentido a afirmação de que é uma expansão lateral das teorias que guiaram a formulação das perguntas.

A noção de que a observação de crimes sérios implica ameaça de mais gravidade para o observador do que a de crimes menores faz com que esses crimes mereçam tratamento à parte. Há, também, razões conceituais e teóricas para distinguir entre as "pequenas incivildades" e os crimes sérios; por isso, separei os dois. Além disso, no concernente às "pequenas incivildades", há uma diferença observável entre traços espaciais (terrenos baldios etc.) e os comportamentos "incivis". Por isso decidi separá-los. Além disso, no Rio de Janeiro, as críticas ao comportamento da polícia são freqüentes a ponto de serem um problema político, e não apenas de política pública. As questões relativas à observação desses comportamentos formaram uma escala à parte.

**Tabela 1 – Correlações Ordinais entre as Escalas Preditivas da Insegurança (coeficiente Gama)**

	<b>Crimes sérios</b>	<b>Corrupção e violência policial</b>	<b>Pequenas incivildades</b>
Corrupção e violência da polícia	0,68	-	-
Pequenas Incivildades	0,52	0,44	-
Problemas com o espaço físico	0,36	0,33	0,33

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

As escalas construídas a partir desses conceitos se relacionam. Há uma intimidade entre a observação de crimes sérios e a observação de episódios de violência e corrupção por parte da polícia. O coeficiente ordinal de 0,68 é elevado.

Os crimes sérios também se correlacionam com as pequenas incivildades. O coeficiente ordinal de 0,52 também é alto. Por sua vez, as pequenas incivildades se relacionam de maneira clara com a corrupção e a violência da polícia = gama de 0,44. O deterioramento do espaço físico tem uma relação menor com as três escalas anteriores.

Esses quatro índices formam uma síndrome que descreve muitas áreas no estado do Rio de Janeiro. Cada um deles ajuda a prever o sentimento de insegurança.

Porém, como todas as escalas se referem à observação direta, seria de esperar que elas se associassem com a insegurança nos bairros de residência, mas não necessariamente nos bairros distantes – desconhecidos.

**Tabela 2 – Correlações Ordinais entre as Escalas Preditivas da Insegurança e o Sentimento de Insegurança durante o dia e a noite nos “seus” bairros (coeficiente Gama)**

	Dia	Noite
Crimes Sérios	-0,265	-0,310
Corrupção e violência da polícia	-0,227	-0,281
Pequenas Incivildades	-0,226	-0,242
Problemas com o espaço físico	-0,160	-0,202

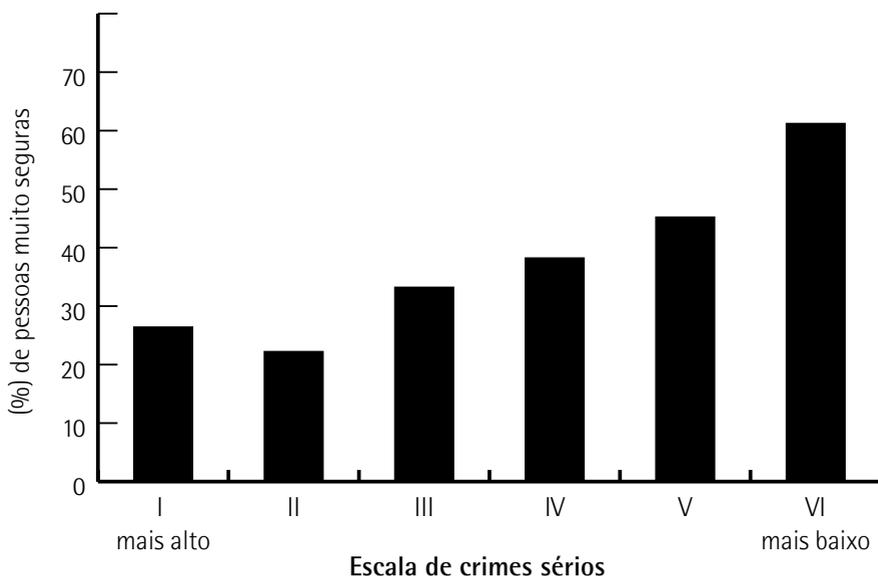
Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

As correlações ordinais (Gama) entre as escalas preditivas e o sentimento de insegurança são mais altas durante a noite e repetem a ordem esperada a partir da gravidade do que é percebido: a observação de crimes sérios tem relação mais íntima com a insegurança, seguida pela corrupção e violência da polícia. As “pequenas incivildades” (que incluem observações de ações humanas) são mais preditivas do que o abandono físico do bairro.

Como seria de esperar, num contexto com, pelo menos um mínimo de racionalidade, as escalas preditivas produzem resultados melhores nos bairros de residência onde os eventos foram observados. A relação entre elas e o sentimento de insegurança nos bairros desconhecidos é mínima.

Vejamos, a seguir, a relação entre algumas dessas escalas preditivas e o sentimento de insegurança.

**Gráfico 4 - A Influência da Observação/Informação sobre Crimes Sérios sobre o Sentimento de Insegurança**

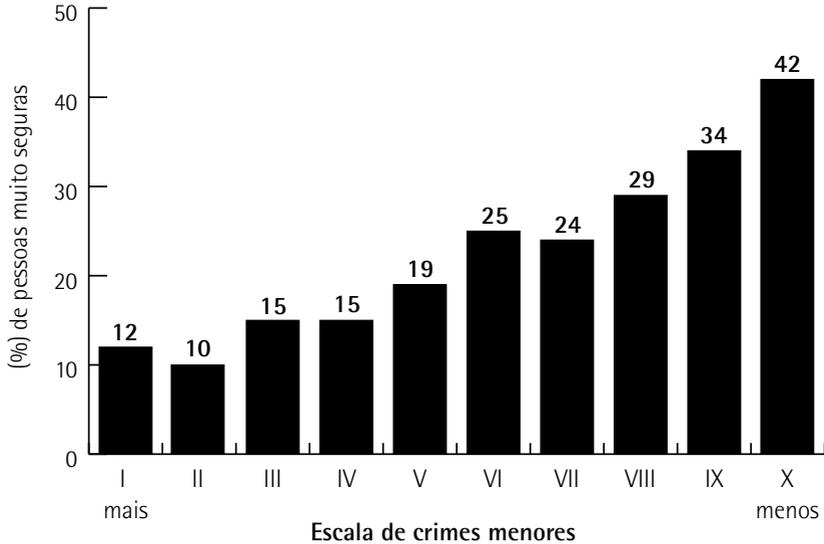


Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Analisando o sentimento de insegurança a partir das escalas mencionadas, vemos que a porcentagem de pessoas que se sentem muito seguras é mais alta onde a observação de crimes sérios é mais baixa. A Figura 4 usa seis níveis de observação de crimes sérios (de maior para menor), e o sentimento de segurança (% de muito seguros) tende a aumentar do segundo nível em diante. E as "pequenas incivildades"? Surpreendentemente, as pequenas incivildades têm um efeito claro sobre o sentimento de insegurança. Tomando, outra vez, a porcentagem das pessoas que se sentem muito seguras sobre o total, vemos que a porcentagem dos que se sentem muito seguros aumenta na medida em que diminuem as incivildades. Nos dois primeiros níveis de maior incivilidade, 10% e 12% se sentem seguros. Nos dois níveis seguintes, 15% se sentem seguros. No terceiro nível, a porcentagem aumenta para 19, depois sobe para 25 e 24, cresce para 29 no nível acima, atingindo 34% e 42% nos dois níveis superiores.

É uma forte demonstração de que as pequenas incivildades minam o sentimento de segurança.

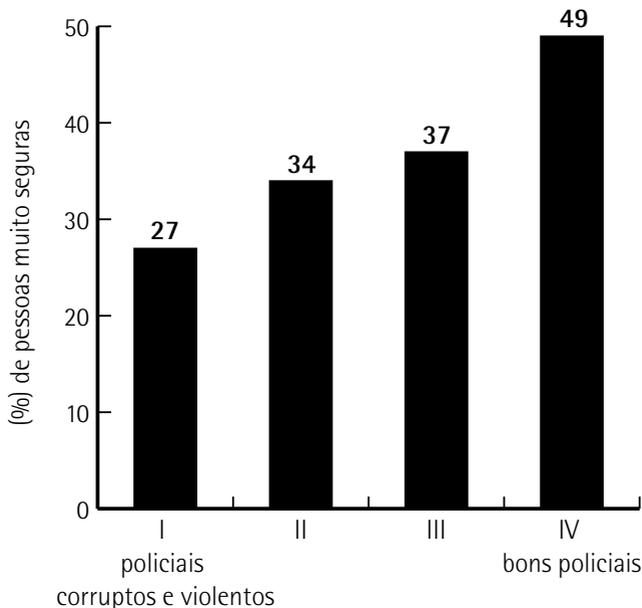
**Gráfico 5 – A Influência da Observação/Informação sobre Crimes Menores sobre o Sentimento de Insegurança**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

A escala que trata de pequenos crimes e incivildades mostra que é útil, pois a percentagem dos que se sentem muito seguros cresce desde 10%-12%, onde há mais crimes menores a 42%, onde há mais crimes menores. A interpretação lateral das noções das "janelas quebradas" é útil. As pessoas que viram ou foram informadas de maior número de tipos diferentes dessas "incivildades" se sentem menos seguras. Os dados confirmam que existe uma relação entre o comportamento percebido ou "informado" a respeito da violência e da corrupção da polícia, por um lado, e o sentimento de insegurança, pelo outro. A insegurança cresce com o valor da escala de observação/informação a respeito desses atributos negativos da polícia. A segurança sobe de 27% entre os que gravaram mais cenas negativas a respeito da polícia a 49% entre os que não registraram uma só cena negativa.

**Gráfico 6 – A Influência da Observação/Informação sobre Corrupção e Violência da Polícia sobre o Sentimento de Insegurança**



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

## Conclusões

A análise dos dados da pesquisa sobre vitimização orientada pelo ISP permitiu testar hipóteses derivadas da literatura nacional e internacional sobre medo e insegurança. Em trabalhos futuros, maior atenção deverá ser prestada a distinções conceituais entre medo, medo do crime e percepção do risco, que são conceitos relacionados, mas não idênticos<sup>18</sup>.

Algumas hipóteses básicas que foram testadas foram aceitas.

1. As noções incluídas sob o título do astral, das janelas quebradas, se relacionam com o sentimento de insegurança. As relações entre "as pequenas incivilidades" e o sentimento de insegurança são claras. A percentagem da população que

18 Pamela Wilcox Rountree e Kenneth C. Land. "Perceived Risk versus Fear of Crime: Empirical Evidence of Conceptually Distinct Reactions in Survey Data" em Social Forces, Vol. 74, No. 4 (Jun., 1996), 1353-1376

se sente muito segura varia de 10%-12% no fim da escala (onde há mais incivildades) a 42%, onde há menos incivildade. O coeficiente Phi, de 0,23, confirma a existência de uma associação clara, porém modesta;

2. A dimensão espacial da teoria também se relaciona com o sentimento de insegurança, ainda que a relação seja menos intensa;

3. No que concerne às relações entre os grandes crimes e o sentimento de insegurança, a relação é um pouco mais íntima, e o coeficiente Phi é 0,28. O sentimento de insegurança responde à Observação/Informação sobre os grandes crimes. A associação é estatisticamente significativa. O sentimento de segurança varia de um quarto a 63%;

4. A relação com a violência e a corrupção policiais é a menos intensa, se medida pelo coeficiente Phi, de 0,14. Influencia, sem lugar a dúvidas, o sentimento de insegurança;

5. A teoria das áreas concêntricas de segurança encontra forte apoio indireto nos dados, mas a formulação das perguntas impede o teste direto: não se refere diretamente à distância, introduzindo um elemento cognitivo com forte carga negativa – bairros desconhecidos – que impede o teste direto. Não obstante, abre, também, a possibilidade de que a dimensão familiaridade/infamiliaridade influencie o sentimento de insegurança. É um importante conjunto de noções que devem ser repensadas e re-estruturadas teoricamente porque o sentimento de insegurança cresce muito ao longo dessa dimensão;

6. O "medo primordial" da noite e da escuridão é importantíssimo. Se confirmarmos a experiência de outros países, esse receio pode ser reduzido (e o crime também) através de melhorias substanciais na iluminação de áreas públicas;

7. O sentimento de insegurança não é, apenas, um conjunto de respostas padronizadas aos mesmos estímulos. Ele inclui dimensões pessoais relativamente independentes dos estímulos. Pessoas diferentes carregam consigo quanta de medo e insegurança muito diferentes. A intensidade do sentimento de insegurança em uma área ou circunstância ajuda a prever a intensidade do sentimento de insegurança em outras áreas ou circunstâncias. Há diferenças individuais; há pessoas mais medrosas e pessoas menos medrosas.

# VITIMIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE AMEAÇA E AGRESSÃO.

Marcelo Baumann Burgos<sup>1</sup>

Os chamados crimes de "menor potencial ofensivo" – como são caracterizados pelo campo jurídico –, como a ameaça (artigo 147/CP) e a agressão que resulta em lesão corporal leve (art. 129/CP), têm sido abordados pela literatura como um aspecto revelador da conflituosidade inerente às sociabilidades primária e secundária, que dizem respeito às relações entre pessoas que se conhecem, que coabitam a mesma casa, o mesmo bairro ou a mesma vizinhança (Burgos; Amorim; Lima, 2003). Trata-se, por isso mesmo, de um tipo de conflituosidade que fala de processos de socialização regulados por uma moralidade sancionada por agências sociais que atuam nas proximidades da vida cotidiana, como são as famílias, as igrejas, as vizinhanças, as escolas e demais entidades que se propõem a atuar nessa esfera da sociabilidade.

Os dados disponíveis no banco encomendado pelo ISP ao DataUFF sugerem que, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essas agências não têm sido capazes de regular uma sociabilidade que, deixada à própria sorte, pode dar lugar à produção do "individualismo negativo" de que fala Robert Castel (1998, p.598), quando define o tipo de indivíduo produzido em um ambiente caracterizado por baixa coesão social e pela falta ("de consideração, de seguridade, de bens garantidos e de vínculos estáveis").

De fato, do total de entrevistados, quase 10% foram vítima de algum tipo de Agressão/Ameaça nos últimos cinco anos. Entre os vitimizados, a importância desse tipo de crime no conjunto da vitimização fica ainda mais patente. Conforme se pode observar na tabela 1, esse tipo de crime é o mais recorrente entre os

---

1 Professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e Assessor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UNIG

que se dizem vitimizados nos últimos cinco anos, respondendo por quase 1/5 do total. Esse dado sugere que a alta percepção de insegurança – claramente identificada pela pesquisa – tem como um de seus principais componentes esse tipo de criminalidade, cujo combate – conforme se sustentará neste artigo – reclama bem mais a presença de agências de proximidade do que do aparato policial.

Ainda com base na tabela 1, observa-se que a Discriminação apresenta uma importância quase equivalente à da Agressão/Ameaça. Entre os que disseram ter sofrido algum tipo de discriminação nos últimos 5 anos, 25,3% apontaram como causa o lugar de moradia. Em seguida, com 23,3% e 20,9%, respectivamente, vem a discriminação contra religião e a discriminação racial. A discriminação contra o local de moradia atinge prioritariamente os moradores das favelas, periferias e cortiços (mais de 70%), e está associada ao fenômeno da segregação urbana, que expõe os moradores de territórios segregados aos “efeitos do lugar”, para utilizar expressão consagrada por Pierre Bourdieu (1997). Na medida em que desencadeia “um conjunto de processos de reiteração da marginalização”(Ribeiro, 2007, p.44), a segregação urbana também estaria relacionada às causalidades que estão por trás da relação verificada entre a situação de Agressão/Ameaça e a vida local. Portanto, uma boa hipótese de pesquisa – que não poderá ser desenvolvida neste artigo – seria a de se investigar a relação entre esse tipo de discriminação, que afeta a sociabilidade da vida local, e a recorrência da Agressão/Ameaça.

**Tabela 1 – Último crime do qual foi vítima nos últimos cinco anos**

	%
Agressão e ameaças	18,9
Discriminação	18,1
Roubo de algum outro bem	15,0
Estelionato	13,9
Furto de algum outro bem	9,9
Furto de veículos	5,9
Acidente de trânsito	4,8
Roubo de veículo	4,3
Furto de itens do veículo	2,4
Arrombamento de casa	2,0
Vandalismo em veículo	1,8
Ofensas sexuais	1,1
Roubo de casa	1,0
Tentativa de arrombamento de casa	0,6
Roubo de itens do veículo	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Este artigo está organizado em três seções: na primeira, realiza-se uma análise da conflituosidade encerrada na Agressão/Ameaça, destacando-se como aspecto principal o fato de ser um crime fortemente enraizado nas relações sociais travadas na vida cotidiana, especialmente no ambiente doméstico e na vizinhança. Ainda nesta seção, analisa-se a baixa presença do Estado – a começar pela própria polícia – na regulação desse tipo de criminalidade; na segunda seção, apresenta-se o perfil dos vitimizados por Agressão/Ameaça, ficando evidente a importância desse tipo de crime no mundo popular; na terceira seção, são explorados alguns dos dados disponibilizados pela pesquisa sobre a relação com a vizinhança, que autorizam a conclusão de que a Agressão/Ameaça é um tipo de crime que se alimenta do isolamento cívico decorrente da baixa participação na vida local e da baixa presença de instituições capazes de regular a vida cotidiana – em uma palavra, do seu incipiente capital social (Putnam, 1996).

### **Tipificação sociológica do crime de Agressão/Ameaça**

A presente pesquisa indica que aproximadamente 45,0% dos que responderam ter sido vítimas de algum tipo de ameaça ou agressão apontam alguém conhecido como autor. Na tabela 2, fica evidente que no universo de agressores conhecidos sobressaem, em primeiro lugar, aqueles com quem a vítima manteve uma relação interpessoal, de tipo profissional ou afetiva/familiar – como companheiro, ex-companheiro, namorado/noivo e ex-namorado e ex-noivo. Juntos, esses casos totalizam 22,3% do total e quase 50,0% do universo de conhecidos. Esse tipo de conflito tem sido bastante estudado pelos trabalhos que lidam com a questão de gênero, pois na maior parte das vezes envolve violência doméstica contra a mulher (Machado, 2003).

O "conhecido de vista", com 15,7%, aparece como o segundo tipo isolado mais importante, indicando, possivelmente, a presença de vizinhos como autores desse tipo de violência; e os policiais aparecem como terceiro agressor mais frequente, com 7,4%. Mas, neste caso, é preciso considerar que, juntamente com os seguranças privados, os policiais têm protagonizado conflitos que, em larga medida, decorrem do poder e status que adquirem no meio em que vivem, fruto do porte de arma (Burgos; Amorim; Lima, op.cit). Ou seja, seria, possivelmente, mais como vizinho, do que propriamente no exercício da sua função, que o policial costuma se envolver em situações de Agressão/Ameaça.

**Tabela 2 – Relação com o(a) agressor(a) dos vitimizadores por Agressão/Ameaça**

<b>Tipo</b>	<b>%</b>
Desconhecido	54,6
Relações afetivas	18,2
Conhecido(a) de vista	15,7
Policial	7,4
Relações de trabalho	4,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Esse quadro sobre o grau de proximidade do agressor também fica evidente quando se observa – na tabela 3 – que em cerca de 35% dos casos o local da agressão é a própria casa ou outro espaço doméstico familiar, e em outros 9,6%, o local de trabalho.

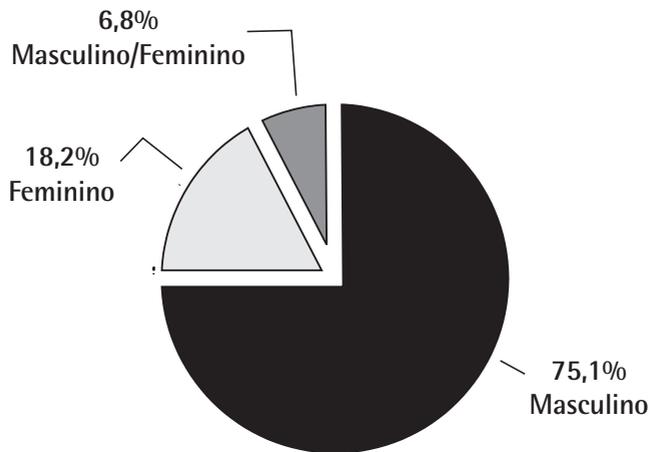
**Tabela 3 – Local da Agressão/Ameaça**

<b>Local da Agressão/Ameaça</b>	<b>%</b>
Na sua casa/ou casa de parente/amigo	34,4
Andando na rua	19,5
Locais públicos externos	16,8
Locais públicos internos	10,9
No local de trabalho	9,6
Meio de transporte	8,0
Outro	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

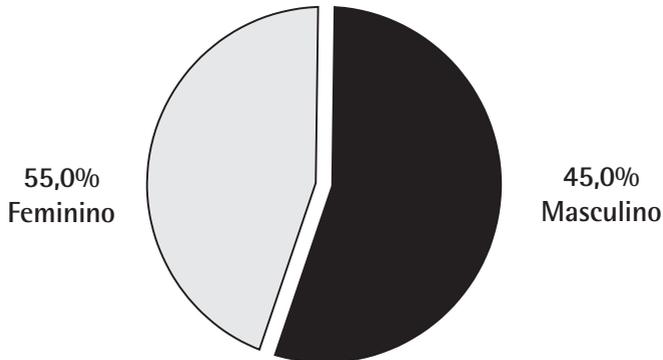
Outro aspecto típico dessa criminalidade é a clara prevalência do conflito entre homem e mulher. Nada menos que 75,1% dos agressores são do sexo masculino, e 55% das vítimas são do sexo feminino (como indicam os gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Sexo do autor da agressão/ameaça



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Gráfico 2 – Sexo da vítima da agressão/ameaça



Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

A tabela 4 apresenta de forma discriminada os tipos de Agressão/Ameaça listados pela pesquisa, deixando evidente que o mais importante entre eles é a "humilhação ou xingamento" (39,6%). Somados, os cinco tipos mais recorrentes respondem por mais de 90% do total, indicando que o insulto, a agressão moral, a ameaça e a lesão corporal leve constituem o núcleo duro desse tipo de criminalidade.

**Tabela 4 - Última Agressão/Ameaça sofrida**

	%	% acumulado
Insulto, humilhação ou xingamento	39,6	39,6
Ameaça com faca ou arma de fogo	19,0	58,6
Ameaça de bater, empurrar ou chutar	14,0	72,6
Amedrontamento ou perseguição	11,0	83,6
Batida, empurrão ou chute	9,1	92,7
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	4,0	96,7
Atirou alguma coisa	1,5	98,2
Esfaqueamento ou tiro	1,2	98,7
Outra situação	0,8	99,0
Importuno por telefone	0,8	99,6
Atentado ao pudor	0,2	99,9
Ameaça de morte	0,0	99,8
Ver outras pessoas serem mortas ou assaltadas	0,0	99,9
Trauma em virtude de assalto	0,0	99,9
Ameaça de seqüestro	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Apenas 15,5% dos vitimizados por esse tipo de violência afirmaram ter sofrido ferimentos, e somente 10,9% precisaram ter atendimento médico. Isso não significa dizer que a percepção da agressão tenha sido minimizada. E não é por acaso que 65,0% consideraram a violência da qual foram vítimas um crime, e que quase 40% tenham afirmado que ela afetou diretamente sua vida. A tabela 5 apresenta a relação dos traumas mais recorrentes apontados pelas vítimas, e torna ainda mais nítida a co-relação entre esse tipo de violência e a sensação de insegurança, já que os efeitos relatados pelas vítimas giram basicamente em torno de traumas psicológicos, que abalam as cidadelas de confiança que são a casa e a vizinhança, onde se realizam as socializações primária e secundária.

**Tabela 5 – Traumas provocados pela violência sofrida**

	%	% acumulado
Depressão/trauma/transtornos psicológicos	20,6	20,6
Sentimento de insegurança/afastamento do convívio social	19,3	39,9
Abandono ou falta ao trabalho	13,9	53,8
Não circula por certas ruas/evita local do ocorrido	9,8	63,6
Constrangimento perante amigos, vizinhos ou familiares	8,0	71,6
Internação hospitalar/debilitação física	7,8	79,4
Medo de sair de casa	7,4	86,8
Fim da relação (amizade, casamento etc)	6,1	92,9
Outros	3,0	95,9
Mudou hábitos da rotina doméstica	2,0	98,0
Ficou com medo da polícia	2,0	100,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Isso fica ainda mais nítido quando se compara o comportamento dos vitimizados por Agressão/Ameaça com os dados gerais da pesquisa, em resposta a uma bateria de questões relacionadas à percepção de violência. Assim é que, quando indagados sobre o sentimento de segurança de andar fora de seu bairro, a percepção de insegurança é alta para todos os entrevistados, chegando a 93% dos entrevistados quando a situação proposta é a de andar à noite em bairros que não o seu. Mas, quando são observados os dados relacionados ao próprio bairro, constata-se que a vítima de Agressão/Ameaça apresenta maior percepção de insegurança que a média, como demonstra a tabela 6.

A mesma tendência pode ser observada na resposta às questões sobre percepção da criminalidade. Com relação ao aumento da criminalidade na cidade, as vítimas de Agressão/Ameaça não se distinguem do geral, mas quando a pergunta circunscreve a criminalidade na vizinhança, a diferença se torna um pouco mais nítida. Como demonstra a tabela 7, para cerca de 30% dos vitimizados por Agressão/Ameaça houve um crescimento da violência na vizinhança, percentual ligeiramente superior ao da média dos entrevistados, sugerindo, uma vez mais, que esse tipo de vitimização abala a confiança no lugar de moradia, espaço privilegiado da vida cotidiana.

**Tabela 6 – Andar no próprio bairro durante o dia e a noite**  
Agressão/Ameaça X Geral

Grau de Segurança	Agressão/Ameaça	Geral
DIA		
Seguro	68,7%	70,9%
Inseguro	31,3%	29,1%
NOITE		
Seguro	34,0%	39,7%
Inseguro	66,0%	60,4%

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

**Tabela 7 – Avaliação da criminalidade na vizinhança**

Percepção	Agressão/Ameaça	Geral
Permaneceu a mesma	47,0%	54,6%
Aumentou	29,2%	26,3%
Diminuiu	23,8%	19,1%

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Apesar de cerca de 65,0% dos entrevistados terem afirmado que consideram um crime a violência de que foram vítimas, somente ¼ dos que se disseram vitimizados por Agressão/Ameaça registraram queixa na delegacia, índice que é igual ao da média, como se pode verificar na tabela 8.

**Tabela 8 – Índice de registro de queixa**  
Agressão/Ameaça X Geral

Registro de queixa	% Agressão/Ameaça	% Geral
Sim	25,7	25,6
Não	74,3	74,4

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Entre os motivos para não ter dado queixa, a tabela 9 demonstra que 50,3% alegaram desinteresse por acharem desnecessário ou que não valeria a pena. A esses, se deve juntar os que responderam "temer represálias", inclusive pelo agressor ser policial; "não confiar na polícia", inclusive porque ela teria se "recusado a registrar a queixa"; e os que "resolveram por conta própria", totalizando 23,7%.

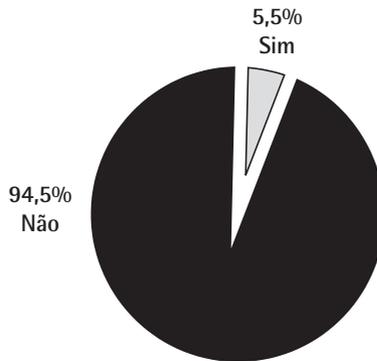
Pode-se afirmar, com isso, que 74% dos vitimizados por Agressão/Ameaça alegam não ter procurado a polícia por razões que têm a ver com a percepção de ineficácia do aparato policial para responder à violência sofrida.

**Tabela 9 – Motivos para não ter dado queixa**

<b>Motivos para não ter dado queixa</b>	<b>%</b>
Achou desnecessário/sem gravidade	31,0
Achou que não valeria a pena/não resolveria	19,3
Teve medo de represálias	9,8
Agressor era parente ou familiar	8,7
Resolveu por conta própria	6,0
Não identificou o agressor/sem provas	4,7
Porque o agressor era policial	3,8
Não confia no trabalho da polícia	2,6
Foi demovido por amigos ou familiares	1,7
Comunicou apenas à polícia militar	1,7
Polícias recusaram a registrar queixas.	1,5
Não queria prolongar o caso.	1,5
Outros	6,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Esse quadro levaria a pensar que as vítimas estariam procurando outras instâncias para administrar seus conflitos, mas os dados levantados pela pesquisa sugerem o contrário. Apenas 5,5% das vítimas de Agressão/Ameaça procuraram outro órgão que não a polícia (ver gráfico 3). Ora, quando se soma esse dado com o do registro de queixa na polícia, conclui-se que apenas 31,2% dos vitimizados por Agressão/Ameaça recorreram a alguma instância para fazer frente ao dano moral e/ou físico sofrido. Isso revela um preocupante quadro de anomia social, em uma esfera tão fundamental para qualquer sociedade que é a da sociabilidade cotidiana.

**Gráfico 3 – Queixa a outro órgão (exceto polícia)?**

Ainda sobre esse aspecto, a pesquisa traz um interessante dado, identificando quais agências sociais foram procuradas por aqueles que responderam ter recorrido a outra instância que não a polícia. Mesmo sem ter expressão estatística, as instâncias mencionadas pelos entrevistados apresentam um mapa bastante heterogêneo dos recursos institucionais disponíveis, que varia conforme o lugar em que se mora. Assim é que são citados o tráfico e a milícia, bem como o condomínio, o Conselho Tutelar, os Juizados Criminais e a direção da escola. Por mais diverso e heterogêneo que seja, este mapa indica que, do ponto de vista do tipo de criminalidade que se está analisando, o que conta é a autoridade com capacidade de regular conflitos na vida local. E a presença do tráfico e da milícia, para quem vive em favelas e territórios segregados, é apenas a contraface do vazio regulatório que predomina na vida local da maior parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, do que é testemunho a fraca presença de instituições como o Conselho Tutelar, os Juizados Criminais e a escola pública na regulação da vida local.

### **Tipificação Sociológica do Perfil do Vitimizado**

Examinando apenas os vitimizados por Agressão/Ameaça, constata-se que se trata de um tipo de crime com clara prevalência nos estratos mais populares, já que quase 40% desses vitimizados possuem renda familiar de até 2 salários mínimos, e mais de 80% até 5 salários mínimos – índice que é quase 10% maior que o dos

vitimizados em geral (ver tabela 10). Essa configuração popular do fenômeno ficará mais nítida à medida que forem apresentadas outras variáveis.

**Tabela 10 – Faixas de renda familiar por Tipo de vitimização**

Faixa salarial (em salários mínimos)	Tipo de Vitimização (em %)	
	Ameaça/Agressão	Geral
Até 2	38,1	28,8
3 a 5	42,6	43,7
6 a 10	10,3	14,3
Mais de 11	9,0	13,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Quando se observa o grau de instrução (tabela 11), chega-se a um resultado compatível com o encontrado no perfil de renda: mais de 40% dos vitimizados por Agressão/Ameaça não têm mais do que o ensino fundamental completo – índice que é 7% superior à média –, e mais de 42,0% possuem apenas o ensino médio, tradicional demarcador da estratificação social brasileira entre os segmentos populares e a classe média e a elite. De fato, grosso modo, pode-se dizer que, do ponto de vista do grau de instrução, cerca de 83% dos vitimizados por Agressão/Ameaça são dos segmentos populares médios e baixos da sociedade brasileira. Este dado é importante, pois indica que esse tipo de criminalidade é um componente importante da sociabilidade popular. E a baixa confiança nas instâncias capazes de administrar esses conflitos, verificada anteriormente, torna o fenômeno particularmente preocupante.

**Tabela 11 – Faixas de grau de instrução por Tipo de vitimização**

	Tipo de Vitimização (em %)		
	Ameaça/Agressão	Geral	Total
Sem instrução a fundamental incompleto	28,8	24,3	25,1
Fundamental completo	11,3	10,2	10,4
Ensino médio incompleto e completo	42,0	41,3	41,4
Superior incompleto ou mais	17,9	24,2	23,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

A análise por tipo de domicílio traz mais elementos para se refletir sobre o perfil sócio-econômico dos vitimizados por Agressão/Ameaça. A tabela 12 revela que 53,0% da vitimização por Agressão/Ameaça ocorre em espaços populares, como favelas, cortiços e periferia. Mais uma vez, esse índice é superior à média em cerca de 10,0%.

**Tabela 12 – Tipo de Agressão por Tipo de Domicílio**

	Tipo de Vitimização (em %)	
	Ameaça/ Agressão	Geral
Condomínio de casas, apartamentos ou casa de vila	47,0	57,7
Favelas ou áreas invadidas ou ocupadas	12,1	9,8
Casas de cômodos ou cortiço	7,0	4,8
Construção isolada	33,9	27,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

As tabelas 13 e 14 – filtradas segundo os 4 casos mais freqüentes de vitimização, que, juntos, respondem por quase 66% do total –, deixam evidentes a tendência de que quanto mais baixo o grau de instrução e de renda, maior a presença da Agressão/Ameaça como fator de vitimização. Assim é que entre os vitimizados nos últimos cinco anos sem instrução formal ou no máximo com fundamental incompleto, a Agressão/Ameaça responde por 31,6% dos tipos de vitimização. Em contrapartida, quanto mais se sobe na pirâmide educacional, maior é a presença dos vitimizados por roubo.

**Tabela 13 – Grau de instrução e Último crime do qual foi vítima nos últimos cinco anos – Filtro nos 4 casos mais freqüentes (em %)**

	Roubo de algum outro bem	Este-lionato	Agressão e Ameaças	Discriminação	Total
Sem instrução a fundamental incompleto	14,7	24,2	31,6	29,5	100,0
Fundamental completo	17,6	20,0	31,7	30,6	100,0
Ensino médio incompleto e completo	23,8	18,8	29,2	28,2	100,0
Superior incompleto ou mais	32,6	21,9	23,2	22,3	100,0
Total	22,7	21,0	28,8	27,5	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

O corte por renda familiar deixa o ponto bem evidente: quanto menor o poder aquisitivo maior a importância relativa da Agressão/Ameaça. Repetindo tendência de convergência já salientada na abertura deste artigo, a Discriminação apresenta resultados muito semelhantes aos verificados para Agressão/Ameaça, tanto na variação com o grau de instrução quanto no de renda.

**Tabela 14 – Renda familiar e Último crime do qual foi vítima nos últimos cinco anos – filtro nos 4 mais freqüentes (em %)**

	Roubo de algum outro bem	Estelionato	Agressão e ameaças	Discriminação	Total
Até 2 salários mínimos	14,9	21,2	32,3	31,6	100,0
3 a 5 salários mínimos	21,2	18,5	28,5	31,7	100,0
6 a 10 salários mínimos	34,5	19,3	24,0	22,2	100,0
Mais de 11 salários mínimos	37,3	23,4	25,5	13,8	100,0
Total	22,3	20,1	28,9	28,7	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Esses dados indicam que a Agressão/Ameaça – junto com a Discriminação – é um tipo muito importante de vitimização do mundo popular. Despossuídas materialmente, as classes populares parecem relativamente menos expostas ao roubo. Sofrem mais, porém, que as classes superiores com um tipo de criminalidade que está fortemente associado a uma sociabilidade pouco regulada pelo Direito, e distante das marcações institucionais da regulação pública. Um tipo de criminalidade, além disso, que diz respeito à pessoa e não ao bem material, ferindo, como se viu, sua dignidade e auto-estima. Para esse tipo de violência de quase nada servem os aparatos de segurança tipicamente adotados para as classes médias e altas das grandes cidades; tampouco tem muita valia a polícia e seu aparato ostensivo. Para esse tipo de violência, os melhores antídotos são ações e instituições capazes de fortalecer a confiança e a coesão no nível das sociabilidades primária e secundária.

## Relação com a Vizinhança

A percepção sobre a confiança na vizinhança é um dos indicadores mais interessantes para se pensar na relação entre sociabilidade e sentimento de segurança. Pois é evidente que, quanto maior a confiança na vizinhança, menor o sentimento de insegurança. A tabela 15 traz o índice de confiança na vizinhança, apresentando de forma comparada os vitimizados por Agressão/Ameaça e os vitimizados em geral. Considerando a variável mais forte de confiança na vizinhança ("Confia na maioria deles"), nota-se que ela é baixa de uma maneira geral, somente alcançando 26,9% do total, e ainda mais baixa entre aqueles que sofreram Agressão/Ameaça (21,9%). No outro extremo, a variável "Não confia em nenhum deles" alcança 23,8% das vítimas de Agressão/Ameaça, contra apenas 14,1% dos vitimizados em geral. Isso indica uma co-relação positiva entre a vitimização por Agressão/Ameaça e baixa confiança na vizinhança, que, mais uma vez, remete à individualização de tipo negativa – isto é, a individualização decorrente do isolamento e do esgarçamento do tecido urbano –, que reduz as chances de desenvolvimento do capital social, aumentando, na mesma proporção, a sensação de vulnerabilidade social.

**Tabela 15 – Confiança nos vizinhos e Tipo de vitimização**

	Tipo de Vitimização (em %)		
	Ameaça/ Agressão	Geral	Total
Confia na maioria deles	21,9	28,1	26,9
Confia em alguns deles	51,8	54,8	54,2
Não confia em nenhum deles	23,8	14,1	15,9
Não os conhece	2,1	2,4	2,3
NS/NL	0,5	0,7	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Mas esse índice de confiança inclui situações muito diversas, desde a confiança no vizinho "para tomar conta de criança" até a confiança em "pedir dinheiro ou alimento emprestado". Portanto, é importante qualificar melhor do que se está falando. Para isso, foram mobilizadas duas situações bastante distintas, e o resultado deixa nítido que a falta de confiança atinge exatamente a dimensão

regulatória da vida cotidiana, e não tanto a disposição para ajudar em caso de necessidade extrema, ou para participar da comunicação cotidiana.

De fato, quando indagados sobre a confiança no vizinho para auxiliar em caso de doenças, quase 80% dos entrevistados – e aqui a diferença entre os dois tipos de vitimizados é insignificante – responderam que poderiam contar com o vizinho, como se observa na tabela 16.

**Tabela 16 – Tipo de agressão e Confiança nos vizinhos para auxiliar em caso de doenças**

	<b>Agressão/Ameaça</b>	<b>Geral</b>
<b>Poderia contar com os vizinhos para auxiliar em caso de doenças</b>		
Sim	78,3%	80,8%
Não	21,7%	19,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

É igualmente alto o índice de entrevistados que responde manter contato freqüente com os vizinhos através de conversa na rua. Como mostra a tabela 17, nada menos que 84,1% dos entrevistados vitimizados por Agressão/Ameaça responderam que costumam participar de conversas com vizinhos e conhecidos.

**Tabela 17 – Tipo de agressão e Comunicação com vizinhos e conhecidos**

	<b>Agressão/Ameaça</b>	<b>Geral</b>
<b>Conversas na rua com vizinhos e conhecidos</b>		
Costuma participar	84,1%	80,4%
Não costuma participar	15,9%	19,6%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

No entanto, quando a questão se refere à atuação dos vizinhos na resolução de conflitos ou brigas na própria vizinhança, a confiança despenca para não mais que 39,6% entre os vitimizados por Agressão/Ameaça (ver tabela 18). Portanto,

mais do que uma baixa confiança generalizada, o que mais uma vez parece sobressair é a desconfiança nos mecanismos de controle social, e o controle dos vizinhos sobre a própria vizinhança seria uma das armas mais eficazes contra uma criminalidade que atinge – como temos visto – de forma particularmente aguda os domínios das socializações primária e secundária.

**Tabela 18 – Tipo de agressão e Confiança nos vizinhos para resolver conflitos ou brigas na vizinhança**

	Agressão/Ameaça	Geral
Poderia contar com os vizinhos para resolver conflitos ou brigas na vizinhança		
Sim	39,6%	41,0%
Não	60,4%	59,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

Mas, para isso, seria necessário um outro tipo de envolvimento com a vizinhança, que começaria por uma maior participação na vida associativa local, o que não ocorre. Do total de entrevistados – incluindo os não-vitimizados –, somente 9,2% responderam que costumam participar de reuniões em associações, partidos e sindicatos. Portanto, os dados apresentados configuram um tipo de isolamento que é sobretudo cívico. Possivelmente por isso, o dado sobre tempo de moradia na vizinhança não se mostra relevante, quando seria de se esperar o contrário. Entre todos os entrevistados, cerca de 60% responderam morar há 10 anos na vizinhança, e quase 80% moram há pelo menos 6 anos. Esse percentual é apenas um pouco mais baixo para os vitimizados por Agressão/Ameaça, caindo para 57,8% e 75,5%, respectivamente. São, portanto, de uma maneira geral, vizinhos que se conhecem há muito tempo, que se falam, que se socorrem uns aos outros, mas que são pouco organizados. E a relevante presença de conflitos por Agressão/Ameaça no âmbito da sociabilidade cotidiana é, a um só tempo, sintoma e causa desse estado de coisas, pois se é verdade que se trata de um tipo de violência que se alimenta da fragilidade do controle social local, também é verdade que a frágil resposta institucional à sua ocorrência contribui para aprofundar o ambiente de anomia social.

## Conclusão

A Agressão/Ameaça é um tipo de criminalidade que afeta sobretudo indivíduos dos segmentos populares em sua vida cotidiana. Seus protagonistas, os agredidos e os agressores, são freqüentemente conhecidos – parentes, amigos, amantes, colegas de trabalho e vizinhos. E mesmo quando a violência desse tipo é cometida por policiais, é comum que ela esteja relacionada a conflitos de vizinhança ou de outras relações interpessoais.

Apesar de tipificada como de "menor potencial ofensivo", a Agressão/Ameaça costuma deixar seqüelas em suas vítimas, afetando a confiança em dimensões importantes para a formação do indivíduo e do cidadão, como são a casa e a vida local. Por outro lado, a baixa capacidade de resposta a esse tipo de criminalidade por parte das instituições ora existentes, a começar pela própria polícia, fica patente quando se considera o elevado índice de entrevistados que afirmam não ter recorrido a nenhuma instância de regulação após sofrerem a violência. Esse vazio regulatório abala a confiança da sociedade nas suas instituições, e contribui para esgarçar o tecido social e forjar o chamado individualismo negativo.

Por seu turno, a análise das relações de vizinhança deixa evidente que mais do que o isolamento afetivo ou a baixa participação nos jogos de sociabilidade, o que se observa é um isolamento cívico, decorrente da baixa participação na vida pública local.

Os resultados encontrados pela análise dos dados sobre vitimização por Agressão/Ameaça dão conta de que estamos diante de uma dimensão da violência urbana, cujo remédio passaria menos pela ampliação do aparato policial e mais pela constituição daquilo que vem sendo chamado de rede de proximidade – um conjunto articulado de agências capazes de fortalecer a participação coletiva na vida local e de aproximar o Direito e suas instituições da vida local (Wyvekens, 2001; Burgos, 2007).

Talvez não seja dispensável sublinhar que essa criminalidade de "menor potencial ofensivo" pode se relacionar com a criminalidade mais ofensiva, através de um sistema de vasos comunicantes que se alimenta da baixa confiança nas instituições e da insegurança jurídica do homem comum; vale dizer, de um cotidiano amplamente exposto ao arbítrio e à lei do mais forte, que, na ausência de outra referência moral, tende a ser convertida em lei natural da sociedade, dando lugar a uma insegurança ontológica, bem mais difícil de ser atacada e superada.

## Referência Bibliográfica

BOURDIEU, Pierre (1997) – *Efeitos do Lugar*. In: Pierre Bourdieu (org.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 157 – 160.

BURGOS, Marcelo (2007) – *Justiça de Proximidade: Notas sobre a Experiência Francesa*. In: **Revista da Escola Nacional da Magistratura**. Ano II, nº 4, outubro.

\_\_\_\_\_. AMORIM, Maria Stella e KANT DE LIMA, Roberto (2003) – *Juizados Especiais Criminais. Sistema Judicial e Sociedade no Brasil*. Niterói: Editora Intertexto.

CASTEL, Robert (1998) – *As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do Salário*. Petrópolis, Editora Vozes.

MACHADO, Lia Zanotta (2003) – *Atender Vítimas e Criminalizar Violências: Dilemas das Delegacias das Mulheres*. In: M. S. Amorim, R.K. de Lima e M.B.Burgos (orgs) - **Juizados Especiais Criminais. Sistema Judicial e Sociedade no Brasil**. Niterói: Editora Intertexto.

PUTNAM, Robert (1996) – *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2007) – *Metrópoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional*. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (orgs) – **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan.

WYVEKENS, Anne (2001) – *Proximité et Sécurité: que nous apprend l'Amérique?* In: **Revue Droit et Cultures**, 2001/3, Paris, p. 163-179.

# VITIMIZAÇÃO E ESTATÍSTICAS POLICIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2006/2007: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Michel Misse

## Introdução

Pesquisas de vitimização<sup>1</sup> começaram a ser feitas no Brasil em 1988, quando o IBGE decidiu incluir na PNAD daquele ano um suplemento sobre vitimização da população segundo as grandes regiões geográficas e as regiões metropolitanas das capitais. Nos anos seguintes, pesquisas de vitimização foram feitas para outras capitais, municípios e regiões. Sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram realizadas até agora quatro pesquisas: ISER-FGV: 1996-97, OPS: 1997 e ISP-VivaRio: 2001, além da atual (ISP:2006-07). Em todas essas pesquisas, o período de referência foi de doze meses, exceto na atual, que estabeleceu o período de cinco anos como referência, visando a comparações internacionais, mas que permitiu também a tabulação da vitimização relatada em um ano.

Neste trabalho, analisaremos os resultados da recém-concluída pesquisa de vitimização, realizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, coordenada pelo Instituto de Segurança Pública e que teve como referência o período de ja-

---

1 Desde a primeira pesquisa, realizada em 1988, adotou-se o anglicismo "vitimização", quando existe na Língua Portuguesa o termo adequado "vitimação", inclusive usado cotidianamente quando se diz que "alguém foi vitimado por um acidente, um enfarto, etc". Em Portugal adotou-se o termo "vitimação", como na França adotou-se o termo francês "victimation". Mantivemos neste texto o uso de "vitimização", embora o consideremos incorreto, já que existe o equivalente em Português.

neiro de 2002 a dezembro de 2006. O objetivo é comparar as taxas de prevalência<sup>2</sup> de crimes e de crimes informados à polícia em 2006 com os registros oficiais de crimes da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro no mesmo período. Ao considerar que os últimos meses das entrevistas não correspondem aos últimos meses de 2006, usamos a média dos dados oficiais de 2006 e 2007, por refletirem melhor a simetria dos dados comparados.

Como a metodologia utilizada nessa pesquisa é bastante próxima das utilizadas nas pesquisas do ISER-FGV em 1996-97 e do ISP-Viva Rio em 2001-02, serão feitos, ao final do texto, alguns comentários comparativos sobre essas experiências de pesquisa.

## 1. VITIMIZAÇÃO RELATADA NA PESQUISA

O *survey* de vitimização realizado pelo ISP em 2007 deu-se em duas etapas (como, aliás, os *surveys* anteriores do ISER-FGV, de 1996-97, e o do ISP-Viva-Rio, de 2001-02). Na primeira etapa, chamada tecnicamente de *screening* ou "varredura", a partir de uma amostra de 33.284 domicílios, foi ouvido em cada domicílio um entrevistado *proxy* ("representativo"), que relatou a vitimização no domicílio nos últimos cinco anos entre os residentes maiores de 16 anos de idade, perfazendo um total de 85.903 pessoas. Nessa etapa, foi relatado que em 39,1% dos domicílios da Região Metropolitana houve ao menos uma vítima de furto, roubo ou agressão física em cinco anos (2002-2006), na seguinte proporção: 18,0% de ocorrência de roubos, 11,8% de ocorrência de furto e 23,7% de ocorrência de alguma violência ou agressão. Nesses domicílios onde havia ao menos uma vítima, contabilizou-se, em virtude da incidência de mais de uma vítima em parte dos domicílios, um total de 8.053 vítimas de roubo, 4.845 vítimas de furto e 4.150 vítimas de alguma outra violência ou agressão, totalizando 17.048 vítimas nesses cinco anos (taxa de vitimização, nessa etapa, de 19,8% em cinco anos).

---

2 Taxas de prevalência indicam o percentual da população que foi vítima de um ou mais crimes no período de referência. Taxas de notificação à polícia indicam o percentual das taxas de prevalência que o entrevistado afirmou ter registrado na polícia. Taxas de registro policial indicam os percentuais de crimes registrados oficialmente pela polícia. Não utilizaremos aqui as taxas de incidência, que contabilizam o número de delitos de que foi vítima a população pesquisada no período de referência e que inclui mais de uma vitimização pela mesma pessoa no mesmo período.

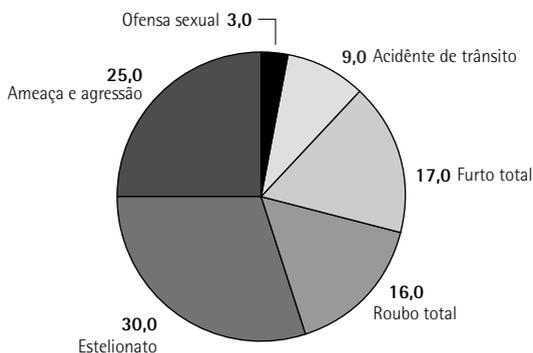
Na segunda etapa, foram sorteados 4.553 domicílios, metade dos quais com uma vítima sorteada para entrevista (amostra de vítimas) e metade sem vítima, ou seja, com um morador não-vítima sorteado também para entrevista (amostra de não-vítimas). Neste trabalho, interessa apenas a amostra expandida de vítimas dos eventos de vitimização ocorridos nos últimos doze meses anteriores à entrevista, que são passíveis de serem comparados com os dados oficiais da estatística policial. Como os questionários foram aplicados entre janeiro e julho de 2007, os últimos doze meses de vitimização variaram, evidentemente, segundo a data em que a entrevista foi realizada. Para que fossem comparáveis aos dados oficiais da Polícia Civil para crimes registrados, optamos por trabalhar com a média de cada tipo de crime registrado na polícia nos anos de 2006-2007, de modo a nos aproximarmos da média dos últimos doze meses referidos pelos entrevistados.

Foram considerados os seguintes eventos de vitimização para fins de comparação com os registros policiais: atropelamento, furto de carro e moto, furto de itens de veículo, furto qualificado de casa (arrombamento), furto de algum outro bem, roubo de carro e moto, roubo de itens de veículo, roubo de casa, roubo de algum outro bem, estelionato, ameaça, agressão física e ofensa sexual. Não foram incluídas as tentativas não consumadas nem o vandalismo em veículos, por não dispormos dos dados oficiais comparáveis.

As taxas de prevalência dos treze eventos criminosos pelos entrevistados, totalizados segundo o tipo geral de crime e referentes ao ano de 2006 (gráfico 1) são as seguintes:

### Gráfico 1 – Taxa de Vitimização por Tipo de Crime (%)

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



No gráfico 1 mostramos a taxa de vitimização (calculada em relação à população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e o percentual relativo ao total dos crimes listados no gráfico. Para que se compreenda o resultado apresentado, é preciso levar em conta que:

- a) não incluímos as tentativas nas taxas de vitimização;
- b) excluimos vandalismo, por não termos obtido dados oficiais correspondentes;
- c) excluimos as bicicletas do total de furtos e roubos de veículos;
- d) consideramos apenas as ameaças e agressões tidas como "crimes" pelos respondentes, isto é, excluimos os eventos não criminosos pelos próprios entrevistados;
- e) preferimos considerar apenas "atropelamento" entre os chamados "acidentes de trânsito" em algumas tabelas e comparações.

Vejam agora mais de perto as taxas de vitimização de furtos, roubos e atropelamento em doze meses (2006/2007):

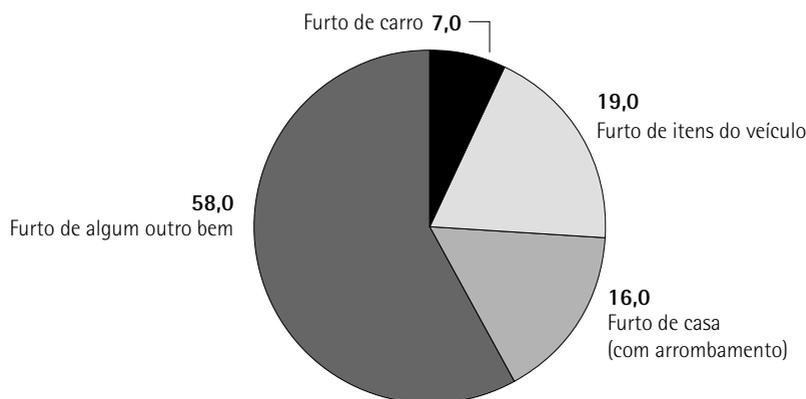
**TABELA 1: VITIMIZAÇÃO (PREVALÊNCIA)  
NO GRANDE RIO (12 MESES – 2006/2007)**

	%
Atropelamento	0,5
Furto de veículo (carro + moto)	0,5
Furto de itens de veículo	1,0
Furto de casa (com arrombamento)	0,8
Furto de algum outro bem	3,0
Roubo de veículo (carro + moto)	0,2
Roubo de itens de veículo	0,2
Roubo de casa	0,1
Roubo de algum outro bem	3,4
Estelionato	8,3
Ameaça e agressão	7,1
Ofensa sexual	0,8
<b>Vitimização total (seleção)</b>	<b>26</b>

Como podemos observar na tabela 1, se excluídos alguns tipos de eventos cuja reação moral raramente conduz à sua criminalização nas delegacias, como tentativas (frustradas) de furto e roubo, furto e roubo consumado de bicicletas, e ameaças e agressões que as próprias vítimas não consideraram crimes, obteremos uma taxa de vitimização (prevalência) de 26,0% para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período de doze meses (2006/2007).<sup>3</sup>

O gráfico 2a expõe a distribuição do furto total por tipos de furto. Aqui selecionamos o furto de carro, excluindo motos e bicicletas, pela sua relevância no confronto com os outros tipos de furto.

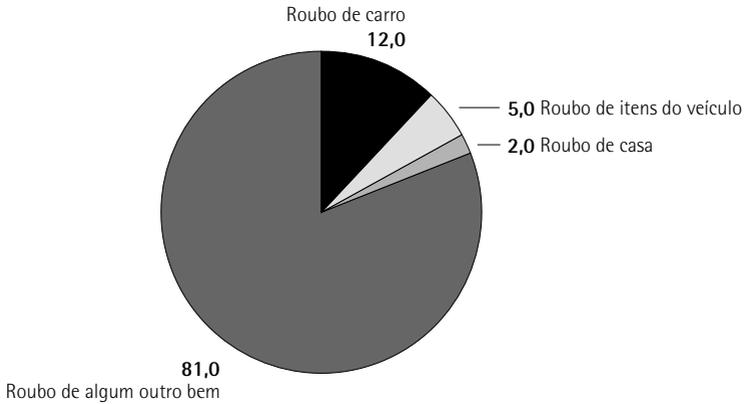
**Gráfico 2a – Taxas de Vitimização por Tipo de Furto (%)**  
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



No gráfico 2b apresentamos a distribuição do roubo total em tipos de roubo, também selecionando o roubo de carro do total de roubo de veículos, para melhor compará-lo aos demais tipos de roubo.

<sup>3</sup> Evidentemente, teria sido melhor utilizar a taxa de incidência, já que uma mesma pessoa pode ser vítima de mais de um crime no mesmo ano e registrar todos eles na delegacia, mas o modo como o questionário conduziu o entrevistado da criminalização não permitiu isso (o recorte temporal foi de cinco anos, e não de um ano, o que seria preferível).

**Gráfico 2b – Taxas de Vitimização por Tipo de Roubo (%)**  
 Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2006/2007 (12 meses)



## 2. VITIMIZAÇÃO RELATADA E INFORMADA À POLÍCIA

Os entrevistados foram estimulados a mencionar se no último crime ocorrido nos últimos doze meses o caso foi registrado na delegacia. Confrontados com a vitimização relatada em cada tipo de crime, esses dados permitem avaliar o percentual de informação do evento à polícia, como podemos observar na tabela 2:

**TABELA 2 – PERCENTUAL DE INFORMAÇÃO DO EVENTO À POLÍCIA  
 (12 MESES – 2006/2007)**

	Vitimização	Informação	Taxa%
Atropelamento	47.201	3.495	7,4
Veículo furtado (carro e moto)	41.352	37.807	91,4
Furto de itens de veículo	98.859	21.353	21,6
Furto de casa (arrombamento)	72.797	10.019	13,7
Furto de algum outro bem	261.090	68.528	26,2
Veículo roubado (carro e moto)	48.086	37.723	78,4
Roubo de itens de veículo	14.772	13.639	92,3
Roubo de casa	9.513	3.101	32,6
Roubo de algum outro bem	278.306	115.388	41,4
Estelionato	711.048	69.744	9,8
Ameaça e agressão	616.794	191.809	31,1
Ofensa sexual	69.485	3.915	5,6

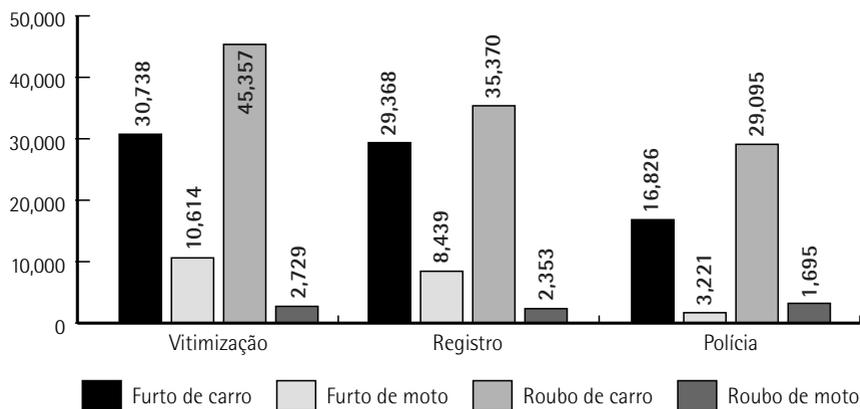
Como se pode observar na tabela 2, os eventos que percentualmente mais são informados às delegacias de polícia são furto e roubo de veículos (91,4% e 78,4%) e roubo de itens de veículo (92,3%), provavelmente em virtude de exigências das seguradoras. Roubo de casas, de algum outro bem e ameaças e agressões comparecem com taxas de 32,6%, 41,4% e 31,1%, respectivamente. É muito baixo o índice de notificação às delegacias sobre crimes graves, como atropelamento (7,4%), estelionato (9,8%), furto qualificado de casa, com arrombamento (13,7%), e, especialmente, ofensa sexual (5,6%).

### 3. VITIMIZAÇÃO REGISTRADA OFICIALMENTE PELA POLÍCIA

Considerando-se, agora, a relação entre eventos que foram registrados pelas vítimas nas delegacias e as estatísticas oficiais desses eventos divulgadas pela polícia, obteremos a comparação completa entre vitimização, informação à polícia e estatísticas oficiais, tal como são apresentadas nos gráficos 3, 4, 5, 6 e 7 a seguir.

**Gráfico 3 – Furto e Roubo de Carro e Moto**

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)

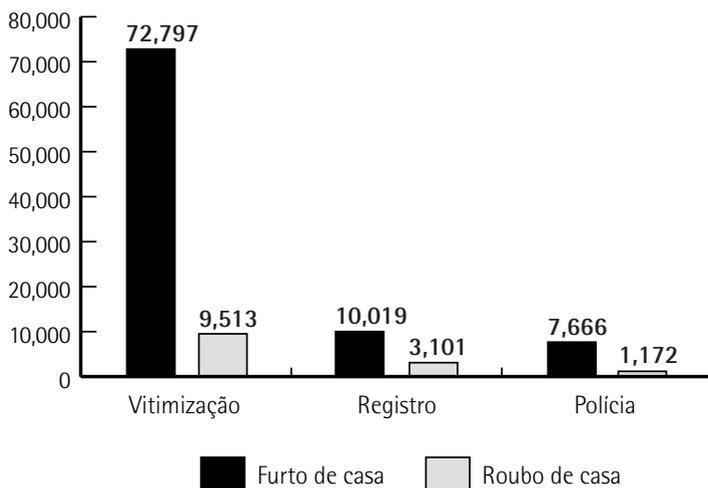


Uma parte das diferenças entre o número de vítimas que disseram ter registrado o crime na delegacia e as estatísticas oficiais deve ser atribuída à diferença existente, nos dados oficiais, entre volume de registros (ocorrências) e volume de vítimas. Ainda assim, a diferença em alguns eventos é tão grande

que, evidentemente, se deve a outros fatores, entre os quais pode-se incluir a discricionariedade dos delegados de polícia em decidir ou não registrar o evento e abrir o inquérito policial, a retirada posterior da queixa pelo vitimado por equívoco de informação e, até mesmo, a rápida recuperação do veículo pela polícia. Curiosamente, no caso de roubo de moto, há mais registros na polícia que relatos de registro pelas vítimas nas delegacias, mas as diferenças em outros eventos, ainda mais acentuadas, tendem a ser o padrão e devem ser objeto de pesquisa específica, como no caso do gráfico 4:

#### Gráfico 4 – Furto e Roubo de Casa

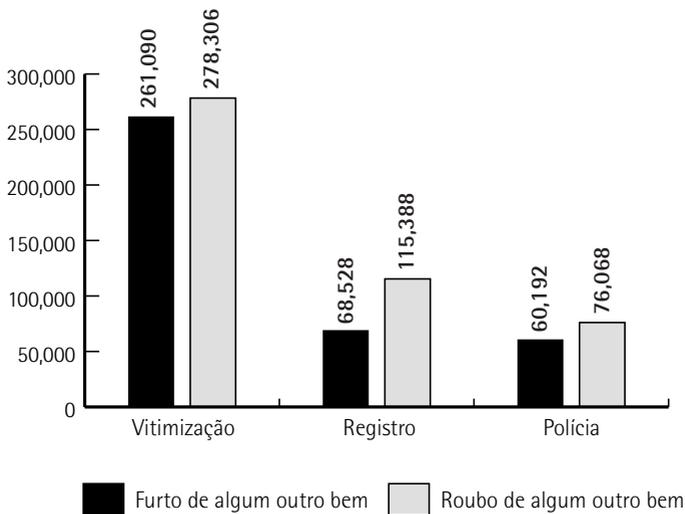
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



A principal diferença no caso de furto (arrombamento) e roubo de casas decorre da baixa taxa de registro nas delegacias pelas vítimas do primeiro. Grandes volumes de vitimização, como no caso do gráfico 5, apresentam diferenças constantes entre vitimização e registro na polícia pelas vítimas, mas mantém-se a tendência de que as estatísticas policiais não representam o volume total de registros das vítimas nas delegacias (gráfico 5):

### Gráfico 5 – Furto e Roubo de Algum Outro Bem

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



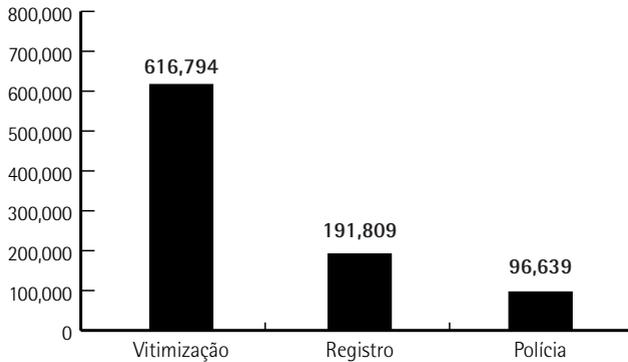
Novamente no gráfico 5 aparece onde reside a maior diferença: entre a vitimização relatada na pesquisa e aquela registrada nas delegacias. Outros itens do questionário (inclusive com respostas abertas) permitirão avaliar melhor essa enorme diferença, embora saibamos que ela é também grande (mas não tanto), em outros países, quando envolve furto e roubo de dinheiro e outros bens de difícil recuperação.

Selecionamos no gráfico 6 apenas as ameaças e agressões consideradas efetivamente crimes pelas vítimas. As diferenças persistem, como nos demais delitos apresentados (gráfico 6):

A diferença, aqui, entre os que afirmam ter sofrido uma ameaça ou uma agressão física e os que as registraram nas delegacias é ainda mais significativa, levando-se em conta que excluimos ameaças e agressões que os próprios entrevistados não consideraram como crimes. Essa diferença só é superada por aquela que ocorre nos crimes de ofensa sexual. Nestes crimes, além dos fatores mais gerais que levam as vítimas a não registrarem queixa na polícia, incide também a vergonha de levar ao conhecimento da polícia o ocorrido (gráfico 7):

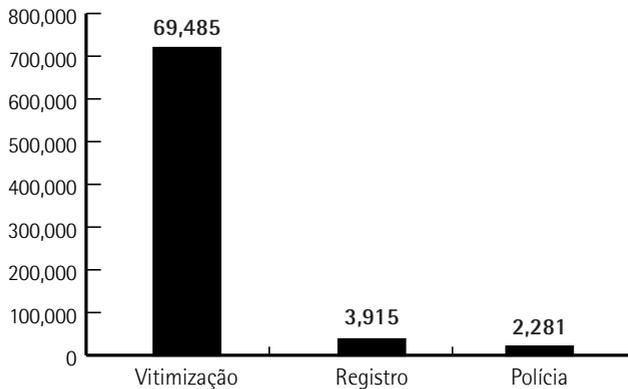
### Gráfico 6 – Ameaça e Agressão

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



### Gráfico 7 – Ofensa Sexual

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2006/2007 (12 meses)



Nesse caso, não há diferença entre registros e vítimas, já que as estatísticas policiais do estado do Rio de Janeiro, desde 1991, nos crimes contra a pessoa, passaram a computar o número de vítimas e não apenas de ocorrências. É possível que uma parte das ofensas sexuais relatadas pelas vítimas (como estupro e atentado violento ao pudor) e registradas nas delegacias possa ter sido desviada, nas estatísticas oficiais, para a rubrica de "atentado ao pudor", cuja criminalização é menos grave que as anteriores. Mas essa e outras hipóteses levantadas neste trabalho precisariam ser confirmadas em um outro estudo sobre as causas da subnotificação.

#### 4. COMPARAÇÕES

A tabela 3 apresenta, de forma comparativa, os resultados obtidos para furto ou roubo e agressão física nos quatro *surveys* já realizados sobre a vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

**TABELA 3 – COMPARAÇÃO ENTRE OS SURVEYS JÁ REALIZADOS**

Vítimas	PNAD/IBGE 1988	ISER/FGV 1996	ISP/VivaRio 2001	ISP 2007
Prevalência em 12 meses (%)				
Furto ou Roubo	6,8	8,8	7,5	9,7
Agressão física	0,4	1,6	2,5	7,1
Notificação (%)				
Furto ou Roubo	27,6	24,0	24,0	35,5
Agressão física	37,8	23,0	24,1	31,1

Embora tenham se utilizado de metodologia muito próxima (com exceção do *survey* da PNAD, de 1988), as pesquisas realizadas apresentam problemas para a utilização comparativa de seus resultados. Estes não devem ser interpretados como representativos do crescimento ou decréscimo da criminalidade entre os períodos de referência, a não ser com muita cautela, pois as diferenças entre as amostras e a maior ou menor especificação dos crimes nos questionários podem ter contribuído para produzir as diferenças encontradas. Entre uma pesquisa que pergunta, em geral, se o entrevistado sofreu algum tipo de furto ou roubo no último ano e outra que pergunta detalhadamente, especificando por tipo de furto e roubo, o que ele experimentou em um ano, a tendência é o entrevistado lembrar-se mais advertidamente dos fatos no segundo tipo de entrevista, mais detalhado.

Ainda assim, pode-se observar um padrão em furto e/ou roubo nos quatro *surveys*: a taxa anual de vitimização entre 1988 e 2007 oscila entre 7,0% e 10,0% e a taxa de notificação à polícia fica entre 24,0% e 35,0% dos fatos relatados. Em agressão física há mais disparates, provavelmente resultantes da maior ou menor abrangência de significado dada, em cada pesquisa, ao que se convencionou chamar de "outras violências", "agressão física" ou simplesmente "agressão", em geral.

## 5. CONCLUSÕES

O resultado mais significativo desta análise preliminar dos dados da pesquisa de 2006/2007 é a diferença entre os crimes que as vítimas afirmam ter registrado na polícia e as estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública. Em alguns casos, a diferença supera a medida normal de erro e mesmo as possíveis interveniências de significados, como aquela entre "registros de ocorrências" e "número de vítimas", para alcançar um patamar de suspeita quanto à qualidade dos dados oficiais ou dos procedimentos adotados quando a vítima pensou ter registrado a ocorrência. É possível que alguns entrevistados possam ter confundido "informar a polícia da ocorrência" com registrá-la na polícia, embora no questionário a pergunta fosse suficientemente clara: "Você registrou o fato na delegacia?". Será preciso compreender melhor essa diferença, e em seguida avaliá-la relativamente àquela que é normalmente encontrada em outras pesquisas de vitimização, inclusive em outros países.

A experiência da pesquisa de vitimização do Instituto de Segurança Pública referente ao período 2002-2006 deve ser atentamente examinada pelos especialistas que pretendem realizar a pesquisa nacional de vitimização nos próximos anos. Trata-se, provavelmente, da mais completa e rigorosa experiência desse tipo realizada no Brasil, cobrindo cinco anos de vitimização em todos os municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e alcançando uma população de cerca de 8 milhões de habitantes com mais de 16 anos de idade. São múltiplos os problemas enfrentados nesse tipo de experiência no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, e mesmo a crítica atenta ao questionário, feita ao longo do período de planejamento pelo grupo de consultores, do qual participei, não evitou que alguns erros de concepção das perguntas só fossem detectados na análise dos dados.

Apesar dos problemas encontrados, parte dos quais tratarei em outro trabalho, a pesquisa oferece uma base de dados consistente para a produção de muitos estudos que contribuirão para uma melhor avaliação do quadro da segurança pública no Rio de Janeiro e, por extensão comparativa, em outras grandes cidades brasileiras.

## 6. Referências Bibliográficas

FATTAH, Ezzat A. (1991) *Understanding criminal victimization. An introduction to theoretical victimology*. Ontario, CA, Prentice-Hall.

ZAUBERMAN, Renée (2008) *Surveys on victimization and insecurity in Europe*. Guyancourt, FR, GERN/Crimprev.

FAJNZYLBBER, P.; LEDERMAN, D. e LOAYZA, N. (2001) *Crimen y violencia en América Latina*. México, Alfaomega.

ROBERT, Ph.; ZAUBERMAN, R.; POTTIER, M.L. e LAGRANGE, H. (2001) *Measuring crime. Police statistics and victimization surveys (1985-1995)*, *Revue Française de Sociologie*, 42, 133-174.

ROBERT, Ph.; ZAUBERMAN, R.; NEVANEN, S. e Didier, E. (2007) *Victimations et statistiques policières en Île-de-France*, *Quéstions Penales*, CESDIP, XX, 1, Janvier.

MISSE, M. (2003) *Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2001. Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro, NECVU-IFCS-UFRJ, Relatos & Pesquisas n° 1.

CPDOC-FGV/ISER (1997) *Lei, justiça e cidadania. Direitos, vitimização e cultura política na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Sinopse dos resultados da pesquisa.



# VÍTIMAS DE CRIMES E O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: UMA EXEMPLIFICAÇÃO A PARTIR DE UMA PESQUISA REGIONAL DE VITIMIZAÇÃO DA FRANÇA<sup>1</sup>

Renée Zauberman\*

O debate público sobre crimes e o medo de crimes aparece na França sob o título de INSEGURANÇA. Esse debate sugere que as políticas públicas têm dificuldades em garantir a segurança dos cidadãos franceses.

Não que o problema seja novo – tem, na verdade, mais de três décadas –, mas este foi formulado, nos últimos anos, em termos que colidem brutalmente com as tradições políticas e administrativas francesas. Como resultado das eleições presidenciais de 2002, Nicolas Sarkozy assumiu o cargo de Ministro do Interior do governo e se tornou chefe das forças policiais francesas. Nesse momento ele expressou firmemente visões gerenciais relativas à futura conduta do policiamento, com a expectativa de que suas tropas realizassem serviço quantificável em termos de redução de crime, aumento da taxa de detecção e alocação de recursos<sup>2</sup>. Essa atitude gerencial tem reflexos, do ponto de vista do serviço público, em outro assunto: em que medida poderia um cidadão, em relação aos serviços públicos, ser assimilado como um consumidor transitando no mercado de bens e serviços? Traduzido para nosso campo, pode uma vítima – um cidadão comum que foi enganado, roubado, agredido... – que se dirige ao sistema de justiça criminal para

1 Este artigo é baseado em uma pesquisa conduzida em conjunto no CESDIP por Phillippe Robert e Marie-Lys Pottier. No entanto, o artigo original, em inglês, foi escrito sob responsabilidade única do autor e publicado em Mehra, A.K. & Lévy, R. Civil Society, State and Police. Perspectives from India and France, Pearson, Delhi, no prelo.

Artigo original em inglês; tradução feita por Vanessa Campagnac com auxílio de Thaís Ferraz, com auxílio de Thaís Ferraz e revisada pela autora com a ajuda de Juan Felix Marteau e Joana Vargas.

\* Centro de Pesquisas Sociológicas sobre o Direito e Instituições Penais – CESDIP-CNRS – Immeuble Edison, 43, boulevard Vauban, F-78280 Guyancourt, zauberman@cesdip.com

2 Nicolas Sarkozy foi eleito Presidente da França nas eleições presidenciais de maio de 2007.

demandar que justiça seja feita, ser considerada um consumidor?

O objetivo desse artigo é refletir brevemente sobre se a legitimidade do sistema de justiça criminal pode ser solidamente embasada na noção de vítimas como consumidores de um serviço público, e estudar alguns resultados de pesquisa numa tentativa de responder essa questão.

## 1. VÍTIMAS DE CRIMES COMO CONSUMIDORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL?<sup>3</sup>

Elementos de uma resposta à concepção de vítima e da justiça criminal como um serviço público podem ser procurados em inúmeras direções. Direito, história e sociologia penal podem ser úteis para compreender a distância que separa as vítimas da justiça criminal em diferentes sistemas que se desenvolveram no âmbito da Europa desde o final da Idade Média. Faremos muitas referências ao sistema francês, já que este exemplifica um projeto de centralização estatal e, embora único na Europa, possui considerável valor heurístico para a compreensão de muitos sistemas de justiça criminal.

### 1. Vítimas na Teoria Legal

Na França, a visão legal convencional tem tradicionalmente percebido as vítimas de modo suspeito como parte do processo de justiça criminal. Durante o século XIX e boa parte do XX, a doutrina legal tem considerado sua presença dentro do processo como um tipo de sobrevivência de um estado de direito bárbaro, similar à vingança. A vingança, pensada como primitiva e infundável, tendendo assim à morte da sociedade, se opõe à justiça regular, institucionalizada e segundo a qual a exclusão de vítima parece ser a vitória da civilização.

A "história" evolucionista da mudança de uma vingança pessoal cega e excessiva para uma justiça pública equilibrada deixa escapar grandes contribuições antropológicas<sup>4</sup>, indicando que a vingança não é, de modo algum, anárquica e in-

3 A primeira parte desse artigo resume os argumentos desenvolvidos em uma publicação anterior (Zauberman, 2000).

4 Ver, por exemplo, Pitt-Rivers (1977).

controlada, mas sim um mecanismo infinitamente regulado e preciso. Assim, não pode ser considerada uma visão histórica do direito, mas uma ideologia do direito, dentro do contexto de construção de um Estado com intenções de se apropriar do monopólio da força e da punição. (Emsely, 1997).

## 2. Justiça criminal na teoria legal do serviço público

Na França, a noção de serviço público como construção do direito público não se liga, à primeira vista, a esse conceito que agora vemos como seus corolários naturais, que são os benefícios e serviços prestados a consumidores. Esses corolários não foram essenciais enquanto as obrigações do Estado eram pensadas como exclusivamente políticas, consistindo, em grande parte, em organização e pagamento da guerra, gerenciamento da polícia e de agências de justiça. Eles começaram a se tornar significativos quando as transformações econômicas e sociais da segunda metade do século XIX desenvolveram agências públicas de caráter mais técnico, com o objetivo de prover serviços como educação, transporte, energia, etc, aos cidadãos, isto é, de satisfazer indivíduos privados direta e individualmente, transformando-os em algo assim como consumidores.

É assim que definimos o mercado, no qual oferta, demanda, serviço, satisfação, bens e clientes são noções relevantes. É, então, possível argumentar que a justificativa última do serviço público é "o serviço provido para o público" e, conseqüentemente, para a satisfação do consumidor. Essa formulação começou a ser usada para a relação vítima-justiça criminal na Inglaterra no início da década de 1980: no contexto de encolhimento do investimento público, era mais fácil para uma instituição como a polícia, por exemplo, justificar seu orçamento através da medição da satisfação de vítimas-consumidores, ao invés de taxas de resolução. (Tarling e Burrows, 1987).

No entanto, deve-se ter cuidado com a assimilação das categorias de mercado: enquanto consumidores têm alguma liberdade de movimento no mercado e a habilidade de deixá-lo, o "consumidor" da justiça criminal é mais freqüentemente refém; a existência de um setor de segurança privada não fornece o suprimento completo de justiça que os membros de uma comunidade geralmente esperam de seus soberanos: ou pior, essa assimilação tem o efeito perverso de trazer à tona o poder de compra desigual com respeito a esse "serviço", prejudicando assim a

legitimidade do provedor, o Estado, uma legitimidade na qual uma democracia precisamente estabelece a igualdade para os cidadãos.

Na verdade, apesar das evoluções doutrinárias e de jurisprudência, a tradição legal considera a justiça como uma daquelas funções públicas cuja legitimidade reside mais no fato de que ela tem mais a ver com o exercício do poder do que com os serviços prestados às pessoas, embora seja baseada na “demanda” de um corpo social como um todo. Se a antiga noção de autoridade pública encontrou refúgio em algum lugar, é definitivamente no sistema de justiça criminal, uma das funções de continuidade do Estado soberano.

Esse breve panorama da teoria legal mostra claramente que o conceito de Estado permeia profundamente a relação da vítima com o sistema de justiça criminal. Sobre isso, a história tem provavelmente mais a nos ensinar do que o discurso legal, o qual não passa, freqüentemente, de uma racionalização que reflete as práticas políticas.

### 3. Justiça criminal, justiça de Estado

Na Europa, a França tem representado melhor um projeto de centralização. O estabelecimento de um sistema de justiça criminal, junto com o controle do exército e das finanças, foi uma das principais contribuições – se não for a principal – para a construção do Estado moderno como uma entidade política centralizada com um alto grau de autonomia em relação à sociedade civil. A justiça criminal – em contraste definitivo com a justiça civil – não foi criada para “prover o benefício” da justiça para cidadãos tratados injustamente, mas para personificar a autoridade pública; sua matriz reside no crime de lesa-majestade e tem sempre funcionado como um instrumento político para garantir a soberania sobre o território. Sua implantação variou na forma e na velocidade, mas ao final da Idade Média, toda a Europa estava desenvolvendo formas de persecução conduzidas por representantes do Príncipe nos campos – fogo, sexo, derramamento de sangue, tudo combinado, ao final, em bruxaria, percebidos como verdadeiras ameaças à ordem política, religiosa e social.

Uma rápida comparação da França com a Inglaterra exemplifica o quanto, através de estratégias totalmente diferentes – a Inglaterra deixava seus cidadãos se encarregarem da persecução em nome da Coroa, enquanto a França estabe-

lecia uma rede de oficiais públicos diretamente ligados à autoridade real –, duas grandes monarquias foram bem-sucedidas em trazer a função de justiça criminal para a arena de poder do Estado, tanto que, em ambos os países, ao final do século XIX, a acusação criminal estava definitivamente nas mãos das instituições públicas: a polícia na Inglaterra (Hay e Snyder, 1989) e a Procuradoria Pública na França (Lévy, 1993).

Conseqüentemente, historicamente falando, o processo de justiça criminal existe quando a ação é instaurada em nome do soberano, e não em nome da vítima direta. Nesse ponto, a compensação em particular pelo crime torna-se secundária, o ponto principal tornando-se a punição ao ataque feito ao poder supremo. Do mesmo modo, a história da polícia<sup>5</sup> mostra que a força policial não foi criada para oferecer seus serviços às pessoas, mas para fazer a ordem da soberania reinar sobre o espaço público, criando, assim, a ordem pública no sentido moderno dos termos.

\* \* \* \* \*

A ligação intrínseca entre o sistema de justiça criminal e o Estado é, na verdade, a raiz da dificuldade em definir a natureza do serviço prestado, e até dos consumidores. Esse é um serviço concreto que consiste em dar fim à desordem causada pelo crime, em garantir que o criminoso não cause danos futuros, em compensar o mal experimentado pela vítima e, mais geralmente, em assegurar um certo grau de paz pública. Mas benefícios simbólicos são, também, importantes na produção da justiça criminal. Se aceitarmos a idéia de justiça criminal como uma institucionalização – embora historicamente datada – da “necessidade de justiça” inerente a todo grupo humano, podemos dizer que ela desempenha um papel essencial na definição do certo e do errado, marcando os limites de um grupo, reafirmando, assim, vínculos sociais.

Primeiramente, é muito importante reconhecer que vítimas não são os únicos agraciados com esses benefícios mais amplos. Em segundo lugar, não há acordo geral sobre o que a justiça, os limites do grupo ou a natureza dos vínculos sociais

---

5 Ver, por exemplo, William (1979).

devem ser: essas concepções dependem dos valores e representações de vários grupos sociais, os quais possuem diferentes definições de objetivos a serem atribuídos à justiça e conseqüentemente, dos serviços e benefícios de todos os tipos dela esperados. Concepções de justiça também estão ligadas a posições sociais e ao que essas posições implicam, muito concretamente, em termos de relações com as instituições que incorporam a justiça criminal. Historiadores, e ingleses em particular, mostraram claramente os conflitos sociais que se desenvolveram em torno do direito criminal. (Hay et al, 1977). Apesar do século XIX haver terminado com amplo consenso favorável à polícia, ataques violentos das classes mais baixas mostraram o quão profundamente estas discordavam do tipo de comportamento que aquela desejava que fosse controlado, como apostas, brigas, bebida, greves, etc, já que essas atitudes eram parte integrante de seus estilos de vida e de sua sociabilidade. (Storch, 1975, 1976; Weinberger, 1981; Davis, 1989). Um exemplo francês comparável ilustra como o controle da caça de animais foi, para os *gendarmes*, ocasião para fazer inimigos na sociedade rural na primeira metade do século XIX. (Estève, 2002). No presente momento, quando distinções sociais às vezes correspondem às distinções étnicas, como é o caso em muitos países industrializados do Hemisfério Norte que atraem imigrantes do Sul, conflitos com a polícia, especialmente em bairros imigrantes, assim como tratamento diferenciado na cômte criminal, são indicadores de que a justiça criminal, longe de produzir necessariamente um consenso, pode ser o cerne dos cismas mais profundos (Gibbon, 1997; Marshall, 1997; Tonry, 1997), e assim, a dificuldade em determinar quem são os consumidores se remete à dificuldade em definir quais serviços deveriam ser providos.

Concluindo, a descrição das relações das vítimas com a justiça criminal em termos de consumidores de um serviço público parece ser suficientemente problemática para justificar a busca de algum outro enquadramento conceitual. Chegaríamos a dizer que, antes de prover um serviço, a justiça criminal, devido aos seus vínculos com a autoridade do Estado, é um recurso regulatório usado em conflitos entre atores sociais: vítimas recorrem ou não a isso, dependendo de suas próprias estratégias particulares. São como usuários da justiça criminal – será assim, então, que nós as trataremos.

Uma vez mais devemos nos remeter à história. O fato de que o controle através da justiça criminal era um elemento de emergência do Estado soberano do

final da Idade Média e que continuou até os tempos modernos não nos diz nada sobre o peso da justiça criminal na arena social através dos séculos, durante os quais o Estado foi sendo construído na Europa.

#### 4. Justiça criminal no centro e nas periferias da sociedade.

Na França, sob o Antigo Regime, a justiça do Estado não possuía infra-estrutura, finanças e policiamento reais e, como tal, nada tinha a ver com a regulação comum do comportamento. A economia desse sistema, com suas forças mínimas, requeria que estas fossem usadas com grande moderação e, na verdade, a justiça do rei aparentemente fez o esforço de tentar dissuadir as pessoas de fazerem queixas: altos custos, decisões arbitrárias e resultados incertos, em lugar de incentivar pessoas a inventarem soluções de conciliação com sua própria comunidade ou levarem seus conflitos a agências menos formais. A justiça do rei servia como uma ameaça, a ser usada com cautela, com discernimento, para apoiar a posição de barganha de uma pessoa, e somente como último recurso, caso as tentativas usuais de mediação tenham falhado. No final do século XIX, toda vez que a crise das regulações da comunidade levava as pessoas a recorrerem à ação legal, esta era exercida por grupos – ricos artesãos, homens-de-bem do interior –, que a usavam como uma maneira de ascender socialmente, quando o escopo costumeiro de influência não dava a eles esperança de um acordo rentável. (Castan, 1980).

O uso da justiça criminal como uma estratégia também foi claramente documentado na Inglaterra, onde o sistema que tornava qualquer inglês um verdadeiro promotor oferecia enormes possibilidades para mover uma ação: no interior, entre servos e fazendeiros acerca de salários; fazendeiros e senhores de terra sobre caça e pesca ilegal; em locais industriais; entre donos de fábricas sobre imitações fraudulentas; entre donos de fábrica e trabalhadores sobre pequenos furtos; entre trabalhadores sobre violência mútua. Em muitos casos, nada foi levado adiante, pois a vítima só tinha a intenção de intimidar ou causar confusão, sem insistir muito na sua posterior persecução.

Em suma, voltar-se à justiça criminal era apenas uma dentre as muitas alternativas usadas para obter satisfação em um conflito; a disputa, simplesmente, era representada em uma cena diferente, com a vítima comandando o início do espetáculo de acordo com seus próprios interesses.

O que restou desse uso estratégico da justiça criminal? Redes locais tradicionais de solidariedade dissolveram-se gradualmente e, com elas, a pressão da comunidade para resolver disputas informalmente. Afinal, com quem uma pessoa procuraria acordo? Crimes contra o patrimônio, o crime mais comum entre os cidadãos, são massivamente cometidos por autores desconhecidos. A grande maioria desses casos nunca é esclarecida, permanecendo, assim, sem perseguição. Qual é, então, para a vítima, o sentido de recorrer ao sistema de justiça criminal?

## 2. UMA PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO CRIMINAL NA REGIÃO DE ÎLE-DE-FRANCE

Essa questão é o que pesquisas de vitimização podem explorar, e essa é a primeira direção para a qual nós nos orientamos na França: pôr em evidência um ator desconhecido da cena penal, a vítima. Quem são as vítimas, qual é o contorno social dessa população afetada pelo crime, como os cidadãos lidam com o problema de arrombamentos, roubo de carro ou furtos dos quais eles tenham sido vítimas? Dentre várias opções às quais eles podem recorrer, há, claro, o sistema de justiça criminal e, mais especificamente, as agências de polícia.

Vamos, agora, explorar várias dimensões dos comportamentos e atitudes das vítimas de crimes violentos e contra o patrimônio com relação às agências de polícia, considerando que estas representam, na imensa maioria dos casos, a totalidade do que as vítimas podem encontrar no sistema de justiça criminal.

Nossas análises focarão a pesquisa de vitimização e insegurança realizada com a população de Île-de-France<sup>6</sup> (Grande Área de Paris). O questionário aplicado durante janeiro e fevereiro de 2001 entrevistou uma amostra representativa de 10.404 indivíduos de 15 anos ou mais<sup>7</sup> sobre nove tipos de crimes dos quais eles tenham sido vítimas em 1998, 1999 e 2000: agressões comuns, agressões sexuais e "violência doméstica" (isto é, agressão realizada por pessoas que vivem com as

6 Essa área foi comissionada pelo conselho da Grande Paris como um corpo eleito em nível regional.

7 Representando 8,75 milhões de pessoas, do total de 11 milhões da população total da região. A amostra foi selecionada através de dois procedimentos aleatórios, o primeiro dentre os domicílios de cada departamento (uma divisão administrativa básica do território francês. A região de Île-de-France inclui oito delas, mais a cidade de Paris), e depois uma pessoa por domicílio.

vítimas), arrombamentos na casa principal<sup>8</sup>, furto de carro, furto de de itens do carro, vandalismo de carro e furto de motos e bicicletas. As vítimas foram especificamente perguntadas sobre o número de crimes que foram cometidos contra elas, sobre as circunstâncias e repercussões; sobre a ação tomada subsequente-mente, como a notificação. Toda a amostra foi questionada sobre suas opiniões e atitudes; suas preocupações com segurança; seus medos em relação ao crime; sua vizinhança e seu estilo de vida; e, por fim, o seu perfil demográfico e socioeconômico e o de seus domicílios. As entrevistas foram conduzidas por telefone no início de 2001, usando os procedimentos do CATI<sup>9</sup>.

\* \* \* \* \*

A não-notificação à polícia é a atitude mais comum de uma vítima. Isso explica a diferença, geralmente significativa, entre o nível de crime estimado nas pesquisas e aquele mostrado pelas estatísticas policiais. Por isso a importância de identificar tais casos que permanecem desconhecidos da polícia e explorar as razões e os motivos que afastam as pessoas das autoridades. Vítimas podem permanecer em silêncio porque não vale a pena reportar o incidente; elas podem adotar essa atitude porque não acreditam na eficácia da polícia ou por algumas outras diferentes razões. Por exemplo, as vítimas podem pensar que se trata de um assunto pessoal, o qual não concerne às instituições governamentais, ou por temerem a represália por parte do autor.

Se uma vítima decide informar a polícia, podemos tentar distinguir entre o caso no qual uma pessoa presta uma *queixa* formal e o caso no qual uma pessoa não vai tão longe (restringindo-se a telefonar em um determinado momento, mas desistindo antes de realmente ir à polícia ou à estação da *gendarmérie*<sup>10</sup> para

8 Distintas de casas secundárias, como casas de campo, bastante numerosas na França.

9 Computer Assisted Telephone Interviewing (Entrevista por Telefone Auxiliada por Computador): usando essa tecnologia, os entrevistadores digitam as respostas recebidas por telefone diretamente no computador. O questionário é um programa de computador que especifica as questões, estrutura e limita respostas e instruções possíveis para a navegação no questionário.

10 As forças policiais francesas compreendem duas agências principais, ambas com competência geral e alcance nacional: a Police Nationale, que tem status civil, e a Gendarmerie Nationale, que, possuindo status militar, difere consideravelmente da PN em seu status e organização, mas cujas principais atribuições em tempos de paz possuem caráter de policiamento.

prestar a queixa formal). O ato do policial registrar seu depoimento também pode desencorajá-la a prestar queixa. Chegar a registrar queixa depende muito do que motiva a vítima e de suas expectativas, seja para garantir que o criminoso seja punido; para evitar a repetição do crime; cumprir um dever cívico; recuperar um bem perdido ou facilitar o pedido de reembolso da empresa de seguros.

Na pesquisa de vitimização de Île-de-France, a decisão de reportar a agressão foi analisada em três níveis: o primeiro foi o crime reportado à polícia ou à *gendarmerie*; segundo, se não foi reportada, qual era a lógica implícita que apoiava a não-notificação e; terceiro, se foi reportada, a queixa prestada foi formalizada? Por fim, quarto, também estávamos interessados na avaliação da vítima acerca da instituição na qual ela prestou sua notificação.

### 1. Reportar, não-reportar

Um indivíduo que acredita ter sido vítima de um crime deve decidir se reporta o incidente para as autoridades responsáveis pela investigação, na prática, à polícia ou à *gendarmerie*. A porcentagem de casos reportados varia de uma vitimização para outra.

**Tabela 1 – Taxa de notificação e outras informações policiais**

status de notificação	vitimização								
	agressão	agressão sexual	violência doméstica	furto a pessoas	arrombamento da casa	furto de carro	furto de itens do veículo	vandalismo de carros	furto de ciclos
notificação	38,41 <sup>11</sup>	31,3	31,1	48,8	65,2	69,9	48,9	31,9	48,9 <sup>12</sup>
polícia informada de outra maneira	6,0	3,0	6,7	1,0	5,0	3,7	1,7	1,5	1,2

Fonte: Pottier, Robert, Zauberman (2002)

Escopo: População de Île-de-France de 15 anos ou mais, 1998-1999-2000, vitimizações em Île-de-France.

11 Essa taxa aumenta para 43,25 % para roubos e cai para 32,4% para violência simples.

12 Essa taxa aumenta até 66,2% para furto de motos e cai para 41,2% para furtos de bicicleta.

Se a vítima se abstém de notificar, poucos são os casos nos quais as autoridades policiais são informadas do crime através de outros canais (ver tabela 1). Mas quando a polícia já sabe a respeito da vitimização, isso não é sempre resultado de sua proatividade: uma terceira parte pode tê-la informado, como é possivelmente o caso de violência de rua interpessoal ou de alguns arrombamentos de casa – de casas de campo, por exemplo –, reportados por um vizinho antes mesmo do dono saber do infortúnio. Via de regra, no entanto, a polícia é informada pelas vítimas sobre roubos e violência, e não por sua própria atividade: uma quantidade considerável de pesquisas evidenciou, há muito, que enquanto crimes sem vítimas são descobertos pela polícia por sua ação proativa, o resto dos crimes é altamente dependente da notificação das vítimas. (Bottomley e Coleman, 1981).

Procuramos explicar as razões para essa questão crucial entre reportar e não reportar através de uma análise de regressão logística para cada vitimização<sup>13</sup>.

13 As variáveis selecionadas para essas análises podem ser agrupadas em diferentes categorias. Aquelas que descrevem o incidente (localização temporal e geográfica, seriedade, tentativa, pedido de seguro); as variáveis demográficas e socioeconômicas (sexo, idade, grau de escolaridade, afinidades políticas, renda do domicílio, tamanho do domicílio, grupo ocupacional); variáveis de vizinhança (tipo de residência, opinião sobre a vizinhança, zona geográfica, bairro carente); variáveis relativas à atitude como opinião sobre problemas sociais. Para a vitimização pessoal, investigamos medo em casa e medo fora de casa, sozinho e após o anoitecer, assim como preocupações com segurança. Todas essas variáveis foram dicotimizadas e, para cada uma delas, a modalidade de referência selecionada foi aquela que minimizava o incidente.

**Tabela 2 – Notificação à polícia; análise de regressão log-linear: odds ratio**

agressão	
grande perda financeira	4,1
contexto ocupacional	4,2
perda mínima	3,5
dano físico sério	3,4
roubo	2,2
ocorreu na vizinhança	2,0
subúrbios (fora do Círculo) sub-vitimizados*	1,8
uso de armas	1,5
vítima vivia sozinha no domicílio	0,6
vítima vivia em zona urbana isenta de taxa	0,3

\* A região de Île-de-France pode ser desenhada como uma série de círculos concêntricos, com Paris no centro e dois círculos ao redor: um interior e outro exterior.

furto a pessoas		arrombamento de casa		furto de carro	
documentos, dinheiro, bolsa	12,7	grande perda financeira	4,8	grande perda financeira	5,2
telefone celular	4,5	segunda casa	2,8	furto consumado	4,5
grande perda financeira	2,3	vítima vivia em cidade isolada	2,8	ocorreu em garagem privada	2,0
ocorreu em espaços privados	1,8	perda sentimental	2,5	perda mínima	2,0
causa do crime: ausência de valores morais	0,6	vítima lamentava a invasão	2,2	vítima vivia na franjas urbanas	2,0
vítima entre 20 e 29 anos	0,6	perda mínima	2,1	vítima pensionista	1,9
vítima entre 15 e 19 anos	0,5	vítima vivia em vizinhança carente	1,8	vítima vivia na estrada principal da cidade	1,9
		vítima pensionista	1,7	vítima envolvida com a comunidade local	1,8
		renda mensal entre 2200 e 3800 euros	1,4	ocorreu em garagem fechada	1,5
		presença de drogas na vizinhança da vítima	0,6	subúrbios (fora do Círculo) sub-vitimizados	1,3
		ocorreu no anexo da residência	0,4	ocorreu na estação do trem	0,6
		vítima não fazia parte de força de trabalho	0,4	ocorreu no lugar do lazer	0,5

furto de itens do veículo		vandalismo de carros		furto de ciclo	
grande perda financeira	6,7	grande perda financeira	7,3	furto consumado	7,9
bem furtado não recuperado	2,7	ocorreu em garagem privada	2,9	moto	6,8
perda mínima	2,4	ocorreu em garagem privada	1,9	scooter	6,5
furto de itens dentro veículo	2,3	ocorreu em garagem fechada	1,8	bicicleta motorizada	5,6
ocorreu em garagem privada	2,0	vítima vivia em cidade isolada	1,7	grande perda financeira	2,4
ocorreu em garagem fechada	1,8	renda mensal entre 2200 e 3800 euros	1,4	vítima pensionista	2,2
ocorreu no lugar do lazer	1,7	vítima vivia em vizinhança barulhenta	1,3	vítima vivia em "New Towns"	2,0
furto consumado	1,3	vítima vivia em habitação social	0,7	ocorreu em garagem privada	1,7
vítima vivia em vizinhança carente	1,3	vítima era executivo(a)	0,7	renda mensal entre 2200 e 3800 euros	1,4
Parisienses super-vitimizados da parte NE e central	0,7	ocorreu na rua	0,7	ocorreu na vizinhança	0,6
ocorreu na vizinhança	0,7	causa do crime: estrangeiros demais no país	0,6	Parisienses super-vitimizados da parte S e SO	0,5
vítima vivia em zona de reabilitação urbana	0,7	vítima era trabalhador autónomo	0,4	renda mensal < 750 euros	0,4
renda mensal < 750 euros	0,5	ocorreu no shopping mall	0,3		

## a) Vitimização do patrimônio

Com relação ao crime contra o patrimônio, a tabela 2 mostra claramente o quanto a gravidade do crime tem impacto na notificação: para todos os tipos de delitos envolvendo veículos, as chances de haver notificação do incidente são quatro, cinco, seis, até sete vezes maiores, dependendo se a vítima considera o dano sério, se o roubo foi concluído ou se só houve tentativa, ou se o carro foi recuperado ou não. No caso de veículos de duas rodas (ciclos), aqueles crimes relativos aos mais valorizados – veículos motorizados – são geralmente reportados à polícia.

Se deixarmos de lado os carros e dirigirmos nossa atenção a arrombamentos de casa, é sempre a mesma lógica "funcional" que leva à notificação: suas chances são multiplicadas por quase 5 se o dano for considerado mais sério, e por quase 2 se for considerado moderado. Mas um importante detalhe deve ser levado em consideração: se o invasor roubou algum item de valor sentimental para a vítima, então as chances de notificação são aumentadas por 2,5 vezes, mesmo se a perda financeira for menor. Na verdade, a estimativa do dano é sempre subjetiva, e o padrão varia de acordo com a renda da vítima. No entanto, ser roubado em casa, mesmo que de uma jóia modesta, mas que pertenceu a uma avó, é uma perda simbólica que não pode ser contabilizada em Euros.

A complexidade da avaliação da gravidade do arrombamento da casa é devido à sua natureza dual – ao mesmo tempo, furto e invasão do domínio privado de alguém, em um local onde essa pessoa não somente guarda seus haveres, aos quais é apegada, mas também que é destinado à sua segurança pessoal. Aqueles que foram particularmente traumatizados por essa invasão mostram maior propensão a ir à polícia. De fato, além do arrombamento propriamente dito, a sensibilidade à violação do espaço privado não está ausente: se o furto de carro ou vandalismo ocorreram em uma área fechada de estacionamento, as chances de notificação<sup>14</sup> aumentam; o mesmo se aplica a furtos às pessoas sem violência, os quais apresentam maior probabilidade de serem reportados se perpetrados em um espaço privado individual.

---

14 Diversamente, a chances são menores quando, sendo todo o resto igual, o furto de veículo ocorre em um local "público", um estacionamento de estação de trem ou um centro de recreação.

Na última vitimização, notamos mais uma vez o papel-chave da gravidade do dano, mas isso é menos conclusivo do que a natureza dos objetos furtados: geralmente, no que se refere a furto a pessoas sem violência, os valores financeiros envolvidos são menos importantes do que no caso de furto de carro ou arrombamento de casa, sendo mais importante prevenir o uso fraudulento de documentos de identificação, cheques, cartões de crédito e até mesmo telefones celulares<sup>15</sup>.

Se adicionarmos isso – na verdade, a primeira variável associada com notificação é o pedido de indenização à empresa de seguros –, a pista que temos é que a lógica compensatória da notificação predomina no caso de vitimização ao patrimônio. A análise de correspondência realizada a partir das questões acerca do incidente, as características das vítimas, suas percepções sobre o ambiente onde moram e suas opiniões confirmaram o seguinte: a tipologia dela resultante delinea um perfil no qual a não-notificação caminha lado a lado com a ausência de dano e tentativas de furto frustradas.

Ademais, há outros fatores menores associados com a notificação e ligados a características da vítima ou à sua vizinhança, mas suas interpretações não são fáceis. No caso de pessoas aposentadas, as chances de notificação para toda uma série de vitimizações são maiores. Esse fato ocorre por possuírem mais tempo para lidar com os procedimentos oficiais? Por darem maior importância à proteção de suas propriedades? Ou por serem mais facilmente perturbados agora do que quando estavam trabalhando? Notamos que os aposentados tendem a informar as autoridades mais prontamente se estiverem envolvidos com a vida da comunidade; renda confortável também tem o mesmo efeito. Diversamente, uma renda mais baixa é um impeditivo para os indivíduos reportarem o crime; isso também se aplica aos moradores de habitações sociais e de bairros carentes. Todas essas observações parecem sugerir que uma integração social adequada conduz à notificação, enquanto insegurança é uma barreira. Deixe-nos, no entanto, matizar essa afirmação: uma agenda muito cheia e ocupada (executivos, autônomos) não leva à notificação às autoridades, ao menos se o incidente tem relativamente pouca importância (vandalismo de carro). Do mesmo modo, aqueles que vivem nos arredores externos da área da Grande Paris estão mais dispostos a informar

---

15 Nesse ponto, a questão é meramente sobre furtos, não roubo com violência, que será discutido adiante quando tratarmos da violência, propriamente.

à polícia (furto de carro estacionado ou vandalismo de carro), enquanto parisienses estão mais suscetíveis a ignorar o incidente (furto de carro estacionado ou de veículos de duas rodas). Isso é devido às peculiaridades da vida na capital ou à organização da polícia de Paris que, à época desse estudo, não facilitava a prestação de queixas?

## **b. Vitimização violenta**

Quando se trata de violência pessoal, os determinantes da notificação mudam inevitavelmente. Na notificação da violência, a lógica dual parece funcionar, por um lado, devido à gravidade do incidente e, por outro, ao contexto da ocorrência do crime. Já que mais da metade dos casos de violência são roubos, ou tentativas, a existência de dano material aumenta as chances de notificação (por 4,1 vezes se são graves, e por pelo menos 3,5 vezes, mesmo quando são menores). Mas a gravidade também significa dano físico e possivelmente, mesmo com efeito menor, uso de arma.

Se por outro lado trata-se de uma agressão pura e simples, há diferença entre um incidente no contexto de trabalho, o que pode multiplicar as chances de notificação em mais de quatro vezes, e uma briga em zonas urbanas carentes, onde os delitos geralmente são subnotificados. Entretanto, se a violência incidentalmente causa dano corporal real, essa única circunstância conduz fortemente à notificação, apesar do contexto do fato.

Por último, não há nada de surpreendente sobre os determinantes da notificação: dano material em casos de crimes contra o patrimônio (incluindo roubos), dano físico em caso de violência. O que devemos lembrar é que a avaliação do dano pode, às vezes, ir além da consideração da perda material, que invasão do domínio privado (mesmo em um sentido amplo) pode influenciar a decisão de notificação, e finalmente, que o contexto do ato violento pesa na decisão de reportar ou não.

## 2. Subnotificação cética ou funcional

À primeira vista, não há nada mais a acrescentar com relação a vítimas que não foram à polícia: parece que nada esperam da instituição. No entanto, ao examinar

as razões dadas para justificar essa abstenção as coisas parecem mais complicadas: além das vítimas (a maioria) que tomaram a decisão com base na trivialidade do incidente, há outras pessoas que tiveram motivos suficientes (mas que foram desviados por outras considerações) para abordar as instituições criminais.

Para esclarecer essas distinções, submetemos cada vitimização a uma análise de correspondência. Como variáveis ativas, cruzamos as razões para a não-notificação, de um lado, e de outro, questões relativas ao incidente em particular, as características das pessoas entrevistadas, suas avaliações com relação ao ambiente de moradia e suas opiniões.

Com relação aos crimes de dano patrimonial, há uma diferença marcante entre as vítimas que se abstiveram de maneira bastante funcional (não valia a pena notificar) – as pessoas não sofreram qualquer dano, na maioria das vezes foi somente uma simples tentativa – e aquelas cuja abstenção foi paradoxal: o incidente não é irrelevante, a polícia ou a *gendarmarie* deveriam logicamente ser informadas; se as vítimas não o fizeram é porque são céticas com relação às habilidades das instituições em lidar eficazmente com seus problemas (eles não ajudariam). Essa estrutura está bastante em evidência no caso de incidentes com carros, mas também é encontrada em casos de arrombamento. No que se refere à não-notificação funcional, concluímos que as pessoas envolvidas são ricas – níveis mais altos de renda, bairros calmos e confortáveis – e possuem razoável confiança na polícia de seu país, mas sentem que é inútil incomodá-la por tão pouco. Por outro lado, encontramos a abstenção paradoxal entre as vítimas cujo status é socialmente inseguro (ou considerado instável), especialmente os desempregados, que geralmente vivem em um ambiente social e urbano carente e que têm dificuldades em lidar com essa situação; eles obviamente perderam toda confiança nas instituições criminais do Estado, ao ponto de alguns deles não prestarem queixa e ainda contactarem sua companhia de seguros para o reembolso. Já encontramos, em outras pesquisas, essa divisão entre abstenção de notificação esperada e não-esperada, justamente em relação a arrombamentos de casas<sup>16</sup>. Claro que há também o caso no qual a razão dada para que se permanesse em silêncio era "Isso nada tem a ver com a polícia".

Violência doméstica, violência sexual, violência comum: para cada um desses

---

16 Robert, Zauberman, Pottier, Lagrange, 2001, 162-163.

tipos de vitimização a natureza trivial do incidente pode fazer com que a vítima não entre em contato com as autoridades, mas a essa observação geral, dois outros comentários devem ser feitos:

- No caso de violência doméstica, notamos uma diferença entre aqueles que não reportaram porque o ataque foi inofensivo e aqueles que são céticos com relação às instituições públicas. No geral, no segundo caso, as pessoas residem em bairros carentes e segregados.
- Outra variável tem papel central, específico à violência: quando a vítima e o agressor se conhecem, a escolha entre reportar e não reportar cai no escopo da estratégia relacional, a qual, por outro lado, não tem significado no anonimato que caracteriza a maior parte dos crimes contra o patrimônio. Isso logicamente explica a baixa taxa de notificação de violência entre pessoas que se conhecem, mas isso também é verdade para agressão sexual ou comum quando nos deparamos com o perfil das vítimas que, apesar da gravidade da vitimização que sofreram, não a reportam por medo de represália.

Tudo isso dito, há uma abstenção "lógica" quando a vitimização é insignificante. Já em outros casos, o comportamento de abstenção pode ser paradoxal: as circunstâncias do crime justificariam a notificação, mas o ceticismo da vítima em relação às instituições a impede de reportá-lo.

### 3. Reportar somente ou prestar uma queixa formal?

Deixemos de lado as vítimas que não notificam à *gendarmérie* ou à polícia, e voltemo-nos àquelas que reportam o crime: tentar diferenciá-las com base nas razões que as mesmas deram para explicar seu ato não nos trouxe resultados conclusivos. No entanto, há, entre aquelas que reportam, uma divisão: as que perseveraram, através da prestação formal de queixa, e as pessoas que desistem no meio do caminho. As últimas representam meramente uma minoria, cerca de 10,0%. No entanto, essa proporção aumenta para 17,0% no caso de furtos a pessoas, 20,0% no caso de violência doméstica e 25,0%<sup>17</sup> no caso de violência sexual; diversamente, apenas 6,0% das vítimas de arrombamento que foram à polícia

---

17 Representam 5 casos.

não prestaram queixa formal. Vale acrescentar que a notificação abortada nunca está super-representada dentre aqueles que vão à polícia com o objetivo de punir o agressor ou obter reembolso. Encontramos um excesso dessas atitudes não consumadas entre as pessoas que disseram que reportaram para obter ajuda, porque isso deve ser feito ou por outro motivo.

Tentamos, assim, chegar aos fatores determinantes que impulsionam uma pessoa a escolher a opção de queixa formal através da análise de regressão logística das características de cada vitimização, das vítimas e suas opiniões<sup>18</sup>, e incluímos, além disso, suas motivações para a notificação.

A tabela 3 mostra que existe, dentre as variáveis que aumentam a chance de prestar uma queixa, uma hierarquia de motivos para a notificação, que pode mudar de acordo com o tipo de caso.

Pedido de reembolso é o motivo mais importante na maioria das vezes, quando o dano financeiro é uma consequência do crime, como é o caso com crimes que envolvem carros. Punir o autor vem em segundo lugar, às vezes até em primeiro, especialmente quando o crime contra o patrimônio não implicou grande perda financeira (furto a pessoas ou furto de bicicletas). Esse motivo é mais importante quando há dessacralização do espaço privado ou quando há encontro face a face entre a vítima e o autor, como acontece com arrombamentos. Outra variável associada a esse motivo é a forte preocupação com crimes como problema social.

**Tabela 3 – Queixas formais prestadas pelas vítimas; análise log-linear: odds ratio**

agressão	
motivação: dever de reportar	101,9
motivação: punição	55,2
dano físico sério	27,0
ferimento	13,4
domicílio com 3 a 5 pessoas menores de 18 anos	2,9
presença policial insuficiente	2,6

18 As variáveis são as mesmas descritas na nota 13; acrescentamos as razões para reportar tomando por base de referência os casos nos quais as razões não estão muito claras.

furto a pessoas		arrombamento de casa		furto de carro	
roubo concluído	5,0	motivação: reembolso	11,7	motivação: reembolso	15,7
motivação: punição	2,3	motivação: punição	7,0	motivação: dever de reportar	12,8
		motivação: dever de reportar	6,4	motivação: punição	10,2
		contexto do trabalho	4,3	ocorreu no shopping mall	10,2
		vítima vivia no centro da cidade	2,2	ocorreu na rua	10,2
				vítima vivia em zona urbana isenta de taxa	3,5
				Parisienses super-vitimizados da parte NE e central	2,0
		grande perda financeira	1,5		

"Você deve fazer isso" e "É seu dever de cidadão" geralmente vêm em terceiro lugar, mas algumas vezes ultrapassam punição. No caso de arrombamentos, isso provavelmente se refere ao drama da invasão da esfera privada. Mas a resposta "É seu dever reportar" também possui papel importante na decisão de prestar queixa formalmente quando se trata de crimes envolvendo carros, merecendo mais reflexões: nessa pesquisa em Île-de-France, criamos uma chamada tipologia

furto de itens do veículo		vandalismo de carros		furto de ciclo	
vítima vivia há muito tempo na vizinhança	2,1	motivação: reembolso	6,6	motivação penal*	2,9
motivação: reembolso	1,9	motivação: punição	3,5	roubo consumado	2,8
grande perda financeira	1,9	Parisienses super-vitimizados da parte NE e central	3,3	vítima vivia no centro da cidade	2,0
vítima vivia em prédio de apartamentos	1,9	motivação: dever de reportar	2,1	motivação: reembolso	2,0
subúrbios (fora do Círculo) sub-vitimizados	1,8	presença policial insuficiente	1,9		
ocorreu em garagem fechada	1,8	grande perda financeira	1,7		

\* mistura de punição e dissuasão.

geossocial<sup>19</sup>. Um dos grupos delineados por essa tipologia inclui respondentes que vivem nas vizinhanças dos subúrbios onde as residências típicas são financiadas, e onde os habitantes reclamam de barulho, vandalismo, drogas e jovens nas ruas; para esses respondentes, o crime representa uma preocupação social, assim como um problema pessoal (temem crimes em suas casas, bem como ao andar nas ruas

19 Essa tipologia distribui os respondentes em classes discretas, cada uma combinando variáveis de avaliação do bairro, de status socioeconômico, residenciais e de vizinhança, resultando não em uma divisão de espaço, mas em tipos de população.

de seus bairros). Esse grupo é particularmente super-vitimizado por crimes contra carros. A partir disso, a resposta "Você deveria reportar" poderia ser interpretada como uma resposta de tolerância zero nessas áreas-problema urbanas, onde o crime de carros aparece como o ponto focal do sentimento de insegurança.

"Você deve fazer isso", no entanto, multiplica mais dramaticamente as chances de prestar uma queixa formalmente quando se trata de crime violento, ficando a punição do autor – apesar de seu efeito multiplicador impressionante – em segundo lugar. Os casos (muito raros) de violência grave obviamente pressionam a vítima a prestar a queixa formalmente. Mas o alto escore dos motivos dever e punição sugerem que esse movimento vai além desses limites estreitos: mesmo agressores de violências menores deveriam ser punidos, pois qualquer violência mínima não dever ser tolerada. A exasperação impulsiona as vítimas a notificar.

Outras variáveis explicam o porquê de muitos indivíduos chegarem a prestar a queixa. Alguns se baseiam nas circunstâncias do ato, sendo estas indicadores da sua gravidade. A gravidade do dano aumenta, então, as chances da queixa formal ocorrer (para furto de carros, furto de itens de carros estacionados e vandalismo de carro). Um crime consumado funciona da mesma maneira para furtos de veículos de duas rodas ou furtos de pessoas. No caso da violência, uma incapacidade total de trabalhar<sup>20</sup> temporária, ou mesmo danos menores ou um roubo associado aumentam as chances de queixa formal entre aqueles que se dirigem à polícia.

Resumindo: as vítimas reportam os incidentes mais sérios. Com respeito ao crime contra o patrimônio, é a importância da perda material que motiva a notificação; no caso de violência, a gravidade do dano físico é um fator significativo para a notificação, mas em combinação com o tipo de violência, que encoraja ou desencoraja a notificação.

No entanto, alguns se abstêm não por causa da trivialidade do crime, mas por causa de seu ceticismo com relação às instituições. Eles perderam a confiança na habilidade destas em socorrê-los. E não nos surpreenderíamos por encontrar esse tipo de sentimento nas zonas urbanas, especialmente entre as categorias com maior desvantagem social. Dentre aqueles que notificam, os motivos de reembolso dominam – ao menos para os crimes contra o patrimônio. Mas quando se trata

---

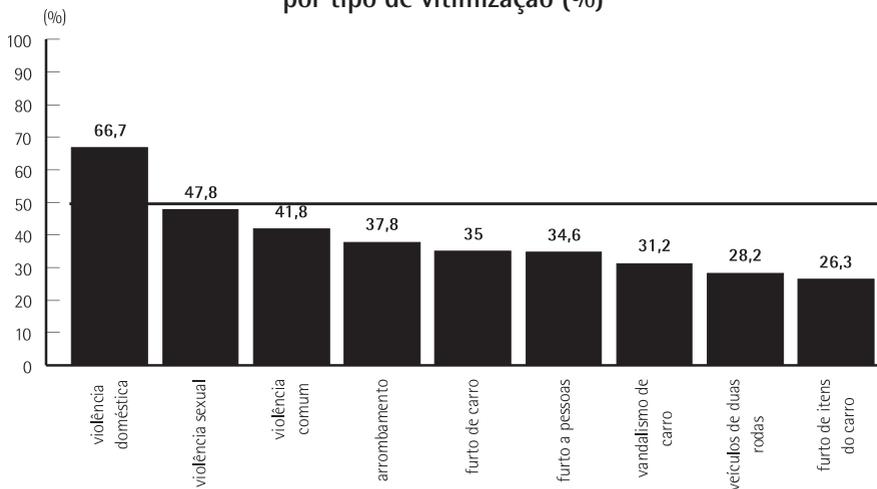
20 Na lei criminal francesa, uma incapacidade que excede 8 dias é um critério formal entre agressões menores e mais sérias.

de invasão de casas com forte impacto emocional, ou de furto em seu próprio bairro, próximo a sua casa, ou mesmo um crime relacionado com carros no qual o autor entrou forçosamente na casa (por exemplo, invadindo pela garagem), então a "política penal" concernente (dissuasão, punição) emerge, isto sem mencionar o caso no qual a recusa em deixar passar mesmo crimes menores leva à notificação de qualquer maneira.

#### 4. Satisfeitos ou insatisfeitos

Poucas vítimas, quando entram em contato com a *gendarmérie* ou com a polícia, declaram que, no final, estão satisfeitas com a ação dessas instituições (Figura 1): a proporção varia de 25,0% a 40,0%. No patamar mais alto (67,0% das vítimas) está a violência doméstica, um caso no qual os raros exemplos de notificação apresentam a peculiaridade de dar à polícia um caso esclarecido, no qual a agressão e o agressor estão reunidos, ou seja, uma situação bastante excepcional, se comparada com a maioria das outras vitimizações. A taxa de satisfação é, ao contrário, a menor para furtos de itens do veículo e de veículos de duas rodas; mal excede um terço no caso de furtos a pessoas sem violência, vandalismo ou furto de carro. É assim no caso de violência (comum ou sexual), em que quase metade das vítimas se declara satisfeita.

**Figura 1: Proporção de vítimas satisfeitas com a polícia, por tipo de vitimização (%)**



Esses resultados, como julgamentos concretos das vítimas de uma interação específica, sobre um caso específico, diferem bastante das ótimas taxas de popularidade encontradas em pesquisas não-amostrais realizadas na França, que se contentam com perguntas totalmente abstratas acerca da satisfação com as agências de polícia<sup>21</sup>.

É certamente importante identificar as variáveis que são específicas do incidente, do seu contexto, da maneira como a polícia agiu, e das características sociais e ideológicas da vítima, as quais estão ligadas à avaliação positiva da ação policial. As razões de chance da regressão logística<sup>22</sup> (tabela 4) mostram que as variáveis que maximizam as chances de uma vítima de se declarar satisfeita com a ação policial em relação a uma vitimização reportada estão relacionadas com a maneira como o caso foi tratado, sua solução e também com a informação dada à vítima e a receptividade encontrada por ela na delegacia.

21 Para um resumo relativamente antigo de um estudo de satisfação, ver Gorgeon, 1994; para um exemplo mais recente, ver uma pesquisa postada no site da Prefecture de Police de Paris, <http://www.prefecture-police-paris.interieur.gouv.fr/documentatio/comminiques/eppercent5Fifop.htm>

22 Essas análises de regressão logística se referem apenas a indivíduos que tiveram contato com a polícia ou com a *gendarmérie*. As variáveis selecionadas são as mesmas usadas para explorar a decisão de notificar ou não notificar, ver nota 13.

**Tabela 4 – Satisfação com a polícia; análise log-linear: odds ratio**

agressão	
informação de andamento	8.0
caso resolvido	3.4
receptividade na delegacia	3.3
causa do crime: estrangeiros demais no país	3.2
vários agressores	2.1
motivações penais*	0.5
vítima não recebeu tratamento melhor do que do autor	0.4
queixa formal	0.3

\* mistura de punição e dissuasão

furto a pessoas		arrombamento de casa		furto de carro	
receptividade na delegacia	7.8	receptividade na delegacia	7.8	caso resolvido	7.0
caso resolvido	6.1	informação de andamento	3.9	informação de andamento	5.9
informação de andamento	4.3	caso resolvido	3.6	receptividade na delegacia	3.3
vítima com escolaridade fundamental	2.6	vítima pensionista	1.8	renda mensal < 750 euros	3.2
medo de sair à noite	1.9	vítima vivia há muito tempo na vizinhança	1.7	vítima vivia em zona urbana de reabilitação	1.5
		vítima vivia no centro da cidade	1.6	vítima era executivo(a)	1.4
		presença policial insuficiente	0.7	vítima vivia em vizinhança carente	0.6
		vítima não recebeu tratamento melhor do que do autor	0.6	bem furtado não recuperado	0.5
		grande perda financeira	0.6	vítima não recebeu tratamento melhor do que do autor	0.5
		Parisienses super-vitimizados da parte NE e central			

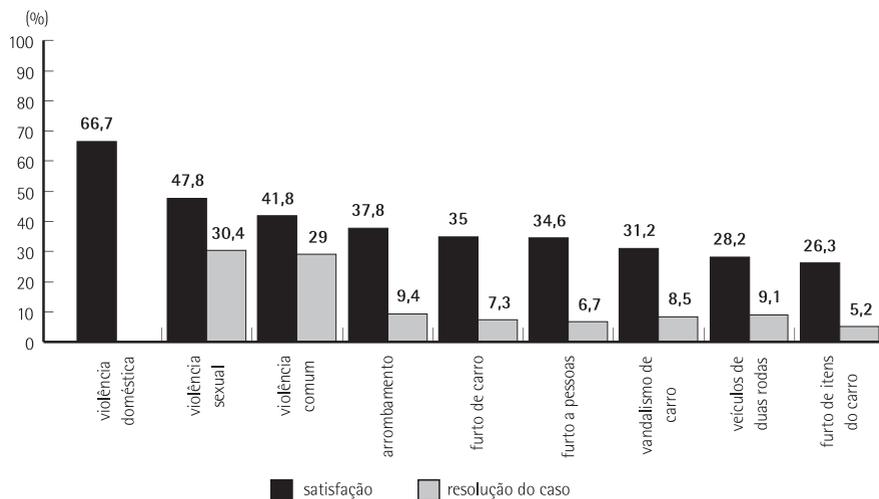
furto de itens do veículo		vandalismo de carros		furto de ciclo	
caso resolvido	6.0	caso resolvido	5.5	informação de andamento	7.2
informação de andamento	5.5	receptividade na delegacia	4.7	caso resolvido	6.2
receptividade na delegacia	3.2	informação de andamento	3.2	receptividade na delegacia	4.1
vítima pensionista	2.2	motivações penais*	0.6	bem furtado não recuperado	0.5
ocorreu na rua	1.5	vítima não recebeu tratamento melhor do que do autor	0.5		
pedido formal de seguro	0.7	vítima não fazia parte de força de trabalho	0.2		
vítima não recebeu tratamento melhor do que do autor	0.6				
vítima não fazia parte de força de trabalho	0.2				

\* mistura de punição e dissuasão

A resolução do caso aparece como o mais poderoso multiplicador das chances das vítimas expressarem satisfação com a maneira pela qual a polícia lidou com a vitimização envolvendo carros. Este não é o caso quando as taxas de solução são altas, como com violência. De qualquer modo, a resolução do caso figura sistematicamente entre os determinantes de satisfação, mesmo parecendo ser submetida a maiores expectativas onde a performance da polícia é a pior. Deve ser mencionado que, na França, as taxas de resolução para crimes contra o patrimônio, desde o início da década de 1950, sofreram uma longa história de declínio, indo de 36,0% para 11,0% nos primeiros anos do século XXI<sup>23</sup>.

Ainda, permanece que qualquer que seja a vitimização, a proporção de vítimas que expressam satisfação com a polícia é maior do que a proporção daqueles que sabem que seus casos foram resolvidos (Figura 2).

**Figura 2: Proporção de vítimas satisfeitas com a polícia e que reportam que seu caso foi resolvido, por tipo de crime (%)**



As razões de chance da tabela 4 mostram que se a proporção de vítimas satisfeitas excede aquela de vítimas cujos casos foram resolvidos, isso é provavelmente devido a outros fatores relativos à polícia que lidou com o caso, como

23 Robert, 2002.

a qualidade da receptividade na delegacia ou a informação posterior dada às vítimas sobre o desenvolvimento na condução do caso.

Diversamente, a posição ideológica da vítima não influencia muito sua declaração de satisfação. É uma avaliação cuidadosamente pensada e concreta que é expressa aqui, e não uma declaração de apoio ao direito e às instituições de ordem. Apenas no caso de violência vemos uma variável de atitude (atribuindo o crime à quantidade de estrangeiros no país) que figura entre os determinantes importantes de satisfação com a polícia. No entanto, a variável ideológica que tem maior impacto na insatisfação com a polícia é a afirmação de que esta não tratou a vítima melhor do que o agressor, o que pode ser facilmente interpretado como uma maneira colorida de expressar o desapontamento com a polícia na condução do caso.

Nossa hipótese é assim finalmente confirmada: a satisfação com relação à *gendarmarie* e à polícia é guiada pela maneira na qual o caso é tratado. Entretanto, a vítima avalia essa situação de acordo com suas expectativas: se ela pode ser compensada, vai exigir menos da polícia, já que é da companhia de seguros que espera o reembolso<sup>24</sup>. Entretanto, se a notificação tem realmente a ver com expectativas de lei e ordem, então os serviços da polícia têm menos chances de gerar satisfação. Assim, as chances da vítima se declarar satisfeita, ao final, são seriamente reduzidas (para violência e vandalismo de carro) se ela reporta o fato guiada pelo desejo de impor alguma punição ou de neutralizar o autor.

## Conclusão

Em sua relação com a polícia, as vítimas têm pequena margem de liberdade, exceto no caso da recusa em recorrer à instituição – coisa que elas fazem frequentemente. Na maior parte do tempo, as razões para isso são perfeitamente racionais: ou o dano não é grave o suficiente para se darem ao trabalho de notificar, ou preferem manter em segredo o incidente. No entanto, descobrimos dois indicadores de que algo está em jogo com as vítimas de bairros carentes, algo na relação entre

---

24 Por isso, o seguro não é a solução para tudo: mesmo que o reembolso seja dado para 58% a 77% das vítimas que sofreram perda material, há aqueles casos nos quais a vítima também sofreu danos físicos e psicológicos, não cobertos.

essas pessoas e o Estado:

- Uma forte demanda, direcionada ao Estado, para que este se responsabilize pelo problema do crime, atitude que chamamos de tolerância zero;
- Comportamentos com tendência à não-notificação, não devido à trivialidade do dano, mas à perda de confiança nas instituições públicas. De maneira complementar, notamos uma inclinação das vítimas com status social seguro em reportar crimes contra o patrimônio.

A vítima não pode mais depender dos recursos de uma sociedade tradicional, que controlava a predação através vigilância obsessiva e resolvia muitos conflitos através da arbitragem da comunidade. Durante todo o século XIX, na França, vítimas foram ensinadas a recorrer ao Estado e a esperar que a sua polícia tomasse conta de sua segurança. O problema é que a prioridade do policiamento francês, hoje, é o controle das drogas, da imigração ilegal e das rodovias. A alocação de recursos da polícia nesta última atribuição poderia explicar seu escore medíocre em esclarecer os crimes violentos e, acima de tudo, seu pobre resultado no esclarecimento dos crimes contra o patrimônio, apesar destes serem problemas dos mais comuns na vida dos cidadãos franceses.

\*\*\*\*\*

A tendência em direção à visão consumidora, apesar de suas ambigüidades, transforma as vítimas em avaliadores da provisão de serviços públicos. Apesar da justiça criminal definitivamente permanecer solidamente ligada ao lado soberano do Estado, não foi completamente poupada pela transformação das relações entre os serviços públicos e seus consumidores.

A visão convencional do Estado pode ter sido provavelmente diminuída pela ambigüidade das relações com as vítimas: o processo penal é alimentado, em grande medida, pela propensão à notificação por parte dos cidadãos, e um sistema de justiça criminal ao qual eles pararam de recorrer perde sua legitimidade. O que torna o direito criminal legítimo é a punição do homicídio e do roubo, e não a punição de agressões à segurança do Estado; é a segurança dos cidadãos, não a tranqüilidade da estrutura de poder. Isso significa que a justiça deve, em grande medida, parar de se comportar como os muros defensores da cidade e vestir o

uniforme de provedores de serviços para o que agora, na realidade, pode ser considerado um público bastante "desencantado", um público para o qual o sistema de justiça não é mais sagrado, mas detém, simplesmente, a função de lidar com alguns problemas mundiais.

## Referências

Bottomley, K. & Coleman, C. (1981), *Understanding Crime Rates. Police and Public Roles in the Production of Official Statistics*, Farnborough: Gower.

Burrows, J. & Tarling, R. (1987), *The Investigation of Crime in England and Wales*, *British Journal of Criminology*, 27 (3), pp. 229-251.

Castan, N. (1980), *Crime and Justice in Languedoc: The Critical Years (1750-1790)*, *Criminal Justice History: an International annual*, 1, pp. 175-184.

Davis, J. S. (1989), *Prosecutions and Their Context: The Use of the Criminal Law in Later Nineteenth-Century London*. In: Hay, D. & Snyder, F. (eds). **Policing and Prosecution in Britain, 1750-1850**, Oxford, Clarendon Press, 1989, pp. 397-426.

Emsley, C. (1997), *The Nation-State, The Law and the Peasant in Nineteenth-Century Europe*. In: Rousseaux, X. & Lévy, R. (dir). **Le pénal dans vous ses états. Justice, états et sociétés en Europe (XIIème-XX ème siècles)**, Bruvelles, FUSL, pp. 153-178.

Estève, C. (2002), *Gendarmerie et police de la chasse en France (1832-1852)*. In: Luc, J.-N. (ed.) **Gendarmerie, État et société au XIXe siècle**, Paris, Publications de la Sorbonne.

Gibbons, D. C. (1997), *Review essay: Race, ethnicity, crime and social policy*. *Crime & Delinquency* 43, 3, pp. 358-380.

Hay, D. & Snyder, F. (eds), (1989), *Policing and Prosecution in Britain, 1750-1850*, Oxford, Clarendon Press.

Hay, D., Linebaugh, P., Rule, J. G., Thompson, E. P. & Winslow, C. (1975), *Albion's FatalTree. Crime and Society in eighteenth-century England*, Harmondsworth, Penguin.

Lévy, R. (1993), *Police and judiciary in France since the XIXth century: the decline of the examining magistrate*, British Journal of Criminology 33, 2, 167-186.

Marshall, I. H. (ed), (1997), *Minorities, Migrants and Crime. Diversity and Similarity Across Europe and the United States*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage.

Pitt-Rivers, J. A. (1977), *The fate of Schechem or the politics of sex*. Essays in the anthropology of the Mediterranean, Cambridge University Press.

Robert, Ph. (2002), *L'insécurité en France*, La Découvert Coll. Repères, Paris.

Robert, Ph., Zauberman, R., Pottier, M.-L. & Lagrange, H. (2001), *Measuring Crime: Police Statistics and Victimisation Surveys (1985-1995)*, Revue française de sociologie 42, Supplément, pp.133-174.

Roberth, Ph., Zauberman, R. & Pottier, M.-L. (2003), *La victime et le policier: point de vue profane et point de vue professionnel sur la délinquance*, Sociologie du travail 45, 3, pp.343-359.

Storch, R. D. (1975), *The plague of the blue locusts. Police reform and popular resistance in Northern England, 1840-1857*, International Review of Social History, 20, 61-90.

Storch, R. D. (1976), *The policeman as domestic missionary: Urban discipline and popular culture in Northern England, 1850-1880*, Journal of Social History 9, 4, pp. 481-509.

Tonry, M. (ed.) (1997), *Ethnicity, Crime and Immigration. Comparative and Cross-National Perspective*, Chicago, University of Chicago Press.

Weinberger, B. *The police and the public in the Mid-nineteenth-century Warwickshire*. In: Bailey, V. (ed.) (1981), **Policing and Punishing in the Nineteenth Century Britain**, London, Croom Helm, pp. 65-93.

Williams, A. (1979), *The police of Paris, 1718-1789*. Baton Rouge, Louisiana State, UP.

Zauberman, R. (2000), *Victims as Consumers of the Criminal Justice System?* In: Crawford, A. & Goodey, J. (eds.) **Integrating a Victim Perspective within Criminal Justice**. International Debates, Aldershot/Burlington. USA/Singapore/Sydney, Ashgate/Dartmouth, pp. 37-53.

# PESQUISA DE CONDIÇÕES DE VIDA E VITIMIZAÇÃO: UMA PRIMEIRA LEITURA SOBRE OS DADOS

Yolanda Catão

## 1. Introdução

Elemento constitutivo da sociedade brasileira, a violência alcançou proporções alarmantes nas últimas décadas. Embora disseminada também nas áreas rurais, é nas grandes metrópoles brasileiras que ela causa maior impacto na vida cotidiana das pessoas. A criminalidade violenta gerou um sentimento generalizado de insegurança, conduzindo a população das grandes cidades a uma mudança de hábitos e comportamentos.

A criminalidade era, até há algum tempo, geograficamente limitada. Restringia-se principalmente a certas zonas da cidade. Era mais praticada em determinadas horas do dia, com certo tipo de vítima, em situações mais facilmente definidas e, portanto, mais controlável. Hoje, assiste-se à generalização e à banalização de condutas violentas. O crime violento é praticado, em nossos dias, quase que indistintamente, em qualquer bairro da cidade, a qualquer hora, podendo ser a vítima qualquer pessoa, independentemente do gênero, cor, idade ou classe social<sup>1</sup>. É esta violência "incontrolável" que mais aflige a população, que termina por se enclausurar em suas residências, frente à perplexidade que toma conta dos governantes que insistem em iniciativas de cunho imediatista e estratégias isoladas, sem a implementação de uma efetiva política de segurança pública.

É importante lembrar que, não obstante a generalização da criminalidade violenta e a disseminação do medo, a violência (nas suas múltiplas manifestações) é diferenciada e desigual. A criminalidade violenta atinge, primordialmente, as classes populares e as periferias das grandes cidades. Comprovados por diversas

---

1 Não falo aqui do risco de vitimização, certamente relacionado com gênero, classe social, cor e idade.

pesquisas, os maiores índices de violência letal estão situados nas periferias urbanas e nas áreas mais desfavorecidas. Mais especificamente, são os adolescentes e jovens adultos as maiores vítimas dessa criminalidade violenta.

## **2. Estatísticas Criminais: Mensuração e Subnotificação**

Uma das questões mais recorrentes e sempre presente entre aqueles que estudam a criminalidade é a escassez de dados e os problemas de confiabilidade e validade dos registros oficiais. Os pesquisadores e estudiosos da criminalidade, até alguns anos atrás, achavam que era impossível trabalhar com os dados oficiais, uma vez que estes não eram confiáveis nem consistentes. Atualmente, considera-se importante o uso das estatísticas criminais com base nos Boletins de Ocorrência, apesar de suas limitações, pois são informações valiosas para estimar as tendências da criminalidade e subsidiar as formulações de políticas públicas específicas dessa área.

Houve um avanço, nos últimos anos, na produção de dados e informações criminais provenientes dos registros administrativos. Esse avanço resultou da maior demanda e pressão por parte da sociedade civil, que passou a exigir maior transparência dos dados, e de uma maior conscientização por parte dos Governos Estaduais e Federal quanto à relevância das estatísticas criminais para o planejamento eficiente de atividades de policiamento.

É importante ressaltar que os dados oficiais não representam o universo da criminalidade efetivamente praticada. As estatísticas criminais são baseadas nos crimes registrados que constituem uma amostra pequena dos crimes praticados. Muitos crimes não chegam ao conhecimento dos órgãos responsáveis pela administração da Justiça. Muitas vezes as pessoas não vão à polícia comunicar e registrar a ocorrência de um delito. Vários são os motivos: por não acreditarem na eficiência da polícia, por terem medo de represálias, por não considerarem-no importante ou por haver possibilidade de obter reparação por outra via, entre outros.

Para que um crime seja registrado no Boletim de Ocorrência Policial, ele tem que, primeiro, ser identificado, notificado à polícia e registrado no Boletim de Ocorrência. Portanto, uma prática delituosa só vai fazer parte das estatísticas se for registrada na delegacia policial. O registro pode não ser feito mesmo se um crime chegou ao conhecimento da polícia. Por exemplo, a vítima pode ser dissuadida de registrar o fato pelo policial, dada a dificuldade de recuperar o objeto furtado.

Todos os crimes apresentam taxas de subnotificação. Segundo algumas estimativas, a criminalidade é duas vezes maior do que aquela registrada pelas estatísticas oficiais. Outras estimativas, baseadas em pesquisas de vitimização realizadas no país, indicam que, em média, apenas um terço dos crimes ocorridos são registrados pelas instituições policiais. Deve-se notar, entretanto, que a subnotificação não acontece só no Brasil. O que pode mudar de um país para outro, ou conforme a região, são as motivações ou as taxas de subregistro. A maior ou menor subnotificação da ocorrência depende da natureza do crime, da credibilidade da polícia e da política institucional vigente.

A chamada "cifra negra" diminui ou aumenta, dependendo da gravidade e da visibilidade do delito. Alguns crimes têm uma cifra negra menor, por sua alta visibilidade, como o homicídio. Ainda assim, em ocorrências como "morte sem assistência médica", "morte suspeita", "encontro de cadáver", "encontro de osada" e "auto de resistência" (muitas vezes, homicídios cometidos pela própria polícia), estão incluídos, certamente, casos de homicídios que, em geral, não são computados como tal. Note-se que, comumente, estas categorias não entram nos cálculos oficiais porque as estatísticas são feitas com base nos registros de ocorrência e, em muitos casos, o homicídio só é configurado após a verificação da procedência (VPI) ou a instauração do inquérito.

Furtos e roubos têm alto grau de subregistro. Roubos de automóvel têm cifra negra menor, na medida em que o registro é importante para o recebimento do seguro. O uso de drogas, e mesmo o tráfico em pequena quantidade, é bastante subestimado por ser, em parte, tolerado por setores da sociedade. Atualmente, a descriminalização do uso de certas drogas é defendida por especialistas e juristas de renome, o que propicia uma maior aceitação do porte e uso de tóxicos, em pequena quantidade e, portanto, menor registro.

Os crimes sexuais, o estupro e a violência doméstica são subrepresentados em decorrência da exposição a que fica submetida a vítima, e quando o autor é parente. No entanto, com a maior conscientização das mulheres sobre seus direitos e com a criação das Delegacias Especiais de Mulheres (DEAMs)<sup>2</sup> é possível inferir

---

2 As DEAMs começaram a ser criadas em 1985. Embora não cubram todos os municípios, são 307 unidades, estruturadas em todo o território nacional. Quando inexistente a delegacia especial, as denúncias devem ser feitas em delegacias policiais comuns, o que certamente aumenta a subnotificação.

que a cifra negra desses crimes diminuiu. Uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sobre as DEAMs mostra que os registros de violência contra a mulher cresceram significativamente após a criação e o aumento do número destas delegacias especiais.

Determinados conflitos que chegam às “vias de fato” e que acontecem em locais privados raramente chegam à polícia. São agressões praticadas por parentes ou pessoas conhecidas das vítimas, que preferem não recorrer à polícia. Muitas vezes, nos casos que envolvem pessoas da classe média ou alta, prefere-se resolver a questão no âmbito privado, para que o caso não se torne público e não chegue a um registro policial.

Deve-se observar que um número maior de registros não corresponde, necessariamente, a um aumento da criminalidade; pode resultar de maior propensão à denúncia de determinados crimes. Assim, como mencionamos anteriormente, nos casos de violência contra a mulher, o aumento dos registros de lesão corporal, ameaça e outros pode significar maior número de denúncias, e deve ser visto como positivo pelas razões referidas.

Grande número de ocorrências não é levado à polícia; outras, denunciadas, não são registradas, e um volume considerável delas não chega a constituir processo penal. Os agentes encarregados de aplicar a lei (das *blitz* às denúncias, dos registros à sentença condenatória, passando pela instauração do inquérito) operam com toda sorte de critérios, o que conduz a diversos níveis de seleção e, por fim, à definição do que é crime e quem é o criminoso. Há um filtro que vai se afunilando, à medida que as etapas do processo penal são percorridas.

### **3. Pesquisas de Vitimização**

A pesquisa de vitimização surge como uma tentativa de, através da vítima, chegar a estimativas sobre a criminalidade praticada e não notificada à polícia. Trata-se de pesquisa domiciliar cuja finalidade é obter informações sobre as experiências das pessoas no que se refere ao crime, aos riscos de vitimização e às atitudes e recursos com relação à polícia.

A subnotificação também não é pequena nas pesquisas de vitimização. A pessoa entrevistada pode não se lembrar do crime de que foi vítima ou não conside-

rar como crime a agressão sofrida. A pesquisa de vitimização não substitui os registros oficiais; ela constitui outro instrumento de mensuração da criminalidade. As estimativas da pesquisa de vitimização e os dados registrados na polícia devem ser considerados informações complementares. Cotejando os dados dos dois tipos de fonte, registros policiais e pesquisa de vitimização, é possível se ter uma idéia mais aproximada da criminalidade efetivamente praticada na sociedade.

A pesquisa de vitimização surgiu nos Estados Unidos na década de 60. Realizada hoje anualmente, passou por várias mudanças na metodologia até chegar ao formato atual. Muitos países, inclusive na América Latina, realizam com regularidade a pesquisa de vitimização, e vários fazem o confronto dos dados das duas fontes como forma de obter um panorama mais real da incidência dos crimes perpetrados.

No Brasil foram realizadas várias pesquisas de vitimização. Infelizmente, são de difícil comparação, uma vez que nem sempre utilizam a mesma metodologia. Outro problema é a abrangência geográfica: algumas se circunscrevem ao município e outras à região metropolitana. Há diferenças, ainda, que se referem aos delitos selecionados e à população-alvo (pessoas maiores de 15 anos em algumas, maiores de 16 em outras).

Nesse sentido, é de suma importância a realização de uma pesquisa nacional de vitimização que permitirá estabelecer comparações, não só no Brasil como internacionalmente.

#### **4. Breves Comentários**

Neste artigo, apresento alguns dados sobre a experiência dos moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com alguns tipos de delito abordados pela pesquisa, além de um perfil simples da vítima.

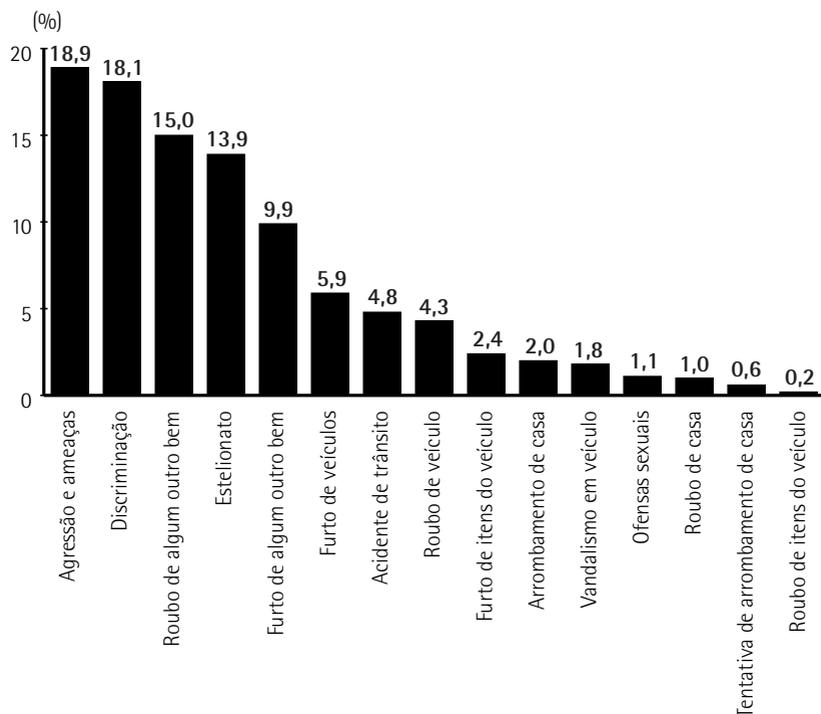
O gráfico abaixo relaciona as taxas de vitimização ocorridas nos últimos cinco anos por tipo de crime. Agressão / ameaça foram notadamente os crimes de maior incidência nesse período<sup>3</sup>, seguidos bem de perto por Discriminação. Esses

---

3 Sobre Agressão / ameaça, ver nesta publicação o trabalho de BURGOS, Marcelo. Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Um estudo sobre Ameaça e Agressão.

delitos, junto com Roubo e Furto de outro bem e Estelionato são responsáveis por 76,0% das vitimizações. Os crimes contra o patrimônio respondem por mais da metade das vítimas<sup>4</sup>.

**Gráfico 1 – Último crime de que foi vítima nos últimos cinco anos (%)**



Examinando as respostas dadas à pergunta sobre aquilo de que mais teme ser vítima no bairro onde mora, nota-se que ser vítima de agressão verbal ou física é a situação que a população menos teme (8,9%), justamente o crime de maior importância no conjunto dos delitos analisados. No entanto, deve-se salientar que na denominação Agressão / ameaça estão englobadas situações de naturezas diversas, tais como Importuno por telefone, Ameaça de morte, espancamento ou tentativa de estrangulamento e Atirou alguma coisa, e não apenas o tipo penal, lesão corporal. Analisando as diferentes subcategorias (gráfico 2), percebe-se que

<sup>4</sup> As taxas dos crimes de Furto e Roubo de veículo e Furto e Roubo de itens de veículo foram calculadas tendo como população apenas os proprietários de veículo (27,2 % possuíam carro, 4,7 %, moto e 29,8 %, bicicleta).

Insulto, humilhação ou xingamento congregam uma proporção de 40,0% das vítimas de Agressão / ameaça. De todas as situações, esta foi a que teve mais vitimização repetida nos últimos cinco anos, sendo que 6,8% das vítimas foram agredidas 3 vezes ou mais. Ameaça com faca ou arma de fogo foi a segunda subcategoria mais freqüente, representando 1/5 da população agredida.

**Gráfico 2 – Última Agressão ou Ameaça (%)**



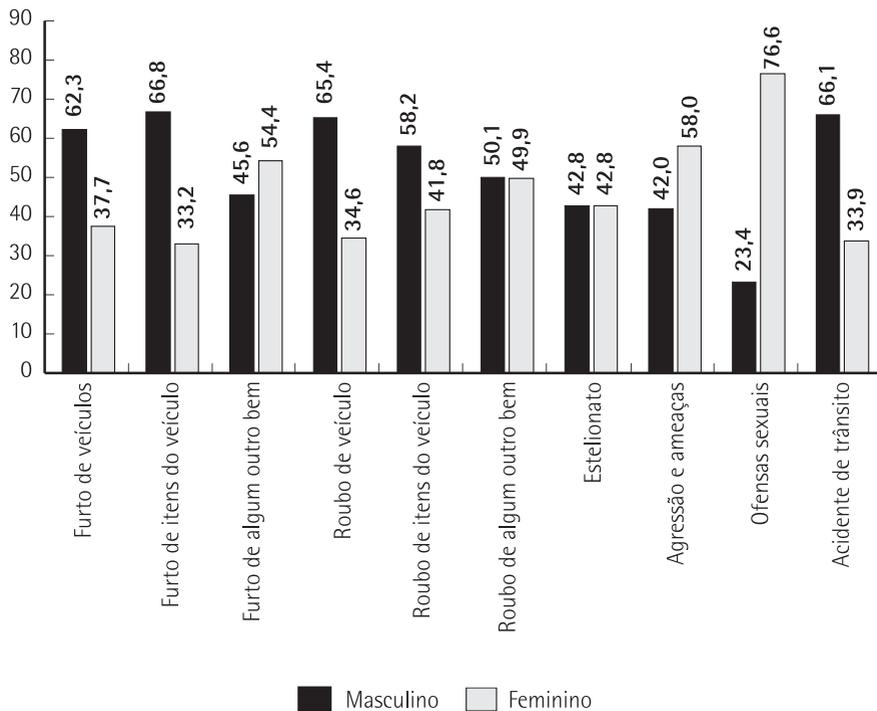
Se acrescentarmos, ainda, Ameaças de bater, empurrar ou chutar e Amedrontamento ou perseguição, chega-se a 83,6% do total de vítimas de Agressão/ameaças apenas com essas quatro categorias.

O gráfico 3 mostra o predomínio da vitimização masculina, embora em Roubo de algum outro bem e Estelionato apresente taxas equivalentes à feminina. As mulheres são mais vitimadas em Furto de algum outro bem e Agressão / ameaça, e alcançam o triplo da taxa de vitimização masculina em Ofensas sexuais. Se desagregarmos o furto efetivo da tentativa, a vitimização feminina por furto de algum outro bem atinge o dobro da masculina.

Não é surpreendente que as vítimas femininas por ofensas sexuais sejam o triplo das vítimas masculinas. O fato de que a proporção de mulheres vitimadas

por agressão e ameaças seja também bem maior que a dos homens reforça o cenário da violência de gênero<sup>5</sup> na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**Gráfico 3 - Último crime de que foi vítima - por sexo (%)**



Como mostra o gráfico 1, a discriminação foi o segundo crime mais frequente, com uma taxa de vitimização bem próxima à Agressão / ameaça. Os principais motivos para a discriminação foram, em ordem de importância, o local de moradia, seguido da religião e da cor ou raça (tabela 1). A discriminação pelo local de moradia afeta especialmente as pessoas que moram nas favelas. É comum os moradores dessas áreas esconderem o lugar onde moram, principalmente ao buscarem trabalho, em razão de experiências negativas quando revelam o local de moradia. São as diferenças sociais – a “cidade partida” – o que mais atinge os moradores do Rio de Janeiro.

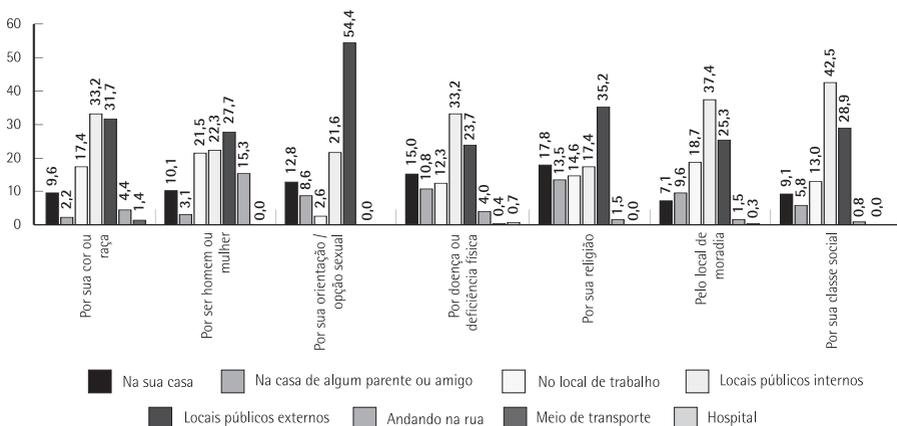
5 SOARES, Bárbara Musumeci (2006). A violência doméstica e as pesquisas de vitimização, trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais.

**TABELA 1 – ÚLTIMA DISCRIMINAÇÃO  
SOFRIDA POR LOCAL**

Tipo de discriminação	%
Pelo local de moradia	25,3
Por sua religião	23,3
Por sua cor ou raça	20,9
Por sua classe social	13,6
Por ser homem ou mulher	10,0
Por doença ou deficiência física	4,1
Por sua orientação/opção sexual	2,8
Total	100,0

Analisando a última discriminação desagregada segundo o tipo por local da ocorrência (gráfico 4), percebe-se que o maior número de discriminações se concentra em locais públicos internos e em locais públicos externos. Vale ressaltar que os motivos "pela religião professada", "por ser homem ou mulher" e "pela orientação/opção sexual" ocorrem mais em locais públicos externos, enquanto as discriminações por cor ou raça, por doença ou deficiência física, pela classe social e pelo local de moradia acontecem sobretudo em locais internos.

**Gráfico 4 - Última discriminação - local (%)**



Roubo de outro bem e Furto de outro bem aparecem em terceiro e quinto lugar no ranking dos crimes relacionados no gráfico 1 (15,0% e 9,9%), e examinando os crimes por local de ocorrência pode-se afirmar que, nos dois casos, referem-se a furto e roubo a transeuntes. Cerca de 43,0% das ocorrências relatadas pelas vítimas aconteceram quando estas andavam na rua, e quase 30,0% ocorreram no meio de transporte. Os dados revelados pela pesquisa têm respaldo nos últimos índices divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), que indicam um constante aumento de roubo a transeuntes.

O Estelionato situa-se em quarto lugar no ranking das taxas de vitimização. O recebimento de notas de dinheiro falso foi a fraude mais praticada (42,8%). Com igual proporção seguem fraude no cartão de crédito e violação de linha telefônica residencial (14,6%). Em dimensão bem inferior aparecem a fraude com cheque e produto não entregue. Outros tipos de estelionato indicados foram a clonagem de celular e a fraude em investimento. Quando os dados por sexo são desagregados, notam-se diferenças entre a vitimização masculina e a feminina. Tanto um como outro apresentam a mesma taxa no que se refere à fraude com maior incidência de casos (42,8%). Mas enquanto as vítimas masculinas apontam como segundo tipo de estelionato mais praticado a fraude com cartão de crédito (terceiro lugar na vitimização feminina), a linha telefônica residencial violada é a segunda fraude de maior incidência entre as mulheres – o que, no caso dos homens, vem em terceiro lugar.

Analisando os crimes segundo a faixa etária, em quase todos são os jovens adultos de 25 a 34 anos as maiores vítimas. As exceções são roubo de outro bem, em que a vitimização atinge primordialmente os jovens de 16 a 24 anos, e o Roubo de itens de veículo, que incide sobre a faixa de 45 a 54 anos. Os primeiros, certamente pela exposição própria da idade (andam mais na rua e usam coletivos), sofrem um risco maior no que se refere a assaltos a transeuntes. Com relação à vitimização de pessoas de 45 a 54 anos, a explicação pode estar no fato de que, dada a idade, têm mais chances de possuir carro e andam mais motorizados.

Gráfico 5 - Último crime de que foi vítima - por faixa etária (%)

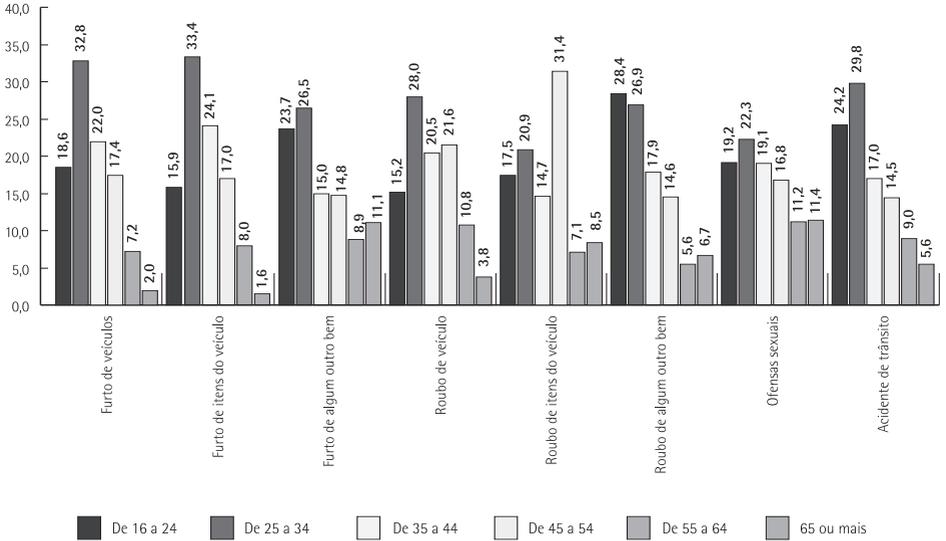
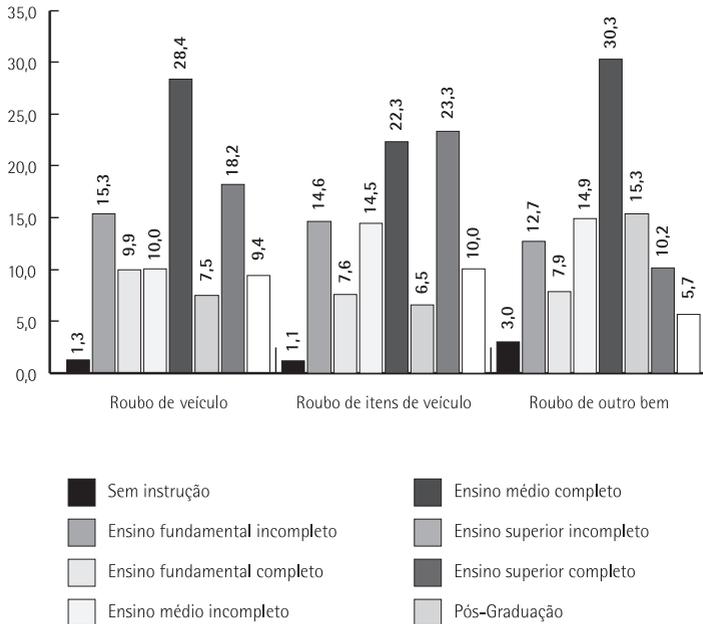


Gráfico 6 - Crime por grau de instrução (%)

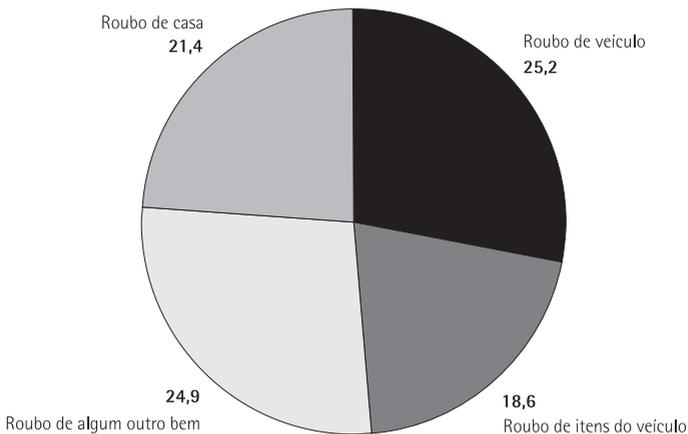


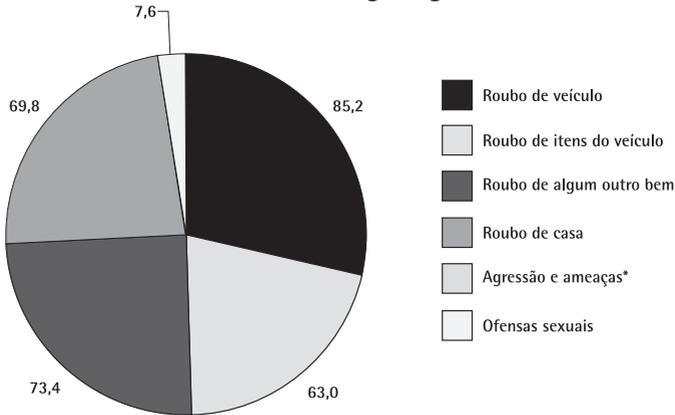
Ao examinar os dados de alguns crimes por grau de instrução (gráfico 6), nota-se que as pessoas que foram vítimas de roubo tinham em sua grande maioria o ensino médio completo. A exceção refere-se a Roubo de itens de veículo, em que a maior parte das pessoas vitimadas tinha o superior completo.

Analisando as vítimas que sofreram agressão durante o roubo (gráfico 7), observa-se que a proporção de pessoas agredidas não difere muito. As vítimas de Roubo de veículo e Roubo de algum bem foram as mais agredidas: 1/4 da população vitimada nos dois casos. A proporção de pessoas agredidas por Roubo de casa atingiu 1/5 das vítimas, e aquelas que sofreram agressão por Roubo de itens do veículo, proporção um pouco menor.

O gráfico 8 apresenta a proporção de vítimas que foram agredidas com arma de fogo. Como é possível depreender, é bastante elevado o número de vítimas de Roubo de veículo que foram agredidas e ameaçadas com arma de fogo. Em Roubo de algum outro bem, o agressor usou arma de fogo em 73,0% dos casos. Ofensas sexuais situam-se na outra ponta, apresentando proporção pouco significativa de uso de arma de fogo, o que parece indicar ser o agressor em geral mais velho e com poder de intimidar a vítima. Não consta informação para vítimas de Agressão / ameaça, mas apenas para efeito de comparação poderíamos usar a categoria Ameaça com faca ou arma de fogo que apresenta 5,7% de vítimas. O fato de que 55,5% dos agressores eram conhecidos da vítima (vizinho, professor, familiares) pode explicar o baixo percentual de uso de arma de fogo.

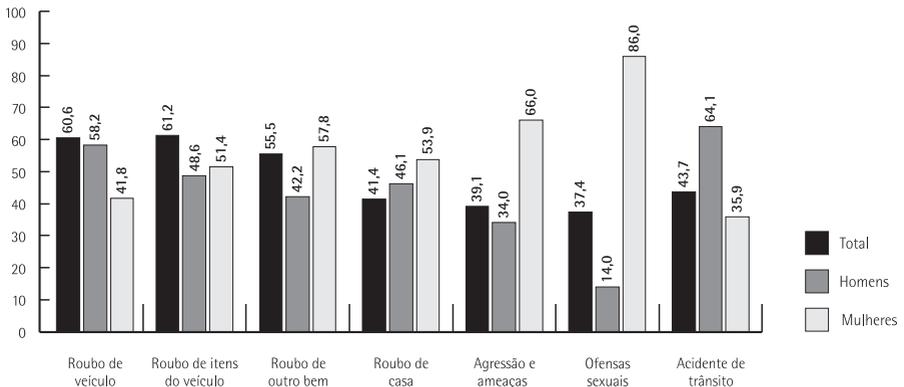
**Gráfico 7 - Vítimas agredidas segundo o crime (%)**



**Gráfico 8 - Uso da arma de fogo segundo o crime (%)**

\*Não consta informação, mas poderíamos usar a categoria vítima de ameaça com faca ou arma de fogo, que apresenta 5,7% de vítimas, para efeito de comparação.

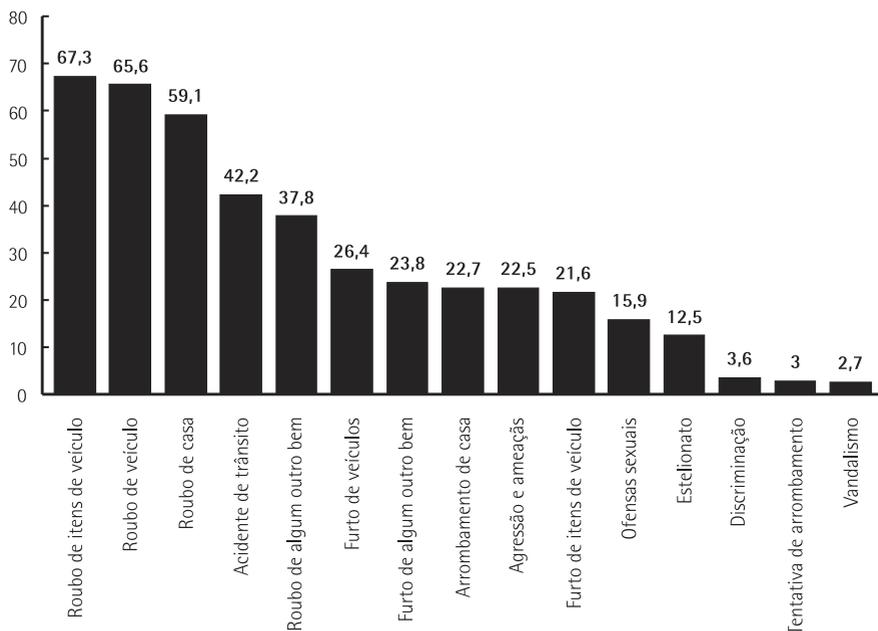
O gráfico 9 informa acerca das respostas sobre se o crime atrapalhou a rotina de vida da vítima, desagregando por sexo. Excetuando Roubo de veículo e Acidente de trânsito, para todos os outros crimes a proporção de mulheres que responderam que o crime atrapalhou sua rotina de vida foi maior do que a dos homens. Mais uma vez, sobressai a elevada proporção de mulheres vítimas de ofensas sexuais e de agressão / ameaça que disseram que sua rotina de vida foi alterada após o crime (86,0% e 66,0% respectivamente).

**Gráfico 9 - Se o crime atrapalhou a rotina de vida (%)**

A notificação constitui um dos temas mais importantes de uma pesquisa de vitimização. Ela indica o nível de sub-registro das estatísticas oficiais. Portanto, seu conhecimento é extremamente relevante para o planejamento de estratégias policiais e de elaboração de políticas públicas afeitas a essa área. Conhecendo a taxa de notificação dos diferentes delitos, chega-se a uma aproximação da criminalidade real, a qual nunca será conhecida por diferentes motivos, alguns deles já mencionados neste trabalho.

Como poderá ser observado no gráfico 10, as taxas de notificação apresentam enorme disparidade, influenciadas por diversas variáveis, tais como: gravidade do crime, necessidade de documento para ressarcimento do dano, confiança na polícia, entre outras.

**Gráfico 10 - Taxa de notificação por tipo de crime (%)**



Nota-se que as maiores taxas de notificação são relativas a roubo. Roubo de itens do veículo e Roubo de veículo apresentam elevadas taxas de notificação, pois geralmente o proprietário necessita do Boletim de Ocorrência (B.O.) para solicitar ressarcimento junto à seguradora. O mesmo acontece com Roubo de casa.

No caso de acidente de trânsito, a vítima necessita do B.O. para pedir reembolso do bem danificado ou das despesas hospitalares. No extremo do eixo estão as menores taxas de notificação. Em ordem decrescente: Estelionato, Discriminação, Tentativa de arrombamento e Vandalismo. São crimes com relação aos quais a vítima acha que "não vai resolver", "não vale a pena" ou "não é necessário"<sup>6</sup> o registro na delegacia.

## 5. Considerações finais

A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, coordenada pelo ISP, produziu um acervo riquíssimo de dados que, uma vez comparados com os dados estatísticos oficiais, obtidos com base nos boletins de ocorrência, possibilitará traçar um quadro mais próximo da realidade da criminalidade – extremamente grave – da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Não obstante, a maior importância dessa pesquisa é ter sido uma espécie de pré-teste para a realização de uma Pesquisa Nacional de Vitimização, instrumento fundamental para estabelecer comparações não só no país como internacionalmente. Da metodologia à amostra, passando pelo questionário, as referências foram sempre as pesquisas realizadas no Brasil e as pesquisas internacionais. Evidentemente, como toda pesquisa, algumas mudanças deverão ser feitas com base nas experiências vividas.

## 6. Bibliografia

SOARES, G. A. D., MIRANDA, D. & BORGES, D. *Vítimas ocultas da violência na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROBERT, P., ZAUBERMAN, R., BRUNET, A. & RODRIGUEZ BASANTA, A. *Les enquêtes sur la victimisation et l'insécurité en Europe, Assessing Deviance, Crime and Prevention in Europe*. Crimpev Info nº 05. 9 de novembro, 2007.

SOARES, B. M. *Mulheres Invisíveis - Violência Conjugal e Novas Políticas de Segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

---

6 Estas são as respostas mais recorrentes relativas a esses crimes. Com relação às tentativas, a resposta é, em geral, de que o crime não foi consumado, portanto, não há motivo para registrar.

SOARES, B. M. *A violência doméstica e as pesquisas de vitimização*. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 2006.

CARNEIRO, L. P. *Para medir a violência*. In: Dulce Pandolfi; José Murilo de Carvalho; Leandro Piquet-Carneiro; Mario Gruytsnpan. (Org.), **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.



SECRETARIA DE  
SEGURANÇA



**Secretaria Nacional  
de Segurança Pública**

**Ministério  
da Justiça**

**Secretaria Especial  
dos Direitos Humanos**

